Universidade Federal do Rio de Janeiro

Centro de Filosofia e Ciências Humanas

Escola de Serviço Social

Jessica Martins Ferreira

Políticas sociais brasileiras em foco: impactos da reestruturação produtiva e do neoliberalismo

Rio de Janeiro,
2015.

Jessica Martins Ferreira

Políticas sociais brasileiras em foco: impactos da reestruturação produtiva e do neoliberalismo

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à banca examinadora da Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de bacharel em Serviço Social, sob a orientação do Professor Doutor Henrique André Ramos Wellen.

Rio de Janeiro,
2015.

Ferreira, Jessica Martins
Políticas sociais brasileiras em foco: impactos da reestruturação produtiva e do neoliberalismo. / Jessica Martins Ferreira. – 2015.
106 f.

Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Serviço Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.
Orientação: Professor Doutor Henrique André Ramos Wellen.

1. Trabalho e capital: fundamentos sócio-históricos. 2. Crise capitalista dos anos 1970. 3. Reestruturação produtiva e neoliberalismo no Brasil. I. Título.

Jessica Martins Ferreira

Políticas sociais brasileiras em foco: impactos da reestruturação produtiva e do neoliberalismo

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à banca examinadora da Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de bacharel em Serviço Social, sob a orientação do Professor Doutor Henrique André Ramos Wellen.

Rio de Janeiro, ___ de _____ de 2015.

_____.
Prof. Dr. Henrique André Ramos Wellen
Doutor em Serviço Social, UFRJ

_____.
Prof. Dr. Cézar Henrique Miranda Coelho Maranhão
Doutor em Serviço Social, UFPE

_____.
Prof.ª Dr.ª Alejandra Pastorini Corleto
Doutora em Serviço Social, UFRJ

Rio de Janeiro,
2015.

AGRADECIMENTOS

Gostaria de expressar toda a minha gratidão a todos que de alguma forma contribuíram para a construção desta pesquisa, seja através do apoio emocional ou das dicas e conselhos sobre essa experiência. Primeiramente, quero agradecer com muito amor à minha mãe Katia e ao meu namorado Vitor por me acompanharem na jornada de elaboração e escrita do trabalho de conclusão, além de aturarem todas as minhas lamentações e incertezas durante esse momento. A primeira pessoa conheço desde que me entendo por gente, e então está sempre comigo nas alegrias e aflições da vida – é a quem devo gratidão eterna por ser quem sou e por chegar até aqui. A segunda eu tive a feliz oportunidade – ou foi o destino, quem sabe – de encontrar num belo dia ensolarado da faculdade, e desde então crescemos juntos e construímos o nosso presente. Não poderia deixar de mencionar a companhia amável e imprescindível de Margarida nesse processo.

Quero agradecer também ao meu orientador e professor Henrique, que sempre esteve solícito e paciente para me auxiliar até nas dúvidas mais banais. Com o seu suporte e experiência acadêmicos, consegui terminar a árdua tarefa que é encerrar esta etapa da graduação. Ademais, tenho que citar a sua dedicação e o incentivo que recebi para fazer deste projeto o melhor que pude produzir.

Não poderia deixar de mencionar aqui os meus agradecimentos ao meu pai Henrique, que apesar de nem sempre conseguir ver de perto todo o processo, não deixou de se preocupar e estar presente. Minha madrinha Patrícia e meu padrinho Lincoln também foram parte importante dessa etapa, sempre preocupados e perguntando sobre o andamento da pesquisa. Todo o apoio e as dicas literárias de diversos autores sugeridas pelo meu avô Ronaldo em nossas conversas foram de grande valia. No mais, gostaria de agradecer às pessoas que, apesar de não terem participado do processo tão de perto, também são muito especiais para mim e parte integrante da minha vida: minhas amigas de infância Analice e Mariana; meus sogros Elizabeth e Jorge; e minha cunhada Juliana.

Deixo os meus agradecimentos carinhosos às amigas que conheci na faculdade e que quero levar para a vida. Com Thaís e Fernanda compartilhei minhas angústias e alegrias durante esses quase quatro anos agradáveis de convivência. Quero também agradecer aos professores da Escola de Serviço Social que de alguma maneira me fizeram permanecer nesta escolha e que fomentaram as minhas mudanças de perspectivas sob vários aspectos.

“Se não pode se vestir com nossos sonhos
Não fale em nosso nome.
Não mais construir casas
Para que os ricos morem.
Não mais fazer o pão
Que o explorador come.
Não mais em nosso nome!
Não mais nosso suor, o teu descanso.
Não mais nosso sangue, tua vida.
Não mais nossa miséria, tua riqueza”

(IASI, 2008).

RESUMO

FERREIRA, Jessica Martins. Políticas sociais brasileiras em foco: impactos da reestruturação produtiva e do neoliberalismo. Rio de Janeiro, 2015. 92 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Serviço Social) – Escola de Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2015.

A partir de uma pesquisa de caráter exploratório, com a utilização de levantamento documental e bibliográfico por meio de fontes primárias e secundárias respectivamente, objetivou-se realizar uma investigação teórica sobre os impactos da reestruturação produtiva e do neoliberalismo sobre o Estado brasileiro, a partir do delineamento das políticas sociais no país. Dessa forma, primeiramente se analisou a categoria *trabalho* enquanto central para o entendimento da sua recente configuração no país. Ademais, se buscou compreender em que medida a crise global que ocorreu em meados dos anos 1970 abalou a estabilidade do capitalismo e fez desabar as taxas de lucro empresariais. Desse acontecimento decorreu que os representantes do capital procurassem saídas para a retomada do crescimento das taxas de lucro e, dentre essas, destacamos as duas principais respostas: a reestruturação produtiva e a ideologia neoliberal. As alterações engendradas por essa crise perpassaram as diversas esferas da vida social, impactando principalmente nas condições materiais e espirituais dos indivíduos. Nesse sentido, obteve-se aqui as atenções voltadas para o caso do Estado brasileiro, buscando-se a apreensão acerca das principais mudanças ocorridas no Brasil a partir dos anos oitenta – década em que o neoliberalismo começou a ganhar força no país. Portanto, se pressupôs que a reestruturação produtiva e o neoliberalismo suscitaram alterações no cenário brasileiro, implicando em determinado redimensionamento no papel do Estado – com o destaque para a reforma gerencial de cunho neoliberal empreendida pelo então ministro Bresser Pereira e os gestores do Plano Diretor no governo de Fernando Henrique Cardoso, e levada adiante pelos sucessores Lula e Dilma com continuidades e rupturas – e na reconfiguração da classe trabalhadora no país. A pesquisa possui caráter qualitativo, com a abordagem de aspectos teóricos cientificamente fundamentados.

Palavras-chave: Crise global. Reestruturação produtiva. Neoliberalismo. Políticas sociais brasileiras. Reforma gerencial.

SUMÁRIO

Introdução

A pesquisa teve por objetivo principal investigar os impactos da reestruturação produtiva e do neoliberalismo, frutos da crise mundial dos anos setenta, sobre a condução das políticas sociais brasileiras – obtendo, assim, uma breve reflexão acerca das condições atuais dos trabalhadores no país. Dessa forma, primeiramente buscou-se analisar o trabalho enquanto categoria central para o entendimento de suas inflexões em âmbito mundial a partir dos anos setenta. Os fundamentos do modo de produção capitalista também foram problematizados para a compreensão da dinâmica de suas crises e leis inerentes. Ademais, pretendeu-se averiguar em que medida a crise global deste mesmo período abalou a estabilidade do capitalismo, provocando a queda nas taxas de lucro empresariais.

Netto e Braz (2006) apontam que a década de setenta representa o início da fase mais recente do imperialismo, qual seja: aquela tardo-burguesa ou também chamada de capitalismo contemporâneo, que significou o amadurecimento das contradições do modo de produção capitalista que não foram solucionadas nos estágios e fases precedentes, dada a própria funcionalidade cíclica das crises e o caráter dinâmico e inovador desse modo de produção, como será visto mais adiante. Da queda da taxa de lucro conferida com o colapso dos *trinta anos gloriosos* decorreu que os representantes do capital procurassem saídas para a reversão dessa taxa e ampliação da mais-valia através de um conjunto de respostas estratégicas que, dentre outras transformações ocorridas, impactaram distintamente sobre formas de Estado e no mundo do trabalho – considerando países de economia central e aqueles periféricos. Dentre as reações da burguesia frente à crise mundial do capital, destacaremos as duas principais respostas: a reestruturação produtiva e a ideologia neoliberal[1].

Discorrer sobre as respostas configuradas pelo capital no âmbito na crise dos anos setenta supõe também uma observação sobre o declínio das experiências do Estado de bem-estar social. A ruína deste último se sucedeu de formas distintas nos países que obtiveram essa experiência, mas todas as respostas configuraram-se em um movimento de reestruturação produtiva – o que ainda ocorre atualmente. As alterações engendradas por essa crise perpassaram as diversas esferas da vida social, impactando principalmente nas condições materiais e espirituais dos indivíduos. De acordo com Antunes (2002, p.167), "a crise afetou tanto a materialidade da classe trabalhadora, a sua forma de ser, quanto a sua subjetividade, o universo dos seus valores, do seu ideário que pautam suas ações e práticas concretas".

[1] O conjunto de respostas a que o capitalismo se submeteu diante da crise dos anos 1970 configurou-se na restauração do capital. Essa expressão designa uma síntese de três respostas principais: a financeirização, a reestruturação produtiva, e a ideologia neoliberal (BRAGA, 1996, apud NETTO e BRAZ, 2006). Aqui, buscou-se priorizar as duas últimas para análise.

Assim, as consequências do processo de reestruturação produtiva recaíram principalmente sobre os trabalhadores e, dado o trajeto histórico do capitalismo e de seus respectivos processos de trabalho, a crise do capital representou uma degradação das condições trabalhistas da classe dominada – este é um dos principais efeitos desse fenômeno, os quais serão sinteticamente analisados no segundo capítulo. Aqui cabe um sucinto apontamento desse fator:

> Com o advento da reestruturação produtiva, não obstante os avanços tecnológicos instalados nas empresas capitalistas, manteve-se e ampliou-se, na maior parte dos empregos, uma estrutura de trabalho precária. No lugar de repercutir em melhorias para os trabalhadores, o desenvolvimento da tecnologia foi implementado pelos capitalistas para rebaixar as condições de trabalho e diminuir os gastos com a força de trabalho. As mudanças ocorridas no mercado capitalista nas últimas décadas foram marcadas pela amplificação da exploração do trabalhador [...] (WELLEN, 2012, p.48).

Em conjunto com a reestruturação produtiva foi necessária uma legitimação ídeo-política que consolidasse determinados ajustes e medidas pelo mundo: dessa forma, a ideologia neoliberal é concebida. Segundo Anderson (1996), o neoliberalismo teve origem paralelamente à construção dos Estados de bem-estar social no Segundo Pós-Guerra, constituindo-se em uma reação ídeo-política contra os diversos tipos de *Welfare State* que emergiam[2]. Só que esse ideário não encontrava força em meio a um contexto de prosperidade econômica. Foi preciso a interrupção do auge capitalista nos anos 1970 para que o neoliberalismo se expandisse e consolidasse. Dessa maneira, as medidas neoliberais encontraram oportunidade de expansão na crise da década de setenta:

> O remédio, então, era claro: manter um Estado forte, sim, em sua capacidade de romper o poder dos sindicatos e no controle do dinheiro, mas parco em todos os gastos sociais e nas intervenções econômicas. A estabilidade monetária deveria ser a meta suprema de qualquer governo. Para isso seria necessária uma disciplina orçamentária, com a contenção dos gastos com bem-estar, e a restauração da taxa "natural" de desemprego, ou seja, a criação de um exército de reserva de trabalho para quebrar os sindicatos. Ademais, as reformas ficais eram imprescindíveis, para incentivar os agentes econômicos (ANDERSON, 1996, p.11).

Postas as condicionalidades e o contexto favorável para a implementação do neoliberalismo, Anderson (1996) acrescenta que o seu êxito tardou em alcançar a América Latina, porém ressalta duas curiosidades: a experiência verdadeiramente pioneira da ideologia neoliberal no Ocidente ocorreu no Chile, com o ditador Pinochet, ainda no início da década de 1970. Na mesma medida, em 1985 a experiência neoliberal boliviana de Jeffrey Sachs inspirou o Oriente pós-soviético. À diferença do governo ditatorial chileno, na Bolívia Sachs

---

[2] Friedrich Hayek é considerado o pioneiro da criação dessa ideologia, convocando constantes reuniões com outros adeptos com o propósito de contestar o keynesianismo e suas intervenções estatais no âmbito social, e em defesa da livre circulação capitalista (ANDERSON, 1996).

implementara o populismo. Portanto, até o final dos anos 1980 esses dois países eram experiências isoladas na América Latina.

Tendo em vista o cenário gradual de precarização das relações de trabalho e o aumento do desemprego estrutural desde a década de setenta no mundo, tem-se aqui as atenções voltadas para o caso do Estado brasileiro, buscando-se a apreensão acerca das principais mudanças ocorridas no país desde os anos oitenta – década em que o neoliberalismo começou a ganhar força no país. Para isso, é importante realizar uma observação sobre a conjuntura brasileira nos âmbitos político, econômico e social nas últimas décadas, avançando para os dias atuais – e sem perder de vista as diferentes correlações de forças em disputa. Portanto, parte-se da concepção de que a reestruturação produtiva e o neoliberalismo suscitaram alterações no Brasil, implicando em determinada reformulação no papel do Estado – com o destaque para a contrarreforma gerencial de cunho neoliberal empreendida pelo então ministro Bresser Pereira no governo de Fernando Henrique Cardoso, e levada adiante pelos sucessores Lula e Dilma com continuidades e rupturas – e no redirecionamento das políticas sociais no país, sob a perspectiva dos direitos sociais.

Considerando aspectos peculiares, históricos e arcaicos do país ainda arraigados na contemporaneidade, a presente pesquisa teve por escopo apreender em que medida os traços característicos das políticas sociais brasileiras impactaram sobre a conformação do trabalho no país, contemplando os processos globais da reestruturação produtiva e do neoliberalismo gestados desde os anos 1970. Para isso, almejou-se analisar as respostas do capital frente à crise mundial desse mesmo período com o foco no processo de reestruturação em articulação com o projeto neoliberal. Foi preciso compreender, assim, quais foram as estratégias desenvolvidas pela burguesia no início do capitalismo contemporâneo para lidar com a crise, e de que maneira estas saídas repercutiram sobre a classe trabalhadora, atentando-se para o caso brasileiro.

Nesse sentido, pretendeu-se investigar o impacto da crise dos anos setenta no Estado brasileiro, levando em conta as experiências neoliberais existentes – principalmente desde o governo de Fernando Henrique Cardoso até o momento atual – e o sentido das contrarreformas ocorridas no Brasil, dado o receituário neoliberal internacional[3]. Desse modo, para o propósito aqui intencionado, buscou-se apreender a funcionalidade das políticas sociais

[3] Cabe ressaltar que, desde 1990, houve uma integração vigorosa do Estado brasileiro às exigências do grande capital internacional, ditadas pelos representantes do Fundo Monetário Internacional/FMI, do BID e do Banco Mundial, na reunião conhecida como Consenso de Washington (LESBAUPIN, 1999).

brasileiras a partir dos processos citados, identificando sumariamente seus desdobramentos sobre a configuração das relações trabalhistas no país.

Diante do cenário contemporâneo relativo às condições dos trabalhadores no Brasil, é relevante analisar quais foram as estratégias capitalistas empreendidas com crise dos anos 1970, como forma de se conceber qual é o propósito dos ajustes neoliberais e da reestruturação produtiva implementados nos países periféricos e naqueles de economia central. Nesse sentido, a investigação teórica sobre o rumo dado às políticas sociais brasileiras desde 1980 é importante para se refletir sobre as mudanças ocorridas no âmbito do modelo de proteção social – de uma forma geral – e da seguridade social de forma específica, bem como para se analisar o trato dos diferentes governos aos direitos sociais e trabalhistas construídos formalmente com a Constituição Federal de 1988.

O debate sobre o tema é muito atual, podendo propiciar reflexões acerca de seus possíveis rebatimentos nos âmbitos acadêmico e profissional do Serviço Social. Assim, pressupõe-se que tanto as condições de trabalho no âmbito da educação universitária quanto aquelas existentes no campo profissional do Serviço Social podem, em grande medida, sofrer os impactos dos caminhos percorridos pelo mundo do trabalho a partir das alterações ocorridas sobre as políticas sociais brasileiras, dadas as causalidades da reestruturação produtiva e da ideologia neoliberal.

Portanto, o interesse pela pesquisa também surgiu tanto pela unidade de ensino na qual me encontro inserida quanto pelo campo de estágio em que atuei – a Maternidade Escola UFRJ. As alterações ocorridas nesses espaços são cada vez mais evidentes, dada a precariedade dos insumos materiais e a fragilidade das relações de trabalho. Tanto no que se refere aos trabalhadores terceirizados quanto àqueles com vínculo estatutário, as modificações nos setores do ensino e da saúde me interessam muito enquanto objeto de estudo. Assim, pode-se refletir sobre a reconfiguração dessas relações trabalhistas enquanto prováveis consequências das políticas econômicas de ajuste fiscal, bem como do fomento às privatizações.

Outro ponto de interesse pela pesquisa ocorreu pela relevância do tema para uma acepção crítica sobre a formação profissional dos assistentes sociais, dada a funcionalidade da inserção dos mesmos no modo de produção capitalista. Raichelis (2010) aponta para as políticas sociais enquanto mediação essencial da ação do Estado, envolvendo uma teia conflituosa e antagônica de classes, estratégias e interesses distintos. Nesse sentido, são requisitadas diversas categorias profissionais para intervir nas refrações da questão social via tais políticas. Portanto, torna-se indispensável articular o objeto de estudo ao campo

profissional do Serviço Social, entendendo as políticas sociais como mediações para a profissionalização do mesmo, no âmbito de suas múltiplas inserções.

A hipótese aqui adotada é de que a reestruturação produtiva e a ideologia neoliberal reconfiguraram a sociedade e o Estado brasileiros, trazendo consequências para as políticas sociais principalmente a partir do governo de Lula da Silva – o que provavelmente implicou a disseminação do valor da flexibilização, reforçando recorrentes práticas de precarização, fragilidade dos vínculos formais, informalidade e terceirização. Essas modalidades de trabalho ganharam vasta expansão pelo mundo, e esse processo também tomou forma na realidade brasileira a partir de suas particularidades e de determinadas mediações que serão expostas na pesquisa. Ademais, parte-se do entendimento que as práticas neoliberais consolidadas a partir do governo de Fernando Henrique Cardoso foram mantidas com os mandatos de Lula da Silva e Dilma Rousseff, sob uma roupagem de um novo modelo político que só acabou por reforçar e reatualizar a ideologia neoliberal.

Em face das determinações aqui apresentadas e seus impactos no cenário brasileiro, o tema analisado na pesquisa possui relevância social, política e acadêmica. Dessa forma, é preciso adentrar no acervo teórico acumulado para apreender de que forma o neoliberalismo e a reestruturação produtiva impactaram sobre a conjuntura societária brasileira – com a necessária contemplação do delineamento das políticas sociais nesse contexto. Assim, a pesquisa tem cunho qualitativo, com a abordagem de aspectos teóricos cientificamente fundamentados. Nesse sentido, Gerhardt e Silveira (2009) destacam que a aproximação qualitativa não se utiliza de quantificações ou números e pressupõe o estudo de aspectos da realidade no âmbito das relações sociais. Ademais, o projeto possui caráter exploratório, ou seja, objetivou "proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses" (GERHARDT e SILVEIRA, 2009, p.35). Para isso, ele teve como pressuposto o estudo de determinadas teorias para a fundamentação do objeto de estudo em questão.

Além disso, a investigação se deu por meio de revisão bibliográfica – com a utilização de levantamento bibliográfico, com o uso de fontes secundárias. Para fundamentar esse conceito, Lakatos (2003, p.158) afirma que "a pesquisa bibliográfica é um apanhado geral sobre os principais trabalhos já realizados, revestidos de importância, por serem capazes de fornecer dados atuais e relevantes relacionados com o tema". Nesse sentido, as fontes secundárias compõem-se pela "imprensa em geral e obras literárias" (*idem*).

Na pesquisa, a principal fonte primária e documental utilizada foi o Plano Diretor da Reforma do Estado, elaborado no ano de 1995. As demais foram de cunho secundário e

bibliográfico, e se compuseram principalmente pelos artigos científicos publicados, obras literárias dos autores mais afinados com a perspectiva crítica a partir da análise marxista, além de dissertações de mestrado e teses de doutorado na área proposta.

Objetivou-se, também, apresentar a definição de categorias de análise, com a explicação de determinados conceitos usados no desenvolvimento do objeto, para facilitar a compreensão do raciocínio aqui exposto. Lakatos (2009) salienta a importância dessa exposição ao discorrer que a precisão de termos em uma pesquisa contribui para o esclarecimento dos mesmos e evita possíveis ambiguidades, uma vez que um mesmo conceito pode apresentar sentidos distintos dentro do universo científico.

O método de abordagem proposto teve como alicerce o materialismo histórico de Marx, isto é, a ênfase na questão da produção material da vida social para a explicação das demais esferas: na pesquisa, destaco os âmbitos econômico, social e político[4]. Em outros termos, a dimensão da produção foi o ponto de partida para o esclarecimento dos demais âmbitos, e isso se realizou através de mediações, tendo em vista a dimensão universal do tema – ou seja, o fenômeno da reestruturação produtiva e do neoliberalismo – e aquela singular – a funcionalidade das políticas sociais a partir dos impactos da primeira mediação. Através do estudo de uma esfera particular em articulação com outra universal, buscaram-se considerações para o problema proposto.

Minayo (2009), ao expor as diversas correntes de pensamento no âmbito das abordagens qualitativas e quantitativas, discorre da seguinte forma sobre o marxismo na pesquisa científica:

> O marxismo enquanto abordagem que considera a historicidade dos processos sociais e dos conceitos, as condições socioeconômicas de produção dos fenômenos e as contradições sociais, é uma outra teoria sociológica importante. Enquanto método, propõe a abordagem dialética que teoricamente faria um desempate entre o positivismo e o compreensivismo, pois junta a proposta de analisar os contextos históricos, as determinações socioeconômicas dos fenômenos, as relações sociais de produção e de dominação com a compreensão das representações sociais (MINAYO, 2009, p.24).

O que importa destacar no trecho da autora é a sua análise sobre o marxismo enquanto abordagem histórica e dinâmica, levando em consideração diversas determinações. Cabe sublinhar também que essa corrente não analisa quaisquer fenômenos sem considerar a totalidade, ou seja, nenhum aspecto é analisado recortado do todo da vida social.

Realizando uma paráfrase, podemos afirmar que a totalidade da pesquisa é composta por quatro partes. O primeiro capítulo aborda a categoria trabalho desde as suas origens,

[4] "O modo de produção da vida material condiciona o processo da vida social, política e espiritual em geral. Não é a consciência do homem que determina o seu ser, mas, pelo contrário, o seu ser social é que determina a sua consciência" (MARX, 1844, p.3).

trazendo a centralidade de sua análise histórica para o debate contemporâneo. Para isso, fez-se uma breve exposição acerca da constituição do trabalho e do ser social. Posteriormente, realizou-se uma reflexão dessa categoria de forma a expor os desdobramentos da mesma desde a sociedade primitiva até as sociedades de classe – considerando aqui a escravista e a feudal. Dando continuidade à reflexão deste primeiro momento, a pesquisa se voltou para o caráter impresso ao trabalho na sociedade capitalista, demonstrando também os fundamentos desse modo de produção – com o intuito de se compreender a funcionalidade das crises nesse sistema.

O segundo capítulo explicita inicialmente a constituição do modelo organizacional fordista/taylorista (com as devidas contribuições keynesianas) durante o período dos chamados *trinta anos gloriosos*. O segundo tópico analisa o contexto do surgimento e expansão do padrão toyotista de produção – modelo organizacional mais recente – no âmbito da crise dos anos setenta, bem como os desdobramentos do primeiro para os trabalhadores tomados em uma ampla acepção. Assim, o último item do capítulo – sem pretender uma análise cronológica de acontecimentos – é concomitante ao anterior, de forma que objetiva abordar o conjunto de estratégias empreendidas pela burguesia diante da queda das taxas de lucro, dada a crise dos Estados de Bem-estar social nos diversos países que obtiveram tal experiência.

O terceiro capítulo suscita reflexões acerca dos rebatimentos da crise do capital sobre o Brasil, dado o receituário neoliberal internacional sobre os países periféricos. Dessa forma, este aborda primeiro as consequências do neoliberalismo sobre o papel estatal do país, analisando posteriormente as tentativas de se implementar uma contrarreforma desde os anos 1990. Assim, contempla-se o que se sucedeu nesse sentido a partir do governo de Fernando Henrique Cardoso – dadas as iniciativas de Bresser Pereira no Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado –, com a indicação das principais modificações econômicas e sociais no contexto histórico do país. Nesse percurso, são apresentadas ulteriores análises do projeto neoliberal e suas ações de reestruturação nos governos de Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff. Prosseguindo com a pesquisa, ocorre uma reflexão teórica acerca das principais repercussões dessa ideologia sobre as políticas sociais brasileiras – trazendo à tona a questão da mercantilização e da refilantropização das políticas sociais, para que sejam brevemente expostos os impactos principais trazidos para a experiência trabalhista brasileira.

Portanto, a última parte da pesquisa, referente às considerações finais, se utilizou das análises dos três capítulos anteriores, para expor em que medida o Brasil foi impactado pela crise mundial dos anos setenta por meio do receituário neoliberal (contemplando os traços

característicos e particulares do país) e a partir da análise das políticas sociais. Dessa forma, é possível analisar sinteticamente as relações de trabalho brasileiras por meio da reestruturação do Estado e das políticas públicas.

Capítulo 1 – Trabalho e capital: fundamentos sócio-históricos

Para que seja realizada uma reflexão sobre os fundamentos do modo de produção capitalista, primeiramente é preciso entender a centralidade da categoria *trabalho*[5] para a subsistência humana – mesmo antes da consolidação do modo de produção capitalista, desde a época da comunidade primitiva que denotou a existência dos seres humanos. O trabalho é fundamental para compreender a constituição do ser social, uma vez que o primeiro dá origem a este último, representando o salto qualitativo humano através da natureza orgânica.

1.1 Origem do trabalho e constituição do ser social

Antes de darmos continuidade à questão da importância do trabalho para a constituição do ser social, é preciso expor o seu significado no âmbito da análise marxista aqui pretendida, perante uma gama de interpretações sobre o mesmo no campo das ciências humanas:

> [...] As condições materiais de existência e reprodução da sociedade – vale dizer, a satisfação material das necessidades dos homens e mulheres que constituem a sociedade – obtêm-se numa interação com a natureza: a sociedade, através dos seus membros (homens e mulheres), transforma matérias naturais em produtos que atendam às suas necessidades. Essa transformação é realizada através da atividade a que denominamos *trabalho* (NETTO e BRAZ, 2006, p.30).

Dessa forma, a centralidade do trabalho para a humanidade é dada por este ser uma atividade exclusivamente humana, fundamentado na razão, na cultura e na linguagem articulada e que, por isso, se diferencia das demais tarefas realizadas por outros seres na natureza. Algumas características próprias ao trabalho demonstram essa diferenciação, dentre elas o fato dele exigir o intermédio de instrumentos, afastando cada vez mais as barreiras naturais – e isso denota o caráter social dessa categoria, mesmo que, em pesquisas antropológicas recentes, tenha-se verificado que outros animais também são capazes de também produzir ferramentas. Tais instrumentos vão se fazendo cada vez mais necessários na relação entre o homem e a natureza. Outra característica pertinente ao trabalho é que este demanda conhecimentos que vão sendo acumulados de gerações em gerações – ou seja, a cultura tem o trabalho por fundamento. Uma outra propriedade diz respeito ao crescimento da variabilidade de novas necessidades humanas e das formas de atendimento das mesmas (*idem*).

---

[5] Segundo a análise marxiana, "o trabalho é um processo entre o homem e a natureza, um processo em que o homem, por sua própria ação, media, regula e controla seu metabolismo com a natureza. [...] Não se trata aqui das primeiras formas instintivas, animais, de trabalho. [...] Pressupomos o trabalho numa forma em que pertence exclusivamente ao homem" (MARX, 1983, p.149-150/153, *apud* NETTO e BRAZ, 2006, p.31).

Para além das diferenças entre a atividade humana e aquela exercida por outros seres da natureza, o trabalho exige a teleologia/prévia ideação[6] de ações para a sua realização, demandando também um sistema de comunicação através de um tipo de linguagem, que é a linguagem articulada. Ademais, a transmissão de aprendizados armazenados impulsiona o homem a generalizar e universalizar os saberes que detém. E o processo da humanização é dado pelo desenvolvimento quase que sem limites de novas necessidades:

> Tanto a feitura de instrumentos quanto a de produtos [...] exige que o sujeito *conheça* as propriedades da natureza. Não basta prefigurar idealmente o fim da atividade para que o sujeito realize o trabalho; é preciso que ele reproduza, também idealmente, as condições objetivas em que atua [...] e possa transmitir a outrem essas representações. [...] A partir das experiências imediatas do trabalho, o sujeito vê-se impulsado e estimulado a generalizar e a universalizar os saberes que detém. Ora, tudo isso requer um sistema de **comunicação** que não deriva de códigos genéticos, uma vez que se relaciona [...] a fenômenos surgidos no âmbito do ser que trabalha – por isso, o trabalho requer e propicia a constituição de um tipo de linguagem (a **linguagem articulada**) [...] (NETTO e BRAZ, 2006, p.33).

A configuração dessa linguagem se dá, pois, o trabalho é sempre uma atividade coletiva, sendo impossível de constituir-se enquanto atividade de um ser isolado, ainda que todo ato de trabalho seja individual.

Esse breve percurso teórico sobre a categoria trabalho é útil para demonstrar sua centralidade para a existência e subsistência da humanidade, como foi exposto ao início deste tópico. Segundo Engels, "o trabalho [...] é a condição básica e fundamental de toda a vida humana" (1876, p.1). Ademais, a história da constituição do ser social está intrinsecamente relacionada a esse conceito. Ou seja, o ser social só se fundou e se mantém através do trabalho, uma vez que este propiciou a humanização do homem – que é a diferenciação e complexificação das objetivações do ser social, dado o desenvolvimento deste último através da própria ação humana e do acúmulo de habilidades.

Ainda sobre a importância do trabalho, Wellen e Wellen (2010) explicitam que o mesmo é a base da história da humanidade por duas razões principais: a primeira diz respeito à transformação da natureza pelo homem para que este último extraia suas condições de sobrevivência; a segunda é concernente à interposição do trabalho na relação entre a humanidade e a natureza, onde o primeiro promove preliminarmente as qualidades subjetivas humanas.

---

[6] "Uma aranha executa operações semelhantes às do tecelão, e a abelha supera mais de um arquiteto ao construir sua colméia. Mas o que distingue o pior arquiteto da melhor abelha é que ele figura na mente sua construção antes de transformá-la em realidade. No fim do processo do trabalho aparece um resultado que já existia antes idealmente na imaginação do trabalhador. Ele não transforma apenas o material sobre o qual opera; ele imprime ao material o projeto que tinha conscientemente em mira, o qual constitui a lei determinante do seu modo de operar e ao qual tem de subordinar sua vontade" (MARX, 1996, p.298).

Resgatando o que foi dito preliminarmente ao início deste tópico, a natureza compõe-se basicamente pelas matérias inorgânica e orgânica (essa tendo surgido daquela). No âmbito da natureza orgânica, uma comunidade de seres diferenciados dos demais foi evoluindo através de um processo civilizatório, e isso representou um salto qualitativo. É nesse momento que o ser social[7] configura-se enquanto ser dotado de uma complexidade maior que a dos demais. E tal progresso qualitativo só ocorreu devido ao trabalho (NETTO e BRAZ, 2006).

O desenvolvimento do homem mais primitivo até tornar-se ser social é, evidentemente, extenso e minucioso. Aqui, cabe apenas salientar que o salto qualitativo conferido nesse processo se deu principalmente com base na sociabilidade humana[8] e na expansão dos conhecimentos adquiridos ao longo do tempo. Com base no pensamento de Lukács, Sérgio Lessa (2007) analisa o processo de constituição do ser social, citando o movimento de articulação cada vez maior das tribos primitivas no passado, expondo que hoje seria impossível pensar a existência de um indivíduo sem agregá-lo à história de toda humanidade. O afastamento mais nítido das barreiras naturais – com a proximidade cada vez maior do homem às determinações sociais – não implica em um progresso civilizatório dos homens, pois o debate sobre a composição da categoria trabalho não pressupõe a emancipação humana, uma vez que o distanciamento referido foi acompanhado por determinados fundamentos que permitiram a exploração do homem pelo homem no âmbito da produção de mercadorias, lógica esta que posteriormente se espraiou para as outras esferas da vida social – o fenômeno da alienação será citado mais adiante para ilustrar essa reflexão.

Cumpre destacar também que, se o processo de humanização significou a complexificação das objetivações do ser social com o surgimento de novas necessidades para além daquelas mais imediatas, as primeiras estão sempre articuladas mais diretamente com o trabalho – não existem necessidades nem possibilidades que não seja lastreada pelo trabalho, ainda que o sujeito que as acesse desconheça isso. Ou seja, o trabalho constitui-se enquanto a objetivação primária do ser social, sendo a base ineliminável para todas as outras: "as outras

---

[7] "[...] Foi através do trabalho que, de grupos primatas, surgiram os primeiros grupos humanos – numa espécie de *salto* que fez emergir um novo tipo de ser, distinto do ser natural (orgânico e inorgânico): o **ser social**" (NETTO e BRAZ, 2006, p.34).

[8] "[...] Quando o trabalho é tomado em sua especificidade de produto da consciência (portanto, produto social pré-ideado) deve também, ao mesmo tempo, ser considerado como elemento fundante da sociabilidade humana" (SANTOS, 2009, p.95).

formas de objetivação, que se estruturam no processo de humanização, supõem os traços fundamentais que estão vinculados ao trabalho[9]" (NETTO e BRAZ, 2006, p.41).

Apesar do trabalho constituir-se como base inquestionável para as outras objetivações do ser social, é preciso dizer que, dado o contínuo desenvolvimento humano nesta condição, as objetivações mais complexas foram se autonomizando da esfera do trabalho, mesmo que essa autonomia nunca seja total. Nesse sentido, é preciso evidenciar a categoria da práxis enquanto atividade humana transformadora que é fruto do florescimento do trabalho, mas que não se resume a ele. Isto é, a práxis abarcaria um conjunto de objetivações que extrapolam a dimensão do trabalho – objetivação primária do ser social. Então, ela representa uma série de atividades que enriquecem o ser social, pois o mesmo acaba por se projetar e se realizar "nas objetivações materiais e ideais da ciência, da filosofia, da arte, construindo um mundo de produtos, obras e valores"[10] (NETTO e BRAZ, 2006, p.43).

Só que a práxis se opera em determinadas condições histórico-sociais que não permitem o acesso igualitário dos homens às mesmas possibilidades. Isto significa dizer que, a partir do surgimento das sociedades de classes, há um acesso estruturalmente contraditório e desigual a um conjunto extenso de alternativas disponibilizadas para os homens, sendo este desfrute limitado para alguns grupos e mais amplo para outros. Nesse sentido é que se opera o fenômeno da alienação. Antes de expor as condições que desencadeiam essa disparidade, cabe explicitar o sentido da alienação aqui conferido:

> A práxis pode produzir objetivações que se apresentam aos homens não como obras suas, como sua criação, mas, ao contrário, como algo em que eles não se reconhecem, como algo que lhes é estranho e opressivo. Em determinadas condições histórico-sociais, os produtos do trabalho e da imaginação humanos deixam se de mostrar como objetivações que expressam a humanidade dos homens – aparecem mesmo como algo que, escapando ao seu controle, passa a controlá-los como um poder que lhes é superior (NETTO e BRAZ, 2006, p.44).

Ou seja, no âmbito da alienação, a práxis não se realiza enquanto atividade transformadora – em que o homem reconhece e se apropria do resultado de sua ação –, mas converte-se em um processo em que o objeto aparece como um ente independente ao sujeito, que lhe enfrenta como uma força estranha. Assim, as condições histórico-sociais em que se interpõe o fenômeno da alienação são aquelas em que há a divisão social do trabalho e a

---

[9] Como exposto anteriormente, tais traços são: a capacidade teleológica, a universalização e a linguagem articulada (NETTO e BRAZ, 2006).

[10] "Os produtos e obras resultantes da práxis podem objetivar-se materialmente e/ou idealmente: no caso do trabalho, sua objetivação é necessariamente algo material; mas há objetivações (por exemplo, os valores éticos) que se realizam sem operar transformações numa estrutura material qualquer" (NETTO e BRAZ, 2006, p.44).

propriedade privada dos meios de produção fundamentais, ocorrendo então nas sociedades em que há divisão entre classes e a consequente exploração de um grupo sobre outro (*idem*).

1.2 Trabalho nas sociedades de classe

Para que as categorias das condições em que se expressa a alienação fiquem mais evidentes aqui, é preciso citar brevemente os diferentes tipos de sociedade existentes desde o surgimento dos povos primatas. A sociedade que reuniu os primeiros grupos humanos foi o comunismo primitivo. Nele, havia a propriedade coletiva dos meios de produção[11], ou seja, toda a comunidade humana desfrutava igualmente dos produtos de seu trabalho. Só que tal apropriação coletiva se assentava em um estado geral de penúria, uma vez que a produção de bens ocorria para o consumo imediato com a finalidade de se suprir as necessidades básicas – dessa forma, não havia o excedente da produção. Assim, no comunismo primitivo as forças produtivas[12] eram pouco desenvolvidas e ainda muito rudimentares.

Tendo em vista as circunstâncias histórico-sociais em que a alienação se realiza, na comunidade primitiva esse fenômeno não se expressava[13]. Isso se explica pelo desfrute coletivo dos meios de produção e do produto do trabalho, além de haver uma mínima divisão sexual do mesmo "entre homens (caçadores) e mulheres (que coletavam e preparavam os alimentos)" (NETTO e BRAZ, 2006, p.56), não representando ainda uma divisão por classes sociais distintas. A divisão social do trabalho se distingue da divisão sexual do mesmo pois ela só existe com a instauração do excedente econômico, repartindo o "trabalho em especialidades (a olaria, a fabricação de armas, etc.)" (*idem*).

Na medida em que as forças produtivas foram se desenvolvendo no âmago da sociedade primitiva – onde o aumento da produtividade do trabalho possibilitou a produção para além das necessidades imediatas –, houve uma revolução na vida social e o surgimento do excedente econômico. Este último passa a tornar viável a exploração do trabalho humano, abrindo passagem para uma nova sociedade: aquela escravista – e é aqui que tem início a construção do fenômeno da alienação.

Nesse sentido, os mesmos autores (2006) analisam o surgimento e consolidação do escravismo, explicitando que esta sociedade se difere em muito da primeira por haver a apropriação privada dos meios de produção e a divisão social entre classes. Ademais, o

---

[11] Na concepção de Mandel (1982), este termo abrange a terra, as matérias-primas, as máquinas e os instrumentos de trabalho. Netto e Braz (2006) detalham essa categoria, demonstrando que ela engloba os meios de trabalho (instrumentos, ferramentas, instalações, terra, etc.) e os objetos de trabalho (matérias naturais brutas ou já modificadas pela ação do trabalho).

[12] As forças produtivas abarcam os meios de produção fundamentais e a força de trabalho (NETTO e BRAZ, 2006).

[13] Considerando as análises marxistas mais recorrentes e introdutórias sobre o tema.

surgimento do excedente propiciou a constituição e o desenvolvimento do comércio, pois este tipo de produção tornou possíveis as relações de troca entre os produtos.

Dadas estas condições no âmbito da alienação, ocorreu uma grande diversificação da produção de bens e o estímulo do comércio entre sociedades distintas e distantes. Além disso, a sociedade escravista significou um avanço da história da humanidade, uma vez que operou a passagem da antiga barbárie primitiva para a civilização, especialmente porque representou um grande avanço das forças produtivas. Só que esse momento ocorreu em meio a uma contradição, pois se assentou na exploração de uma classe sobre outra, isto é: o produtor direto (escravo) produzia o excedente que lhe era extraído mediante a coerção e violência real. Engels (1884) expõe esse traço classista ao citar que o mesmo existe desde os primórdios da civilização – ou seja, da sociedade escravocrata. Em decorrência disso, se "a civilização se baseia na exploração de uma classe por outra, todo o seu desenvolvimento se opera numa constante contradição. Cada progresso na produção é, ao mesmo tempo, um retrocesso na condição da classe oprimida, isto é, da imensa maioria" (*idem*).

A ruína do escravismo se identifica com a desintegração do Império Romano e a contradição entre forças produtivas e relações sociais de produção que, dado um período de tempo, apontou para a constituição de uma nova sociedade: o feudalismo. Aqui cabe sublinhar que emergiram duas classes principais e antagônicas entre si: os senhores de terra (nobres) e os servos (produtores diretos). Os feudos pertenciam aos primeiros, que sujeitavam os segundos à exploração. Porém, de forma diferente do que ocorreu entre escravos e seus senhores, os nobres e servos mantinham uma série de compromissos mútuos – com a semelhança que o excedente produzido pelo explorado também lhe era subtraído mediante a violência física e potencial.

Mas os autores (2006) também destacam que, mesmo com a então prioritária relação entre senhores feudais e servos, desenvolvia-se no interior desta sociedade a produção de mercadorias destinadas à troca/comércio pelos artesãos e comerciantes. Essa produção mercantil foi intensificada com as Cruzadas e propiciou a complexificação da estrutura social da época, introduzindo novos protagonistas no cenário histórico-social. O estímulo às atividades comerciais foi tão intenso que acabou por derruir as bases do sistema feudal, marcando o fim do Antigo Regime.

Ademais, Huberman salienta que "novas cidades se desenvolveram com a intensificação do comércio" e "[...] antigas cidades [...] adotaram uma vida nova" (1981, p.27). Houve uma clara separação entre a cidade e o campo, e alguns historiadores especulam a migração de camponeses para as cidades, dada a expansão comercial. Essa dicotomia

territorial também trazia um conflito polarizado entre o antigo sistema feudal – representado pelo clero e pela nobreza – e as efervescentes atividades comerciais que se realizavam nas cidades – novo momento evidenciado pelos mercadores. Uma breve citação deste autor remete à contribuição do desenvolvimento das forças produtivas para o colapso da sociedade feudal: "[...] o comércio, por sua própria natureza, é dinâmico, mutável e resistente às barreiras" (*idem*). Ou seja, o antigo sistema impedia a efetivação das relações comerciais enquanto atividades livres de quaisquer amarras: fez-se necessário romper com as práticas feudais até então vigentes. Mais uma vez, o colapso de uma sociedade para a origem de outra nova foi designado pela contradição entre as relações sociais de produção estabelecidas e as forças produtivas. As novas relações comerciais deram notoriedade a um grupo surgente, constituído pelos comerciantes/mercadores, que tinham no lucro o seu objetivo principal:

> É com eles que uma nova forma de riqueza, diferente daquela própria à ordem feudal – nesta, a forma privilegiada de riqueza era a *imobiliária*, expressa pela propriedade da terra –, vai ganhar relevância: a riqueza *mobiliária*, traduzida pela acumulação de dinheiro. Dos grandes comerciantes, grupo social que nasce nas entranhas da ordem feudal, surgirão os elementos que, a partir do século XVI, conformarão a classe que derrotará a feudalidade – eles constituirão a *burguesia* (NETTO e BRAZ, 2006, p.70).

Huberman (1981) explicita que o colapso do feudalismo foi representado pelo marcante episódio conhecido como Revolução Francesa de 1789, onde os camponeses – que se viam cada vez mais libertos dos laços de servidão e do compromisso com os feudos – precisavam de um apoio considerável e de uma liderança para desobstruir o poder feudal. Nesse sentido, esse grupo encontrou na nascente classe média – a burguesia – uma forma de obter êxito com suas reivindicações. O autor ressalta que, ao fim da Revolução, a burguesia obteve o poder político e econômico, enquanto os grupos menos abastados – os antigos camponeses – viram-se golpeados pela então classe dominante, que antes só havia declarado oposição aos déspotas para lhes tomar o poder. Assim, a dominação burguesa passa a legitimar-se em diversos países europeus.

Cumpre destacar também que o mesmo autor aponta para outras duas importantes batalhas ao longo da história e anteriores à Revolução Francesa que contribuíram para o fortalecimento da nova classe média que emergira da luta com o feudalismo: a Reforma Protestante no início do século XVI e a Revolução Gloriosa no século XVII. Entetranto, pode-se dizer que o episódio da Revolução Francesa foi fundamental para operar a passagem do feudalismo para o modo de produção capitalista. Sobre esta transição, Huberman acrescenta que "em lugar do feudalismo, um sistema social diferente, baseado na livre troca de

mercadorias com o objetivo primordial de obter lucro, foi introduzido pela burguesia": o sistema capitalista (HUBERMAN 1981, p.135-138).

As breves exposições feitas acerca das sociedades que figuraram desde o homem primitivo serviram para exprimir a centralidade do trabalho enquanto objetivação primária das diversas outras e base para a constituição e subsistência do ser social. Ademais, a análise também contribuiu para demonstrar o sentido da alienação, que ganha força a partir do escravismo. Nesse sentido, faz-se necessário discorrer sobre a constituição do trabalho na sociedade que sucedeu o feudalismo. E é isso que o próximo tópico abordará: a origem e as particularidades pertinentes ao modo de produção capitalista.

1.3 Trabalho e fundamentos do modo de produção capitalista

Dadas as análises das sociedades precedentes e a busca incessante pelo lucro no modo de produção capitalista, há que se compreender os fundamentos da consolidação deste último, considerando os traços da exploração do homem pelo homem, da divisão social do trabalho e da propriedade privada dos meios de produção conferidos desde o escravismo. O fortalecimento da sociedade capitalista significou aquela contradição já mencionada entre as relações sociais de produção e as forças produtivas levadas às últimas consequências e, simultaneamente, um percurso histórico da humanidade – momento marcado por um gradual e lento desenvolvimento da práxis humana e, ao mesmo tempo, pela questão da alienação – devido ao alto grau de exploração entre os próprios homens e uma divisão social e técnica do trabalho cada vez mais severa.

Desde a sua origem, o capitalismo passou por consideráveis mudanças até constituir-se na sua forma atual, com características recentes que passaram a integrar a sua dinâmica e as contradições[14] e leis econômico-sociais permanentes já em seu início. É preciso destacar que tais leis não são naturais, mas sim tendenciais e regulares, apresentando-se como inelimináveis e funcionais à dinâmica capitalista, da mesma forma que as crises. O viés dinâmico e contraditório do capitalismo lhe é pertinente desde as suas origens. Gorender aponta para esse caráter na concepção marxiana:

> O sistema teórico marxiano distingue-se pela exposição das tendências dinâmicas inerentes ao modo de produção capitalista, as quais, se lhe impulsionam o crescimento, ao mesmo tempo desenvolvem suas contradições internas e o conduzem à decadência e à substituição por um novo modo de produção (GORENDER, 1996, p.50).

Entretanto, antes de analisar essa questão e datar os diferentes estágios desse modo de produção, cabe explicitar as particularidades que o diferencia das demais sociedades até então existentes. Netto e Braz (2006) apontam para a expansão e consolidação do modo de produção capitalista com a ruína do Antigo Regime e no contexto da efervescência de ideias iluministas no decorrer dos séculos XVIII e XIX. Complementando o que foi analisado por Huberman (1981) há linhas atrás, os autores expõem que a sociedade antes baseada na violência extra-econômica e na dependência entre senhores e servos entra em declínio através de uma dupla revolução: a Francesa do século XVIII e a Industrial do século XIX. Assim, emerge uma recente classe média e uma sociedade mais emancipada e livre politicamente, porém marcada por antagonismos e contradições dada a luta contra a servidão ainda existente no plano cultural.

---

[14] Aqui também me refiro às crises desse modo de produção, de que tratarei posteriormente nesse item.

Há que se destacar também que, no âmbito dessa sociedade nascente, a produção mercantil se generaliza. Desse modo, para a mercadoria ser concebida enquanto tal ela precisa ter valor de uso e de troca, ou seja, há que satisfazer necessidades humanas – materiais e espirituais – e ter utilidade, além de destinar-se à comercialização. Assim, a produção de mercadorias exige a divisão social do trabalho, mesmo que rudimentar, além da propriedade privada dos meios de produção, para que haja a troca/venda das mesmas. Os mesmos autores sinalizam que apesar da produção mercantil ter existido nas sociedades escravista (de forma ainda muito incipiente) e feudal, foi o capitalismo que se generalizou enquanto um modo de produção de mercadorias. Ademais, a produção mercantil no capitalismo implica em outras características para além das supracitadas (NETTO e BRAZ, 2006).

Dado o desenvolvimento do comércio e o crescimento gradual da especialização do trabalho com o surgimento de novas classes, há que se pensar nas seguintes particularidades da produção mercantil nesse modo de produção: a transformação da força de trabalho[15] em mercadoria, com a exploração sobre o trabalho assalariado[16]; a origem e constituição de duas classes antagônicas – a força de trabalho livre/trabalhadores de um lado, e a burguesia de outro; o espraiamento das relações mercantis para a vida social tomada em seu conjunto, onde tudo é passível de tornar-se mercadoria (*idem*). Cada um destes elementos será explicado a seguir.

Há a exploração do trabalho do produtor direto com a constituição da sociedade capitalista, isto é: o proprietário dos meios de produção apropria-se privadamente do produto do trabalhador, o qual lhe resta apenas a venda da sua força de trabalho. Dessa forma, o primeiro compra esta energia física e psíquica necessária para a realização de uma mercadoria, apropriando-se do seu resultado final. Apesar de haver um ponto em comum sobre o objetivo do lucro tanto no comerciante[17] quanto no capitalista, este último precisa comandar o processo produtivo, com a finalidade da obtenção constante de mais-valia[18] (*idem*).

---

[15] "É energia física e mental depreendida pelo trabalhador no processo de produção, no qual este produtor direto transfere sua energia física e intelectual para a mercadoria a ser produzida" (NEVES, 2010, p.1).

[16] "O salário é o preço que o capitalista paga pela mercadoria força de trabalho" (NETTO e BRAZ, 2006, p.84).

[17] Aqui referido no âmbito do feudalismo.

[18] É o acréscimo de valor gerado pela força de trabalho na produção. Em outras palavras, a mais-valia designa o excedente produzido pelo trabalhador no processo produtivo, sendo a fonte de acumulação do capitalista (NETTO e BRAZ, 2006).

Sobre a questão da polarização entre a classe exploradora e aquela oprimida, Marx (1996) enfatiza que houve um período conhecido como a acumulação primitiva do capital, momento pré-capitalista que propiciaria as condições ideais para o surgimento da sociedade capitalista. Deste modo, esse episódio estabeleceu as bases para o domínio dos expropriadores e detentores dos meios de produção sobre os vendedores da força de trabalho, além de consolidar "o processo histórico de separação entre produtor e meio de produção", ou seja, o chamado trabalhador livre o é em uma dupla acepção, "porque não pertencem diretamente aos meios de produção [...], nem os meios de produção lhes pertencem" (*idem*). Marx acrescenta uma fecunda análise sobre a conformação do trabalhador assalariado e concebido enquanto livre:

> Para tornar-se livre vendedor de força de trabalho, que leva sua mercadoria a qualquer lugar onde houver mercado para ela, ele precisava [...] ter escapado do domínio das corporações, de seus regulamentos para aprendizes e oficiais e das prescrições restritivas do trabalho. Assim, o movimento histórico, que transforma os produtores em trabalhadores assalariados, aparece, por um lado, como sua libertação da servidão e da coação corporativa [...]. Por outro lado, porém, esses recém-libertados só se tornam vendedores de si mesmos depois que todos os seus meios de produção e todas as garantias de sua existência, oferecidas pelas velhas instituições feudais, lhes foram roubados (MARX, 1996, p.329).

A reflexão marxiana demonstra que apesar do trabalhador – na condição de assalariado – ser considerado livre das amarras feudais, o mesmo vê-se impelido a vender sua força de trabalho, pois os meios de produção já não lhe pertencem mais, sendo de propriedade dos capitalistas. O autor também expõe que a polarização anteriormente citada teve por base a servidão do trabalhador – considerando outras modalidades para além do assalariamento, como nas relações feudais e escravocratas, por exemplo (*idem*). Assim, o modo de produção capitalista pressupõe a conformação de duas classes antagônicas centrais: a burguesia, de um lado, e os produtores diretos de outro.

Marx e Engels (2008) sinalizam essa dualidade central ao refletirem sobre o surgimento da sociedade burguesa moderna, explicitando que esta última não superou as contradições existentes no feudalismo, apenas trazendo "novas classes, novas condições de opressão e novas formas de luta no lugar das antigas". Entretanto, os autores expõem que os antagonismos de classes se simplificaram em dois grandes campos diretamente opostos: a burguesia e o proletariado (MARX e ENGELS, 2008, p.9). A constituição antagônica entre essas duas classes fundamentais se expressa na contradição entre capital e trabalho. Sobre este fato, cabe uma breve reflexão:

> As classes fundamentais do modo de produção capitalista, assim, determinam-se pela propriedade ou não dos meios de produção: os capitalistas (a classe capitalista, a burguesia) detêm essa propriedade, enquanto o proletariado (o operariado, a classe constituída pelos produtores diretos) dispõe apenas de sua capacidade de trabalho e,

> logo, está simultaneamente livre para/compelido a vendê-la como se vende qualquer mercadoria; no modo de produção capitalista, o capitalista é o representante do capital e o proletário o do trabalho (NETTO e BRAZ, 2006, p.84-85).

Essas duas classes expressam a contradição essencial do modo de produção capitalista: aquela entre a socialização da produção e a apropriação privada. Engels (1981), ao voltar sua análise para esse antagonismo e pressupondo a produção material enquanto base para a ordem social, argumenta que, com o declínio da ordem feudal e o nascimento do modo capitalista de produção, a socialização dos meios de produção e da produção em contraposição à apropriação privada pelos capitalistas culminou na depreciação progressiva dos meios individuais do produtor direto (que até então se apropriava do fruto de seu próprio trabalho), bem como na generalização do trabalho assalariado – submetendo uma grande massa de operários a essa condição.

Nesse momento, o autor ressalta que "realizara-se o completo divórcio entre os meios de produção concentrados nas mãos dos capitalistas, por um lado, e por outro, os produtores que nada possuíam além da sua própria força de trabalho" (ENGELS, 1981, p.28). Ademais, enquanto os trabalhadores assalariados criam um amplo excedente, este é apropriado privadamente e apenas pelos proprietários dos meios de produção (capitalistas). Vale acrescentar também que o caráter social aqui exposto supõe uma integração do conjunto das atividades econômicas em escala global.

Há que se discorrer também sobre a mercantilização das relações sociais – uma dentre as principais peculiaridades que diferem o modo de produção capitalista dos demais. No estágio monopolista do capitalismo[19], as relações mercantis invadem todas as esferas da vida social, ou seja, tudo é passível de se tornar mercadoria – e não só a força de trabalho. Essa questão só pode ser bem apreendida se for levada em consideração a categoria da reificação – forma que a alienação assume no capitalismo em sua era imperialista. Netto e Braz (2006) salientam que quanto mais a sociedade capitalista expande suas fronteiras e se desenvolve, mais as esferas da vida social adquirem um caráter mercantil – e assim há a universalização das relações mercantis.

O problema aqui colocado é que o trabalhador perde o controle que obtinha anteriormente, em sociedades que precederam o capitalismo, sobre a produção e seus meios – trabalho privado –, transformando-se apenas em uma peça no imenso conjunto da produção – trabalho social ou total. Em sua análise sobre o caráter fetichista das mercadorias, Marx argumenta que:

---

[19] Exporemos mais adiante (ainda nesse item) os distintos estágios do modo de produção capitalista.

> O misterioso da forma mercadoria consiste, portanto, simplesmente no fato de que ela reflete aos homens as características sociais do seu próprio trabalho como características objetivas dos próprios produtos de trabalho, como propriedades naturais sociais dessas coisas e, por isso, também reflete a relação social dos produtores com o trabalho total como uma relação social existente fora deles, entre objetos (MARX, 1996, p.198).

O fetichismo é proveniente do caráter social que a produção assume no capitalismo (*idem*). Dadas as condições deste modo de produção, esse fenômeno atingiu uma progressão significativa. Dessa forma, o mesmo caracteriza-se enquanto reificação no estágio mais recente do capitalismo (aquele monopolista), uma vez que todas as esferas da vida social tornam-se passíveis de se converterem em objeto de compra e venda, ou seja, tudo pode se transfigurar em mercadoria.

Ainda sobre a questão da alienação no âmbito desse modo de produção, Netto e Braz (2006) explicitam a lei econômico-social que rege o poder da mercadoria sobre os homens e a alienação do produtor direto sobre o fruto de seu trabalho: a lei do valor. Aqui cabe conceituar a categoria valor, na sua forma mais desenvolvida: é o tempo de trabalho socialmente necessário para a produção de determinado produto. Ou seja, há que se comparar uma mercadoria a outras para que seu valor se expresse através da quantidade média de trabalho exigida para a sua produção – e isso só se realiza quando a mercadoria toma a forma de valor de troca.

Dito isso, a lei do valor centrada no valor de troca das mercadorias passa a funcionar à medida que a produção mercantil se torna universal no modo de produção capitalista, e surge para regular o conjunto da produção social – que se expressa de maneira desorganizada. De fato, a lei do valor acaba por conter e controlar o processo social global das empresas – constituídas por decisões de cada capitalista tomado isoladamente –, onde inexiste um planejamento e regulação conscientes, atuando de forma oscilante em meio a equilíbrios e desequilíbrios que são fruto de sua própria ação, em um movimento contraditório e dinâmico assim como o modo de produção capitalista. Ou seja: “a concorrência entre os produtores privados dá lugar a uma sucessão infindável de desequilíbrios e, ao mesmo tempo, atua no sentido de corrigir mais desequilíbrios, mediante a regulação do valor” (GORENDER, 1996, p.32). Ademais, é sabido que a concorrência é um elemento pertinente a esse modo de produção, fazendo com que, em determinadas circunstâncias, certas mercadorias sejam produzidas com mais abundância em relação a outras – a isso denomina-se superprodução, que é determinada pela própria concorrência (NETTO e BRAZ, 2006).

É nesse âmbito que a lei do valor se faz intervir, tanto para organizar o conjunto da produção social global – considerada anárquica se tomada nessa acepção – quanto para

regular o desequilíbrio entre a oferta e a demanda das mercadorias. Tal lei ocorre independente da vontade dos homens, pois "não resulta de um planejamento e da ação consciente dos produtores, se impõe a eles como uma força externa e estranha e os obriga a redimensionar a sua produção" (*idem*). Assim, essa lei dita a reificação no modo de produção capitalista.

Postas algumas das principais particularidades do capitalismo, cabe sinalizar agora a configuração que a exploração do trabalho assume nessa sociedade. Foi dito anteriormente que a origem do excedente econômico possibilitou a divisão social do trabalho e a propriedade privada – com a consequente exploração de uma classe sobre outra. Também foi referido linhas atrás que, no capitalismo, essa expropriação é feita pela burguesia sobre os trabalhadores (produtores diretos). Cabe acrescentar que o caráter da apropriação privada nesse modo de produção é distinto dos anteriores, de forma que o excedente criado pelo produtor direto lhe é extraído sem o uso da violência física – aqui há o contrato trabalhista entre as partes, como forma de a classe dominante legitimar a exploração sobre os dominados, assegurando para si parte da mais-valia:

> No caso do trabalhador assalariado, o excedente lhe é extraído sem o recurso à violência extra-econômica; o contrato de trabalho implica que o produto do trabalho do trabalhador pertença ao capitalista. E a falsa noção de que o salário remunera todo o seu trabalho é reforçada[20] (para além da ideologia patrocinada pelo capitalista, segundo a qual "o salário é o pagamento do trabalho") pelo fato de a jornada de trabalho ser contínua e de ele trabalhar com meios de produção que não lhe pertencem e num espaço físico que também é de propriedade do capitalista (NETTO e BRAZ, 2006, p.107).

Ao trabalhador lhe é ocultada a dupla dimensão referente a sua jornada de trabalho – ou seja: a divisão entre o trabalho necessário e o trabalho excedente. O salário pago pelo capitalista corresponde apenas ao trabalho necessário, uma vez que o excedente produzido pelo trabalhador é apropriado pelo primeiro. Isso significa que o caráter da exploração adotado no modo de produção capitalista é mais oculto em relação às demais sociedades, de maneira que no escravismo e no feudalismo a dominação era evidente.

Wellen e Wellen (2010) também fazem uma análise sobre as formas de trabalho nas diferentes sociedades de classes, destacando que a sua organização nas sociedades escravocrata e feudal já não atendiam às necessidades cada vez mais crescentes postas pelo dinamismo das relações sociais de produção. Desta maneira, uma nova configuração do trabalho emergiu em substituição àquelas dos dois modos de produção anteriores, significando o rompimento das relações de servidão e inferioridade – por um lado –, e a

[20] A jornada de trabalho divide-se em duas partes: o trabalho necessário, que corresponde à reprodução material e espiritual do trabalhador – equivalente ao salário pago; e o trabalho excedente, que representa o excedente produzido pelo produtor direto a ser apropriado pelo capitalista (NETTO e BRAZ, 2006, p.106).

manutenção da relação de dependência entre o trabalhador e seu empregador, por outro. Apesar da denominação *trabalhador livre* no âmbito do capitalismo, este permaneceu usurpado dos meios de produção – até mais em relação a outras sociedades –, ainda que desfrutasse de uma liberdade potencial nunca antes experimentada pelas classes dominadas.

Ademais, Netto e Braz (2006) sublinham que nesse modo de produção não há somente a criação de valor, mas também a valorização do capital – o primeiro ocorre no tempo de trabalho necessário, e o segundo no tempo excedente. Por isso, o que interessa ao capitalista é justamente a valorização do capital, pois o mesmo propicia a produção constante da mais-valia. Para que isso seja proporcionado ao burguês, é preciso que este tenha o controle absoluto sobre o processo de trabalho. Só que o comando do processo de trabalho pelo capitalista foi constituindo-se gradualmente, sendo necessários mais de dois séculos para a sua real efetivação – desde o século XVI até o século XIX. Vale resgatar brevemente essa trajetória histórica.

Primeiramente, os trabalhadores integravam o processo de trabalho em uma mesma unidade produtiva, e detinham o domínio e conhecimento sobre as suas funções naquele espaço físico determinado. Dessa forma, os capitalistas tinham o seu poder sobre a produção reduzido, caracterizando o que Marx denominou de subsunção formal do trabalho ao capital (*idem*).

O desenvolvimento do processo de trabalho e das forças produtivas cria as condições ideais para o surgimento da manufatura, que passa a designar o trabalho fragmentado com a especialização de cada trabalhador, de forma que este último vai perdendo aos poucos o domínio sobre o seu ofício – e sobre o processo produtivo como um todo. Ou seja, aqui há uma divisão do trabalho dentro das unidades produtivas para que o capitalista detenha um controle maior sobre a produção, e para que se produza mais em menos tempo:

> A divisão capitalista no interior das unidades produtivas propiciará um enorme aumento da produtividade do trabalho e terá como efeito uma diferenciação da força de trabalho que favorecerá os desígnios do capitalista: de um lado, criará uma pequena parcela de trabalhadores altamente especializados, que disporá de condições de negociar em posição de força com o capitalista; mas, de outro, *desqualificará* a maioria das atividades produtivas, na medida em que a divisão do trabalho multiplica as atividades simples (NETTO e BRAZ, 2006, p.112).

O parcelamento e a especialização das funções dentro de uma unidade produtiva se intensificam com o passar dos anos. Assim, pode-se dizer que o processo de trabalho de caráter manufatureiro fomentou o domínio íntegro do capital sobre o trabalho – o que Marx

chamou de subsunção real do trabalho ao capital, que terá força com a Revolução Industrial[21] em fins do século XVIII (*idem*).

Na época da grande indústria, há o aprofundamento da divisão social e técnica do trabalho, com a perda das habilidades e do conhecimento do processo produtivo como um todo pelo trabalhador. Aqui existe uma clara segmentação entre o trabalho manual e aquele intelectual, no qual a maior parte da força de trabalho é degradada sob o controle total do capitalista. Nos termos de Netto e Braz, há "*a divisão entre a concepção (e/ou administração) dos processos produtivos e a sua execução*" (2006, p.112). Ademais, nesse momento o fenômeno da alienação aparece de forma mais nítida, uma vez que o trabalhador desenvolve uma atividade cujo sentido lhe escapa – pois sua capacidade intelectual lhe foi usurpada.

Os mesmos autores (2006) salientam que a época da Revolução Industrial representa o período da produção tipicamente capitalista, com a substituição das ferramentas por complexos de máquinas que ditam o ritmo da produção – dessa forma, a força de trabalho se torna mero apêndice da máquina. Aqui também há um outro elemento novo de suma importância: dada a grande especialização do trabalho e a cisão entre o pensar e o fazer, uma figura surge na produção como intermediário entre o trabalhador e o capitalista: o supervisor, que passa a exercer o papel que antes cabia ao burguês – de gerir e controlar o processo produtivo. Dessa forma, foi possível estabelecer a repartição entre os donos dos meios de produção e os administradores/gerentes/supervisores da produção, sem que o capitalista deixasse de ditar o ritmo da mesma. A partir desse momento é estabelecida a prerrogativa da separação entre a gestão e a posse do capital, ou seja, será a partir da "autonomia" daquela enquanto uma instância técnica e científica que se comporão as premissas da gestão empresarial, tendo por base a busca incessante pelo lucro e, portanto, pela exploração do trabalhador.

Posto esse debate acerca das particularidades e do desenvolvimento do processo produtivo no capitalismo, é preciso discorrer sobre o caráter dinâmico e móvel desse modo de produção. Para que esta sociedade se mantenha enquanto tal, é preciso que ela própria se reproduza, ou seja, a produção precisa operar como um fluxo contínuo e ininterrupto – aliás, esse fator é essencial para a preservação de qualquer modo de produção. Nesse sentido, a especificidade do capitalismo é que este precisa ter sua reprodução cada vez mais expandida, implicando em uma quantidade cada vez maior de capital investido – isso significa que a mais-valia é a fonte fundamental de expansão de valor.

---

[21] No âmbito da grande indústria, implementa-se o padrão de acumulação fordista-taylorista de que vamos tratar no Capítulo II.

Retomando o que foi exposto linhas atrás, a reprodução ampliada implica não só a criação de valor, mas também a sua valorização. Ademais, o burguês necessita reproduzir sua produção de maneira ampliada – caso contrário, ele sucumbe à concorrência entre capitalistas:

> A forma típica da reprodução no MPC é a **reprodução ampliada** (ou **alargada**). Nela, apenas uma parte da mais-valia apropriada pelo capitalista é empregada para cobrir seus gastos pessoais; outra parte é reconvertida em capital, isto é, utilizada para ampliar a escala da sua produção de mercadorias (aquisição de máquinas novas, contratação de mais força de trabalho, etc.) (NETTO e BRAZ, 2006, p.125).

Dessa maneira, o capitalista não pode consumir pessoalmente toda a mais-valia apropriada no processo produtivo. Ele precisa reservar uma parte dela para reconvertê-la em capital, ou seja, com a finalidade de acumular capital – e quanto maior for este excedente reinvestido na produção, maior será o acúmulo. É sabido que o mesmo é obtido mediante a exploração da força de trabalho – então o aumento dessa mais-valia implica a intensificação da exploração. Aqui, a significação da categoria *capital* é compreendida enquanto "relação social e as relações sociais são, antes de mais, relações de essência histórica: são mutáveis, transformáveis". Ademais, independem da vontade dos homens, mas são passíveis de se alterarem diante da vontade coletiva e da organização de classes (NETTO e BRAZ, 2006, p.169).

Considerando a exposição – realizada até aqui – de determinados fundamentos pertinentes ao capitalismo, cabe agora situar periodicamente as diferentes etapas desse modo de produção e analisar sucintamente, no interior do último estágio, suas distintas fases até a configuração atual. Dessa forma, haverá o suporte para os temas iniciais a serem tratados no próximo capítulo, quais sejam: o padrão de acumulação fordista-taylorista e aquele toyotista.

Netto e Braz (2006) expõem um percurso histórico do modo de produção capitalista em três etapas principais para que haja a compreensão de seu viés dinâmico: a primeira diz respeito ao capitalismo mercantil/comercial, que tem início com a acumulação primitiva do capital e estende-se às iniciativas ainda incipientes dos capitalistas no controle da produção e do trabalho; a segunda etapa é a do capitalismo concorrencial/liberal-clássico, que se consolida com a passagem da manufatura para a ascensão das grandes indústrias; já a terceira etapa é aquela do capitalismo monopolista/imperialismo, que tem início com o predomínio de poucas empresas que detêm a maior parte do capital e se estende até os dias atuais.

E é este último estágio que terá enfoque para que seja explicitada, ao final do segundo capítulo, a crise dos anos 1970 e as respostas empreendidas pelo capital – entretanto, cabe enfatizar que as bases para essa crise já se gestavam desde o final do século XIX, ainda na segunda etapa do capitalismo: aquele concorrencial/liberal-clássico. Sobre este fato, Lênin

(1984) discorre sobre o período de transição da livre-concorrência para os monopólios capitalistas, apontando que, apesar das diferenças entre ambos, o estágio concorrencial criou as condições propícias para a formação dos monopólios – por meio da concentração da produção e de capitais levados às últimas consequências, ou seja, acumulados a um ponto tal que desencadeou a etapa conhecida como imperialista. O mesmo autor destaca que "o imperialismo representa em si, indubitavelmente, uma fase particular de desenvolvimento do capitalismo" (LÊNIN, 1984, p.42) – ademais, ele associa este momento à etapa dos monopólios:

> [...] o imperialismo é, pela sua essência econômica, o capitalismo monopolista. Isto determina já o lugar histórico do imperialismo, pois o monopólio, que nasce única e precisamente da livre concorrência, é a transição do capitalismo para uma estrutura econômica e social mais elevada (LÊNIN, 1984, p.60).

Agora, cabe apenas sinalizar em breves linhas as características das etapas citadas aqui. O primeiro estágio da evolução do capitalismo – aquele mercantil/comercial – caracteriza-se pelo êxito e crescimento do papel dos comerciantes – bem como a acumulação de fortuna pelo capital comercial – ainda inseridos em um contexto predominante da produção manufatureira – que representou a primeira divisão social do trabalho tipicamente capitalista – e no âmago do feudalismo, ainda com a burguesia em confronto com os interesses da nobreza/aristocracia, em prol da libertação dos limites das forças produtivas impostos pelo feudalismo no Antigo Regime (NETTO e BRAZ, 2006).

O segundo estágio desse modo de produção – aquele concorrencial/liberal-clássico – é marcado pela mudança na organização da produção no âmbito das grandes indústrias, com a passagem do período da manufatura para o industrial. Ademais, há uma expansão nunca antes vista do comércio, com a consolidação de um mercado mundial e vínculos entre regiões demasiadamente afastadas. Outro elemento importante a ressaltar é o rol de possibilidades abertas para que pequenas e médias empresas pudessem concorrer entre si e com grandes empresas – esse fomento à concorrência desenfreada que incluiu pequenas e médias empresas decresce à medida em que o capitalismo se desenvolve (*idem*). Retomando a análise feita por Lênin (1984), o desenvolvimento do comércio no capitalismo é diretamente proporcional à concentração da produção e acúmulo de capitais, gerando assim os monopólios – por isso ele afirma que estes nasceram da livre concorrência.

Porém, talvez o componente mais notável desse segundo estágio tenha sido a função exercida pelo Estado nesse momento: ele incorpora quase exclusivamente as demandas do capital, tratando de repreender as necessidades da classe trabalhadora – nesse âmbito, o aparelho estatal atuava de forma muito pontual e pouco expressiva. O Estado burguês se

limitava basicamente nas tarefas repressivas, assegurando as condições externas de acumulação do capital, ou seja, a estabilidade da propriedade privada e o ordenamento público – este último entendido enquanto o ajuste dos trabalhadores à sociedade então vigente.

Em outra obra, Netto (2011) explicita que o Estado se colocava a serviço da burguesia, lidando de forma arbitrária com as necessidades dos trabalhadores. Esse Estado atuava em prol das exigências capitalistas – sob o fundamento da teoria liberal[22], que tem por princípios o desenvolvimento de atividades econômicas mínimas, garantindo as condições propícias para a acumulação de capital. Ademais,

> [...] A resposta burguesa ao protesto operário não se esgotou na repressão pura e simples; tomou também a forma de incorporação de novas tecnologias à produção, de modo a atemorizar os proletários com a ameaça do desemprego pela redução da demanda de *trabalho vivo*. Na verdade, as inovações funcionam como uma arma nas lutas de classes; controladas pelos capitalistas, servem na guerra contra os trabalhadores (NETTO e BRAZ, 2006, p.173).

As respostas punitivas dos burgueses ao movimento do proletariado e às demandas da massa trabalhadora acabaram se mostrando ineficazes. Dessa forma, foram necessárias reformas para atenuar as consequências da exploração capitalista sobre a força de trabalho – sem que a classe dominante abrisse mão da propriedade privada dos meios de produção (*idem*). Assim, criam-se as circunstâncias essenciais para a origem da terceira etapa do modo de produção capitalista: o imperialismo/capitalismo monopolista.

O capitalismo monopolista põe novas contradições ao modo de produção capitalista[23], caracterizando-se pela concentração e centralização de capitais. O primeiro fator é explicado pela forma ampliada que a reprodução assume no modo de produção capitalista, com a utilização cada vez maior da mais-valia para o reinvestimento na produção – dessa forma, os capitalistas também podem se apropriar de uma massa de capitais mais alargada, auferindo não somente maiores lucros, mas superlucros. A centralização ocorre com a fusão do capital industrial com aquele bancário, formando o capital financeiro – que se torna dominante no estágio imperialista – a ser controlado pela oligarquia financeira[24].

Em sua análise sobre a associação entre os processos de concentração e centralização, Lênin (1984) argumenta que a grande concentração da produção e de capitais – que

---

[22] Na concepção liberal, deve haver uma mínima intervenção do Estado e a livre atuação do mercado para controlar as relações econômicas e sociais (PIANA, 2009, p.25).

[23] E não resolve as demais contradições postas nos momentos anteriores, acentuando-as ao invés disso.

[24] Grupos reduzidos de grandiosos capitalistas que passam a dominar a economia de determinados países (NETTO e BRAZ, 2006).

desencadeou o estágio monopolista do capitalismo – fomentou um novo movimento de fusão da indústria com os bancos, determinando o surgimento do capital financeiro (que passa a predominar sobre as demais formas de capitais). O autor também acrescenta que, com este capital, se impôs uma nova política internacional colonial de repartição pelo mundo entre as principais potências capitalistas – demonstrando "a tendência inevitável do capital financeiro para ampliar o seu território econômico e até o seu território em geral". Nesse sentido, o papel da oligarquia financeira é fundamental para a consolidação e expansão dos monopólios, pois "tece uma densa rede de relações de dependência entre todas as instituições econômicas e políticas da sociedade burguesa contemporânea" (LÊNIN, 1984, p.21).

Ao expor uma periodização dessa etapa imperialista, Netto e Braz (2006) a determinam em três fases essenciais: aquela clássica (1890 a 1940); os *anos dourados* (1945 a 1970) e o capitalismo contemporâneo (meados dos anos 1970 até os dias atuais). Essa classificação foi analisada por dois autores principais de épocas bem distintas: Lênin – que discorreu sobre as duas primeiras fases, e a qual já fizemos referências nesse item – e Ernest Mandel – que analisa a fase contemporânea do capitalismo.

Já foi dito em linhas anteriores que Lênin, ao discorrer sobre o capitalismo financeiro conjugado à etapa dos monopólios, cita um novo tipo de colonização pelas grandes potências ao referir-se a partilha pelo mundo. Em sua reflexão sobre a fase clássica e inicial do imperialismo (1984), ele aponta que as práticas colonialistas já lograram ocupar todos os territórios (anteriormente não dominados) do globo. Dessa maneira, o autor expõe que só haverá novas partilhas do mundo entre os países capitalistas, uma vez que todos os locais do globo já foram descobertos e explorados – é essa a nova essência da política colonial em comparação às experiências anteriores. Ademais, Lênin analisa o processo de exportação de capitais – que implica a transferência destes para os países periféricos – enquanto característico e oriundo do início do imperialismo, e como uma alternativa de obtenção de lucros pelas grandes potências. Em outro importante trecho de sua análise, ele explica a importância desse processo:

> A necessidade da exportação de capitais obedece ao fato de que em alguns países o capitalismo "amadureceu excessivamente" e o capital (dado o insuficiente desenvolvimento da agricultura e a miséria das massas) carece de campo para a sua colocação "lucrativa" (LÊNIN, 1984, p.29).

Por um lado, o movimento de exportação de capitais acaba por acelerar o desenvolvimento do capitalismo nos países que recebem tal investimento. Por outro, imprime o caráter parasitário da oligarquia, que subsiste cada vez mais às custas dessa exportação, acentuando sua separação com o setor da produção (*idem*).

Para além dos traços expostos por Lênin em sua avaliação sobre a fase inicial do imperialismo, Netto e Braz (2006) acrescentam um relevante elemento a esse período: o peso e a centralidade da indústria bélica na economia. Descobriu-se nesse ramo uma fonte fecunda de superlucros para os monopólios, e dessa forma o belicismo e o militarismo dos países de economia central encontraram oportunidade de lucros com a Primeira Guerra Mundial, além do combate à expansão comunista. Cabe acrescentar que a indústria armamentista foi consequência, e não a causa que desencadeou a Primeira Guerra, que foi o embate imperialista entre as grandes potências pela busca do domínio econômico e territorial.

Os mesmos autores destacam que esse período clássico do imperialismo é marcado por grandes crises cíclicas e severas – no qual a crise de 1929 foi a que teve mais impactos que se alastraram por diversos países. Esta demandou estratégias distintas das que vinham sido adotadas até então (onde houve a ascensão dos regimes políticos repressivos), impelindo os capitalistas a experimentarem "alternativas político-econômicas que, na fase seguinte, a dos *anos dourados* (1945-finais dos anos sessenta/inícios dos anos setenta), seriam implementadas pelas principais potências imperialistas" (NETTO e BRAZ, 2006, p.192). As saídas encontradas se voltavam para o incentivo à intervenção estatal no interior da dinâmica econômica dos países – para além das funções externas de caráter opressor já garantidas–, e o principal responsável pelo fomento a essa ideia foi o intelectual burguês Keynes.

Nesse sentido, o período dos *anos dourados*/Estado de Bem-Estar Social se generaliza com o fim da Segunda Guerra Mundial – aqui, há o destaque para o redimensionamento do papel estatal, que passa a assumir funções não apenas coercitivas, mas também consensuais – é nessa fase do imperialismo que o Serviço Social se institucionaliza enquanto profissão. Esse momento é caracterizado pelo alto índice de produtividade e êxito econômico, a universalização das políticas sociais, e pelas crises cíclicas de menor repercussão – dado o incentivo à regulação do Estado em oposição à concepção da "mão invisível do mercado"[25]. Uma das principais atribuições estatais é a responsabilização pelos custos com a força de trabalho – onde o Estado passa a controlá-la e preservá-la. Em suma, pode-se dizer que nesse período o papel estatal "se configurou plenamente, conjugando-se com a universalização do taylorismo-fordismo e legitimado pelas ideias keynesianas[26]" (NETTO e BRAZ, 2006, p.203).

---

[25] Expressão de Adam Smith.

[26] As concepções keynesianas serão brevemente explicitadas no próximo capítulo.

A crise desse período ocorre com o colapso da expansão econômica – que foi interrompida por uma onda depressiva. Antes de prosseguir com essa questão, é preciso expor sucintamente a dinâmica e funcionalidade das crises no modo de produção capitalista. As mesmas representam uma perturbação da atividade econômica, e revelam as contradições desse modo de produção – sendo, simultaneamente, funcionais e inelimináveis a ele. Na sociedade capitalista, as crises se dão pela superprodução de valores de uso que não encontram escoamento, ou seja, o consumo necessário para a realização das mercadorias – decorrente da tendência ao subconsumo das massas, nos quais trabalhadores não dispõem de meios suficientes para consumir. Então, no capitalismo as crises são de superprodução das mercadorias, uma vez que a oferta é maior do que a demanda – essa é a base de toda a crise capitalista, mas, quanto mais esse se desenvolve, mais a crise se lastreia pela superacumulação.

As crises nesse modo de produção são marcadas por quatro momentos primordiais que compõem um ciclo econômico em constante funcionamento – e esse elemento é crucial para o entendimento do caráter instável e móvel do capitalismo: crise, depressão, retomada e auge. Na fase da crise, há uma abrupta diminuição da atividade econômica e redução da produção, uma vez que existe um grande estoque de mercadorias invendáveis. Além disso, há um aumento nos índices de desemprego e queda dos salários. Esse momento pode ser catalisado

> Por incidente econômico ou político qualquer (a falência de uma grande empresa, um escândalo financeiro, a falta repentina de uma matéria-prima essencial, a queda de um governo). Bruscamente, as operações comerciais se reduzem de forma dramática, as mercadorias não se vendem, a produção é enormemente diminuída ou até paralisada, preços e salários caem, empresas entram em quebra, o desemprego se generaliza e as camadas trabalhadoras padecem a pauperização absoluta[27] (NETTO e BRAZ, 2006, p.159).

A primeira fase é seguida da depressão econômica, marcada ainda por um desemprego significativo, além dos salários e preços baixos das mercadorias (que constituem estoques abarrotados a serem destruídos). A diferença é que, nesse período, as grandes empresas que sobreviveram à competição intercapitalista e às falências começam a adotar inovações tecnológicas para incrementar as suas taxas de lucro em relação à média[28]. Esse movimento

---

[27] "A pauperização absoluta registra-se quando as condições gerais de vida e trabalho dos proletários experimentam uma degradação geral: queda do salário real, aviltamento dos padrões de alimentação e moradia, intensificação do ritmo de trabalho, aumento do desemprego" (NETTO e BRAZ, 2006, p.135).

[28] A taxa de lucro se dá pela proporção entre a mais-valia/excedente e o investimento total – que equivale à soma de capital constante/meios de produção e capital variável/força de trabalho. Quando o capitalista considera o investimento total, ele não diferencia meios de produção e força de trabalho. Ademais, a dinâmica capitalista gera uma tendência ao nivelamento destas taxas de lucro entre os diferentes capitais em concorrência (NETTO e BRAZ, 2006, p.144-147).

de incorporação de tecnologias tende a ser adotado por todas as empresas que resistiram à concorrência, criando um fomento à produção e dando início à próxima fase.

No período da retomada, há o resgate da atividade econômica e um consequente favorecimento das grandes empresas. Assim, "o comércio se reanima, as mercadorias escoam, os preços se elevam e pouco a pouco diminui o desemprego" (NETTO e BRAZ, 2006, p.160). A produção atinge níveis consideráveis de prosperidade e há a passagem para a última fase do ciclo. No momento do auge há um crescimento acentuado da atividade econômica e da produção, onde há a propagação do investimento tecnológico pelas empresas e a possibilidade de aumento dos salários dos trabalhadores, além da redução do desemprego. Esse período propício ao desenvolvimento econômico é novamente interrompido por algum elemento detonador de outra crise, e assim o ciclo opera sucessivamente.

A funcionalidade das crises e sua inserção no ciclo econômico anteriormente apresentado são parte essencial para a apreensão do contexto de colapso da fase dos trinta anos gloriosos e início do capitalismo contemporâneo[29], passagem esta delimitada pela queda da taxa média de lucro entre os capitalistas. Esta lei é uma das tendências inerentes a esse modo de produção, e funciona da seguinte forma:

> [...] Na medida em que cada capitalista procura maximizar seus lucros, a taxa de lucro tende a cair. A concorrência obriga cada capitalista a tomar uma decisão (a de incorporar inovações que reduzam o tempo de trabalho necessário à produção da sua mercadoria) que lhe é *individualmente* vantajosa, mas que, ao cabo de algum tempo imitada pelos outros, tem como resultado uma queda da taxa de lucro para *todos os capitalistas* (NETTO e BRAZ, 2006, p.153).

Dessa maneira, a burguesia busca estratégias para reverter essa situação e deter a queda do lucro. Dado este panorama do primeiro capítulo construído desde as análises da centralidade do trabalho e formação do ser social até os fundamentos do modo de produção capitalista, o segundo capítulo explorará de forma mais delimitada os pressupostos e consequências da crise mundial do capital nos anos setenta.

---

[29] Conceito utilizado para designar a terceira fase do capitalismo monopolista/etapa imperialista do capitalismo. Tem início nos anos 1970 do século XX e vigora até os dias atuais (NETTO e BRAZ, 2006, p.211).

Capítulo 2 – A crise capitalista dos anos 1970

O segundo capítulo pretende analisar a configuração e ruína do padrão organizacional fordista/taylorista no âmbito da segunda fase do Imperialismo: aquela dos Estados de Bem-estar social, verificando posteriormente de que forma e em quais condições se deu o surgimento do sistema Toyota nos anos setenta, bem como a sua vigência na contemporaneidade a partir das mutações verificadas no mundo do trabalho e nos trabalhadores tomados em seu conjunto. Assim, o último tópico do capítulo investigará a trajetória da crise do capital e as principais estratégias aplicadas pela oligarquia financeira para lidar com esse fenômeno, expondo também as peculiaridades do capitalismo contemporâneo – como foi exposto ao final da introdução há que se salientar a imbricação contemporânea que os dois últimos tópicos guardam entre si.

2.1 A organização da produção a partir da Segunda Grande Guerra: o taylorismo/fordismo

Aqui será explicitado o modelo organizacional que se consolidou na fase dos *trinta anos gloriosos* do capital: aquele fordista/taylorista. O mesmo teve por base a concepção da administração científica de Frederick Taylor (1856-1915) e o conceito da linha de produção de Henry Ford (1863-1947) – onde esse tipo de produção foi legitimado pelas ideias de John Maynard Keynes (1883-1946). Os conceitos desses três atores impactaram no cenário industrial e político-econômico dos *anos dourados*.

Segundo Maximiano (1995), as técnicas criadas por Ford aliadas às ideias propostas por Taylor alteraram a organização do trabalho nas indústrias – mas de fato, levou um tempo até que tais ideias e ações se consolidassem de maneira ampla no processo industrial. Ou seja, suas bases já estavam postas desde o início do século XX e, dada a expansão industrial, fomentava-se o debate sobre a produtividade e a eficiência nas indústrias. Com isso,

> O fordismo começou quando Henry Ford modificou o processo artesanal de produção de carros com a implantação do sistema taylorista na linha de montagem, ou seja, racionamento do trabalho que permitiu uma produção em massa de produtos homogêneos. O modelo taylorista é uma forma de organização do trabalho humano baseado na ciência, que tem como base o parcelamento extensivo das atividades e tarefas, formas de supervisão e controle despóticas, além da desqualificação da força de trabalho pela extrema separação entre as tarefas de concepção e de execução (SANTOS, 2009, p.1).

As primeiras experiências de Ford têm início nas linhas de montagem de automóveis, onde ele rompe com os métodos artesanais incorporados pelo ramo industrial desde o começo

do século XX, utilizando-se ao mesmo tempo das concepções de Taylor para efetivar o seu processo fabril (MAXIMIANO, 1995).

Dados os êxitos econômicos em suas experimentações incipientes, o fordismo-taylorismo ganha expressão no pós-Segunda Guerra Mundial (período dos *anos dourados*), tendo por componentes principais: o consumo e a produção em massa; a padronização dos produtos; o controle de movimentos e tempo dos operários; o parcelamento do trabalho; a separação entre a concepção e a execução; a linha de montagem; e a desqualificação do trabalhador (SANTOS, 2009). Ao tecer análises críticas sobre o taylorismo, Braverman (*apud* FOSTER, 1996), o sintetiza em três princípios essenciais: a desconexão entre as habilidades dos trabalhadores e o processo de trabalho como um todo; a dissociação entre execução e concepção; e "uso deste monopólio sobre o conhecimento para controlar cada passo do processo de trabalho e seu modo de expressão", ressaltando-se a tarefa da supervisão na concentração e no direcionamento das atividades, com vistas a tornar o trabalho mais barato (*idem*).

Frederick Taylor efetivou o debate que ocorria no contexto da Revolução Industrial – acerca do aumento da eficiência e da produtividade na produção –, transformando-o em um conjunto de princípios e técnicas que resultaram no movimento da administração científica – ou gerência científica (MAXIMIANO, 1995). Braverman define esse processo enquanto "um empenho no sentido de aplicar os métodos da ciência aos problemas complexos e crescentes do controle do trabalho nas empresas capitalistas em rápida expansão" (BRAVERMAN, 1987, p. 82, *apud* WELLEN e WELLEN, 2010, p.49). Os princípios gerenciais de Taylor foram de grande valia no que tange à exploração do trabalho aliada a uma maior dominação pelo trabalhador – através de sua cooptação e artifícios de convencimento.

A evolução do processo de trabalho chegou a tal ponto que, se antes o trabalhador tinha algum controle sobre os meios de produção, isso já não era uma realidade na época da grande indústria – propiciando o domínio total do capitalista sobre a produção, para que este pudesse extrair da força de trabalho uma quantidade maior de mais-valia através da intensificação do trabalho, atingindo assim o objetivo do lucro.

Na reflexão de Gramsci, o taylorismo-fordismo teve reflexos que transpassaram o modelo organizacional do trabalho nas indústrias. Ele cita que esse processo contribuiu para a cooptação e persuasão dos trabalhadores, "para além de suas ações no ambiente de trabalho" (GRAMSCI, 1934, *apud* PINTO, 2005). Behring e Boschetti (2011) também reforçam essa perspectiva, indicando que a agregação do keynesianismo a esse modelo não significou

apenas uma mudança técnica, mas também “uma forma de regulação das relações sociais, em condições políticas determinadas” (2011, p.86).

Wellen e Wellen (2010) acrescentam que Ford almejava formar um mercado consumidor capaz de absorver os produtos elaborados pela organização fordista-taylorista, objetivando equilibrar a oferta e a demanda. Para que isso ocorresse, seria necessária uma expressiva intervenção estatal, uma vez que as funções do *livre mercado* (com uma atuação mínima do Estado) demonstraram ineficácia em face das crises econômicas. É nesse contexto que as ideias de Keynes ganham notoriedade, enquanto mecanismo legitimador do papel do Estado. Ademais, estava posto um problema endógeno às organizações industriais fordistas-tayloristas, pois diante da imposição de seus princípios fundamentais, os trabalhadores passaram a ser vistos como apêndices das máquinas, sendo tratados como tal. Isso resultou em uma insatisfação generalizada e no abandono em massa dos postos de trabalho. Evidenciou-se para o capitalista que não bastava a incorporação de novas tecnologias para a aquisição de superlucros:

> Na busca pelo convencimento do trabalhador, com o objetivo de torná-lo mais dócil ao processo de exploração dentro da empresa, a gestão capitalista instalou maneiras de **conquistar sua subjetividade**. Nada mais problemático para a normalidade da empresa que a resistência dos trabalhadores, chegando a ponto de interferir diretamente no ritmo e nas previsões da produção (WELLEN e WELLEN, 2010, p.65).

Netto e Braz (2006) indicam a propagação e a consolidação do fordismo e do taylorismo – com a fundamentação do keynesianismo – no âmbito do estágio imperialista do capitalismo – mais precisamente na passagem do chamado *imperialismo clássico* para a fase dos *anos dourados*, ou seja, no período após a Segunda Guerra Mundial.

No imperialismo clássico (1890 a 1940), havia forte influência de uma teoria liberal ortodoxa, que apregoava a mínima intervenção estatal para a livre atividade do mercado. Mas a função unilateral do Estado se mostrava insuficiente, tendo em vista que o mesmo precisava legitimar-se perante a massa de trabalhadores – a crise que ocorrera em 1929 e as consequências da Segunda Guerra Mundial foram indicativos dessa mudança estratégica. Assim, não seria possível sua manutenção enquanto mero garantidor das necessidades burguesas e repressor das demandas dos trabalhadores. Se fazia fundamental um papel estatal que administrasse a coerção e o consenso. Nesse sentido:

> Foi preciso abrir mão da exploração ordinária do trabalho fabril, dividir uma parte dos lucros em benefícios sociais, afrouxar laços industriais repressivos, construir um ideário de participação política às classes trabalhadoras, emergindo a experiência do keinesianismo junto ao Welfare State. Nas economias periféricas, aliás, o Estado, seguindo estes preceitos, ao tempo que tentava completar a integração setorial da indústria, matizou-se numa “autocracia paternalista”, instituindo direitos mínimos e

> estruturas basais à classe trabalhadora, como os sindicatos corporativos, na busca de integra-la ao capitalismo (PINTO, 2005, p.3).

A burguesia estudou formas de intervenção do Estado que atendessem a algumas necessidades da classe trabalhadora e que mantivessem o mesmo a serviço do capital. Os capitalistas encontram em Keynes o suporte teórico que precisavam para combater as ideias ortodoxas pertinentes ao liberalismo. Behring e Boschetti (2011, p.83-84) ressaltam que o keynesianismo rompia em parte com os dogmas do liberalismo conservador, uma vez que o primeiro também defendia "a liberdade individual e a economia de mercado" – mas dentro da perspectiva do Estado interventor. Dessa forma, Keynes era considerado um liberal heterodoxo. As contribuições do economista favoreceram a legitimação do intervencionismo estatal de que a classe dominante queria.

Já segundo Netto e Braz (2006, p.195), Keynes enxergava a função estatal enquanto reguladora da atividade econômica, fundamental para a organização dos investimentos privados. Ainda sobre o papel estatal no âmbito dos *30 anos gloriosos*, Harvey cita a série de obrigações que cabiam ao Estado:

> Na medida em que a produção de massa, que envolvia pesados investimentos em capital fixo, requeria condições de demanda relativamente estáveis para ser lucrativa, o Estado se esforçava por controlar os ciclos econômicos com uma combinação apropriada de políticas fiscais e monetárias no período pós-guerra. Essas políticas eram dirigidas para as áreas de investimento público – em setores como o transporte, os equipamentos públicos, etc. – vitais para o crescimento da produção e do consumo de massa e que também garantiam um emprego relativamente pleno. Os governos também buscavam fornecer um forte complemento ao salário social com gastos de seguridade social, assistência médica, educação, habitação, etc. Além disso, o poder estatal era exercido direta ou indiretamente sobre os acordos salariais e os direitos dos trabalhadores na produção (HARVEY, 1994, p.129).

Então, nesse momento o Estado atuava conjuntamente com a política econômica keynesiana e o modelo organizacional taylorista-fordista da produção. Diante dessa segunda fase da etapa monopolista, surgiu a necessidade de uma refuncionalização do Estado em prol da intervenção econômica, política e social, mesmo que, a depender do país em análise, isso tenha ocorrido de maneiras distintas. Ou seja, para além da ação estatal zelosa pela propriedade privada dos meios de produção, se fazia imperiosa a sua ação nas condições gerais de acumulação do capital – priorizando o controle e a preservação da força de trabalho, seja esta ativa ou inativa, empregada ou desempregada.

Assim, é na configuração da época dos *anos dourados* – que tem início com o fim da Segunda Guerra Mundial e vai até a passagem dos anos 1960 a 1970 – que as ideias articuladas de Taylor e Ford ganham expressividade. Inicialmente, as concepções fordistas-

tayloristas eram significativas apenas na indústria automobilística. Há que se refletir sobre o impacto dessas ideias no processo organizacional do trabalho:

> [...] A mudança que tem merecido a maior atenção dos estudiosos diz respeito à própria organização do trabalho industrial. Ainda na fase "clássica" do imperialismo, a "gerência científica" de Taylor [...] foi objeto de um desenvolvimento significativo, graças às adaptações que sofreu nas mãos de Henry Ford (1863-1947), que se tornaria o chefe de um dos maiores monopólios da indústria automobilística. Inicialmente implementada na produção de veículos automotivos, essa forma de organização – o chamado *taylorismo-fordismo* – acabou por se tornar o padrão para toda a produção industrial e *universalizou-se nos "anos dourados" do imperialismo* (NETTO e BRAZ, 2006, p.198).

Para além dos rebatimentos que o taylorismo-fordismo teve nos processos de trabalho na época dos trinta anos gloriosos, outro elemento merece destaque: houve um crescimento do setor de serviços, indicando uma nova área de exploração pelo capital. Nesse setor estão inseridas as mais diversas atividades – "financeiras e securitárias, comerciais, publicitárias, médicas, educacionais, hoteleiras, turísticas, de lazer, de vigilância privada", entre outras. Ademais, os trabalhadores incluídos no setor terciário são muito heterogêneos entre si, ou seja, podem possuir qualificação ou não – e, no caso do trabalhador assalariado que a detém, este pode até ser um especialista.

A burguesia encontra uma nova forma de obter lucro, qual seja: pela mercantilização do consumo das massas. Isso significa que, a partir desse momento, as esferas de produção e reprodução da vida social passam a subordinar-se aos objetivos de valorização e reprodução ampliada do capital: "impõe-se uma nova forma de sociabilidade, com a observância da mercantilização universal das relações sociais, na qual a lógica do capital vai permeando para além da esfera produtiva" e passa a adentrar no âmbito do consumo e circulação das mercadorias (NETTO, 2007, *apud* ALCÂNTARA e LEITE, 2011, p.9).

De acordo com as análises de Harvey (1994), as elaborações de Ford e Taylor vão permitir uma produção padronizada e em série, o que vai requerer um consumo massificado – pois sem este a mercadoria não se realiza e a mais-valia não se concretiza. Para que isso se efetuasse, foi indispensável diminuir a jornada de trabalho de forma a aumentar o salário e o tempo livre dos trabalhadores. Assim, ele e sua família poderiam consumir, realizando a mais-valia. Entretanto, cumpre salientar que isso também resultou das lutas e resistências dos trabalhadores, para não falar da influência externa, a partir dos países socialistas. Esse novo planejamento da produção esteve aliado a uma regulação e organização dos trabalhadores, além de coadunar-se a criação de um modo de vida baseado no consumo de bens duráveis e

não-duráveis[30] – é só pensar no período em que isso ocorreu, em meio à expansão econômica e o crescimento das ofertas de emprego. Ademais, o disciplinamento das massas no processo produtivo serviria para aumentar os níveis de produtividade.

Antunes (1999, *apud* NETTO e BRAZ, 2006) discorre sobre o padrão industrial vigente a partir do pós-Segunda Guerra, expondo que a organização fordista-taylorista impunha uma produção em massa, racionalizada, padronizada e com funções fragmentadas – supondo um aumento no ritmo de trabalho e otimização do tempo, para que mais mercadorias fossem produzidas. Ademais, a decomposição de tarefas resultava em atividades repetitivas e mecanizadas, onde o homem passava a trabalhar para as máquinas, perdendo suas capacidades e habilidades de outrora – esse novo movimento possibilitava ao capitalista extrair mais tempo excedente do trabalhador.

Há um fator de elevada importância que representou o ápice da orientação keynesiana e da organização fordista-taylorista, além de ter reforçado a legitimação do Estado: a constituição dos Estados de Bem-Estar Social (*Welfare State*). Segundo Piana (2009), cabia ao Estado a garantia mínima de condições dignas de vida para os cidadãos, com vistas a minimizar a pobreza – nesse sentido, cabe enfatizar a política do pleno emprego e a diminuição da desigualdade social. Isso foi motivado por pressões dos trabalhadores e dos movimentos sindicais. Outra motivação para a implementação dos diversos modelos de *Welfare State* residia no fato da União Soviética representar uma ameaça externa. Após a Segunda Guerra Mundial, esta última aparecia ao lado dos Estados Unidos como uma grande potência: enquanto o território norte-americano emergia como uma "potência capitalista vencedora das "forças conservadoras em nome da liberdade"", a União Soviética surgia "como a primeira grande potência socialista" (PINTO, 2005, p.3).

Há divergências entre diversos autores quanto a realização do *Welfare State* apenas nos países centrais – a posição aqui adotada segue àquela que apreende o Estado de Bem-Estar apenas nestes países. Piana destaca que "nos chamados países pobres e dependentes da América Latina, especialmente no Brasil, nunca ocorreu a garantia do bem-estar da população por meio da universalização de direitos e serviços públicos de qualidade" (2009, p.31). Netto e Braz acrescentam que nesse período de prosperidade dos países desenvolvidos, o Estado reconheceu importantes direitos sociais, resultando na consolidação e expansão das políticas sociais – que configuraram os variados modelos do Estado de Bem-Estar Social (2006).

---

[30] "Os bens de consumo duráveis são aqueles que têm um ciclo de vida e uso, junto ao consumidor, durante um período razoável de tempo, não sendo consumidos ou sofrendo um desgaste imediato. Exs: automóveis, televisor, geladeira, etc. Os bens de consumo não duráveis são os chamados de consumo imediato (ou de curta duração). Exs: alimentos, roupas, calçados, etc." (PAGNANI, 1985, p.3).

2.2 O surgimento do toyotismo na crise mundial e seus impactos sobre o conjunto dos trabalhadores

O esgotamento do padrão taylorista-fordista e sua política econômica keynesiana já nos anos 1960 representou o aumento do ritmo de trabalho, tendo em vista o desígnio capitalista do acréscimo da produtividade e da diminuição do tempo na produção. Isso gerou uma série de transformações que iriam culminar em um novo modelo na produção e uma nova fase histórica: o toyotismo e o capitalismo contemporâneo, respectivamente – este último é o terceiro momento do estágio monopolista.

Foi exposto anteriormente que as crises são funcionais e inelimináveis no modo de produção capitalista. Há o declínio das taxas de lucro aliado a um colapso financeiro mundial – significando também a crise dos Estados de Bem-Estar Social. Ademais, durante os anos 1960 até meados dos anos 1970, as potências capitalistas experimentaram reivindicações por parte das organizações trabalhadoras – para além das demandas por melhores salários, os movimentos sindicais questionavam o padrão fordista-taylorista. Este fato é acrescido pelas objeções de diversas categorias que surgem na cena política (como os grupos feministas, por exemplo).

Para além das repressões aos movimentos sindicais e sociais emergentes, são implementadas pelo capital monopolista uma série de respostas à crise dos anos 1970 – o que será visto mais adiante, no próximo tópico. Entretanto, antes de expor essa questão, é necessário analisar o surgimento do padrão toyotista no âmbito do capitalismo contemporâneo, visto que o primeiro é parte constitutiva para o entendimento dos rebatimentos da crise mundial do capital. Portanto, cabe destacar que

> [...] começam a ser introduzidas alterações nos circuitos produtivos que deslocam cada vez mais o padrão que se consolidou nos "anos dourados": esgota-se a modalidade de acumulação denominada *rígida*, própria do taylorismo-fordismo, e começa a se instaurar aquela que vai caracterizar a terceira fase do estágio imperialista, a *acumulação flexível* (NETTO e BRAZ, 2006, p.215).

O sistema Toyota de produção encontrou terreno propício para expandir-se em uma época de crise econômica mundial e de necessidade do grande capital conter a efervescência dos movimentos sociais, impactando não só nos processos produtivos, mas também nas condições materiais e subjetivas dos trabalhadores. Wellen e Wellen (2010) analisam as condições propícias para o desenvolvimento desse modelo do Japão para os países de economia central, apontando a situação em que este país se encontrava após a Segunda Guerra Mundial:

> Inserido num contexto de guerras, pois, além de ocorrer depois da Segunda Guerra Mundial, o contexto histórico marcava a fase inicial da Guerra Fria, expresso na Guerra das Coreias; o Japão dos anos de 1950 caracterizava-se, ao mesmo tempo, por uma situação precária e promissora. Ainda erguendo os destroços advindos da Segunda Guerra Mundial, empresas e indústrias japonesas ficaram diante de uma grande oportunidade de negócios, pois, com a guerra entre a Coreia do Sul e a Coreia do Norte, ambos os países necessitaram de artefatos e utensílios complementares para as batalhas, como roupas e automóveis. Para tanto, contando com a permissão e ajuda dos EUA, que perceberam naquela oportunidade, além da fonte de lucros, uma influência bélica sobre a região, as empresas japonesas se esforçaram para encontrar formas mais eficientes e flexíveis de produção. Entre elas, o destaque maior cabe à fábrica Toyota (WELLEN e WELLEN, 2010, p.70-71).

Ao mesmo tempo em que, no contexto pós-guerra, o Japão encontrava-se derrotado e em condições precárias, as empresas do país lograram romper com as fragilidades do padrão fordista-taylorista vigente na produção industrial global até então, elaborando inovações que permitiriam – já na terceira fase do capitalismo monopolista – a elevação dos níveis de produtividade que se encontravam estagnados desde a década de 1950 (PINTO, 2005).

O modelo de produção toyotista – ou o sistema Toyota de produção – foi pensado pelos japoneses Eiji Toyoda (1913-2013) e Taiichi Ohno (1912-1990), ganhando notoriedade nos anos 1970 – início do capitalismo contemporâneo. Maximiano (1995) expõe que essa organização da produção pressupunha três princípios essenciais – que se distinguiam dos métodos adotados no fordismo-taylorismo: a eliminação dos desperdícios, a produção flexível e o controle da qualidade.

Os precursores desse sistema contestavam o desperdício de maquinário e recursos humanos despendidos nas indústrias tradicionais, trazendo a ideia de que o responsável pelo controle da produção – e dos trabalhadores nela inseridos – tinha a incumbência de ensinar determinadas habilidades correlatas ao funcionamento e manutenção das máquinas, além de coordenar tais equipes e substituir algum operário que faltasse. Ademais, a ideia de estoque dos meios de produção se tornava desnecessária, uma vez que os mesmos só deveriam ser fornecidos quando necessário. Outro conceito trazido por estes japoneses foi o treinamento dos trabalhadores para substituir a utilização de especialistas em determinadas tarefas (MAXIMIANO, 1995).

O autor também expõe que a filosofia adotada pelas indústrias tradicionais foi conhecida como *just-in-case* ("por via das dúvidas", "só para garantir", "para qualquer eventualidade"), que mantinha recursos em prontidão para qualquer problema que ocorresse, com grandes estoques. Já a organização toyotista baseou-se no *just-in-time* ("na hora certa", "no momento exato"), que supunha o armazenamento de recursos apenas em caso de necessidade (*idem*).

O recente modelo organizacional anunciava uma nova forma de se pensar a produção, com o escopo de superar os erros do padrão anterior e com o discurso voltado para o trabalho em equipe e uma suposta valorização do trabalhador – uma vez que este passa a assumir múltiplas tarefas dentro da unidade produtiva[31] (PERES, 2004). Na realidade, o toyotismo traz à tona a questão das alterações no processo produtivo: vimos que no fordismo-taylorismo as capacidades do operário lhe são completamente usurpadas pelo capitalista, para que este possa intensificar a exploração. Analisando esse processo, pode-se perceber que aparentemente o sistema toyotista parece refutar essa condição aos trabalhadores, mas há, essencialmente, a mesma exploração corroborada por um novo aspecto – que encarrega os operários com mais tarefas:

> Este modelo, chamado de toyotismo, elabora um discurso voltado para a valorização do trabalho em equipe, da qualidade no e do trabalho, da multifuncionalidade, da flexibilização e da qualificação do trabalhador. Oculta, porém, a exploração, a intensificação e a precarização do trabalho, inerentes à busca desenfreada do lucro pelo sistema de metabolismo social do capital [...] (MESZÁROS, 1995, *apud* PERES, 2004, p.1).

Ainda sobre a degradação do operariado no âmbito desse sistema industrial, Wellen e Wellen (2010) destacam que o toyotismo teve por base a concepção de *empresa enxuta*, onde há a redução de trabalhadores e ocupações – resultando em uma empresa mais eficiente, menos custosa e com menos hierarquia.

O desígnio principal da aniquilação de estoques por parte do modelo toyotista advinha da necessidade da redução de custos desnecessários com o capital constante (que equivale aos meios de produção), e também com o capital variável (força de trabalho). Por isso o toyotismo ganhou força entre as indústrias nos anos 1970, expandindo-se para outros setores – em benefício do acréscimo das taxas de lucro que vinham apresentando queda desde os anos 1960. Ramos (1997, p.3) expõe que "a redução do capital constante não se deu nos investimentos de máquinas modernas, mas em relação à manutenção de estruturas vinculadas à produção em massa, como, por exemplo, o estoque".

Ainda sobre a questão da redução de custos na produção toyotista, é preciso salientar que o gradual aumento das forças produtivas chegou a um patamar tão elevado que se tornou funcional para este modelo a incorporação cada vez maior de tecnologias de ponta em detrimento do uso do trabalho vivo (que equivale à força de trabalho). Outro aspecto crucial nesse âmbito diz respeito ao movimento de "desconcentração espacial da produção", ou seja, "unidades produtivas [...] são deslocadas para novos espaços territoriais (especialmente áreas

[31] "Contudo, as múltiplas tarefas também são repetitivas, tanto que há autores que concebem o toyotismo como um modelo pós-fordista" (RAMOS, 1997, p.5).

subdesenvolvidas e periféricas), onde a exploração da força de trabalho pode ser mais intensa" (NETTO e BRAZ, 2006, p.216).

Antunes (2002) cita que, à diferença do modelo de Ford e Taylor, a produção toyotista voltava suas atenções para a demanda do mercado e do consumo – com os traços da variabilidade e diversificação das mercadorias – mas isso não quer dizer que o consumo determina a produção. A relação dessa sobre aquele se mantêm, mas de forma mais sofisticada e informatizada. Já no modelo anterior, o processo produtivo ditava o que seria produzido, e assim ocorreu um aumento exacerbado da produção de mercadorias que não encontravam escoamento, ou seja, consumidores suficientes para realiza-las – ocasionando a crise de superprodução (pertinente ao modo de produção capitalista), com mercadorias invendáveis e a consequente diminuição da atividade econômica, como foi referido anteriormente no decorrer da pesquisa. O autor prossegue sua análise discorrendo sobre outro atributo pertinente ao toyotismo: a horizontalização da produção, que implica na transferência de tarefas elementares para outras empresas – as chamadas subcontratadas ou terceirizadas. Sobre a incorporação desse elemento na dinâmica da acumulação flexível, Santos ressalta que:

> [...] a Toyota passou a desenvolver as relações de sub-contratação com seus fornecedores de peças, ou seja, os fabricantes de autopeças são empresas à parte e totalmente controladas pela Toyota, em que os custos salariais representam 30 a 50% a menos do que se fosse produzido na montadora (GOUNET, 1999, *apud* SANTOS, 2009, p.6).

O padrão toyotista também ficou conhecido como o modelo de acumulação flexível, uma vez que o conceito de flexibilização permeou outras esferas para além daquela produtiva. Harvey salienta que o toyotismo se fundamenta "na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo", acrescentando que emergem novos setores da produção, serviços financeiros e mercados (1993, p.140, *apud* Netto e Braz, 2006, p.215).

As transformações conferidas após meados da década de 1970 foram necessárias para que capitalistas administrassem e amenizassem – mesmo que temporariamente – as contradições inerentes à dinâmica do modo de produção capitalista – com vistas ao lucro cada vez mais ampliado. Para que fosse atingido esse objetivo primordial e para que suas taxas médias fossem incrementadas, foi necessária a intensificação da exploração da força de trabalho, além das consequências das saídas capitalistas recaírem sobre os trabalhadores. Assim, "[...] o aspecto ideológico do toyotismo deve ser ressaltado como uma grande conquista dos capitalistas contra os trabalhadores" (WELLEN e WELLEN, 2010, p.73).

Apesar do processo de trabalho dissimular um aspecto mais brando no sistema toyotista, este último aprimorou a intensificação da exploração do mesmo. Netto e Braz (2006) ressaltam que o movimento de desqualificação do trabalhador e perda de domínio do mesmo sobre o processo produtivo – características pertinentes ao fordismo-taylorismo – só se generalizou na fase contemporânea do imperialismo. Isso também significa que aquela divisão entre o trabalho intelectual e aquele manual toma formas cada vez mais nítidas, expressando um grande grupo de trabalhadores que agora executam múltiplas tarefas – a força de trabalho precarizada – e uma pequena quantidade de uma força de trabalho mais qualificada. É evidente que, com essa dicotomia, o primeiro grupo não tem os mesmos direitos e benefícios que o segundo – e dessa forma, o fenômeno da reificação se torna mais patente.

Cabe expor no que consiste a classe trabalhadora atualmente. Para isso, vamos utilizar as reflexões de Ricardo Antunes, levando em consideração estudos feitos a partir de realidades de países centrais, mas que tiveram rebatimentos relativamente similares nos territórios periféricos:

> Devemos indicar, desde logo, que a classe trabalhadora hoje compreende a totalidade dos assalariados, homens e mulheres que vivem da venda da sua força de trabalho - a "classe-que-vive-do-trabalho", [...] e que são despossuídos dos meios de produção (ANTUNES, 2003, p.230).

A composição contemporânea da classe trabalhadora é mais ampla e diversificada se comparada à conformação do século XX, de caráter marcadamente industrial – Antunes (2003) ressalta que isso não implica na perda da importância do proletariado, pelo contrário: este segmento ainda representa o núcleo fundamental e norteador dos trabalhadores. A recente constituição da classe trabalhadora engloba tanto os trabalhadores produtivos, que "participam diretamente do processo de criação de mais-valia e da valorização do capital", quanto aqueles improdutivos que não produzem mais-valia, "uma vez que é utilizado como serviço, seja para uso público, como os serviços públicos, seja para uso capitalista" (ANTUNES, 2003, p.235-236). Para além da atual conformação dos trabalhadores na sociedade, o autor aponta tendências as mais heterogêneas que reconfiguraram o mundo do trabalho, como decorrência da transição de um modelo organizacional para outro no capitalismo, qual seja: aquele taylorista-fordista para aquele toyotista.

Antunes (2003) também indica as principais tendências que atravessam as condições da classe trabalhadora. Há a diminuição do proletariado industrial tradicional; o surgimento de diversas modalidades de trabalho precarizado; o aumento significativo do trabalho feminino; a expansão de assalariados no setor de serviços; a crescente exclusão dos jovens, observada a

mesma tendência para a população considerada idosa para o trabalho. Paralelamente, há uma inclusão precoce e ilegal de crianças no mercado de trabalho; a expansão do chamado terceiro setor, como consequência do desemprego estrutural; a propagação do trabalho produtivo doméstico; e, por último, a configuração cada vez mais transnacionalizada do mundo do trabalho[32].

É preciso discorrer também sobre a influência trazida pelo sistema Toyota no que concerne às terceirizações. Foi dito linhas atrás que esse modelo passou a contratar empresas para a realização de tarefas as mais simples, que antes eram realizadas nas próprias fábricas da Toyota, e que esse novo mecanismo permitiu a redução de custos. Netto e Braz (2006) assinalam que as modificações operadas pelo toyotismo no ramo industrial provocaram duas principais ações por parte das grandes empresas: de um lado, estas passaram a contratar empresas terceirizadas para amenizar os custos com a produção – mas ainda mantendo o controle sobre a mesma; de outro, o processo de descentralização espacial permitiu a estas corporações a distribuição da produção para outros países (principalmente os periféricos), mas com a manutenção de sua concentração financeira, propiciando um aumento de poder que ultrapassa o das unidades nacionais.

A adoção dos métodos de terceirização e subcontratação de empresas se espraiou para além do âmbito da produção, atingindo a esfera da circulação – o setor de serviços é um claro exemplo das experiências da flexibilização toyotista sob a forma de terceirização. Antunes expõe que, assim como a terceirização, um conjunto de medidas flexíveis que modificaram o mundo do trabalho são expressão da predominância que o capital exerce sobre a força de trabalho – na qual esta é indispensável para a reprodução do primeiro. Dessa maneira, "o capital pode diminuir o trabalho vivo, mas não eliminá-lo. Pode intensificar sua utilização, pode precarizá-lo e mesmo desempregar parcelas imensas, mas não pode extingui-lo" (ANTUNES, 2002, p.170).

As posições empreendidas pelas megacorporações – no sentido de uma desqualificação gradual e robustecimento de formas de exploração conferidas no modelo organizacional anterior – resultaram em ônus para os trabalhadores, em um contexto nos quais suas conquistas foram duramente reprimidas e suas demandas repreendidas. Assim, configura-se um novo cenário para o mundo do trabalho, com o destaque para o crescimento do desemprego – ressaltando que este fenômeno é estrutural na dinâmica do modo de produção capitalista.

---

[32] Cabe destacar que tais tendências não se configuram enquanto novidade nos países periféricos (incluindo o Brasil).

Netto (1996), ao voltar a sua análise para a questão da desmobilização dos sindicatos nos anos 1990 – considerando a Europa ocidental e os Estados Unidos –, cita que houve mudanças expressivas na estrutura de classes desses territórios, impactadas em grande medida pelas transformações culturais conferidas desde anos 1960 no perfil dos trabalhadores: "o afluxo, ao mercado de trabalho, de um novo tipo de trabalhador condicionou substancialmente a perda de força e vigor do movimento sindical tradicional". Outrossim, o autor relaciona a modificação do perfil dos trabalhadores às novas formas de organização do capital em escala planetária para atender recentes demandas (NETTO, 1996, p.30-31).

Em diversos países, há a "defesa de *formas precárias* de emprego (sem quaisquer garantias sociais) e do emprego em *tempo parcial* (também frequentemente sem garantias), que obriga o trabalhador a buscar seu sustento, simultaneamente, em várias ocupações" (NETTO e BRAZ, 2006, p.216). Antunes (2002) acrescenta que a fase do capitalismo contemporâneo se caracterizou por uma expansão e heterogeneização do trabalho assalariado – enfatizando que as formas de trabalho parcial, precário, terceirizado, temporário e subcontratado são cada vez mais crescentes. O autor também analisa as consequências da fase atual para o mundo do trabalho:

> A sociedade contemporânea, particularmente nas últimas duas décadas, presenciou fortes transformações. O neoliberalismo e a reestruturação produtiva da era da acumulação flexível, dotados de forte caráter destrutivo, têm acarretado, entre tantos aspectos nefastos, um monumental desemprego, uma enorme precarização do trabalho e uma degradação crescente na relação metabólica entre homem e natureza, conduzida pela lógica societal voltada prioritariamente para a produção de mercadorias, que destrói o meio ambiente em escala globalizada (ANTUNES, 2002, p.93).

Netto e Braz (2006) citam que o crescimento do trabalho informal, precarizado ou em tempo parcial remete a formas de trabalho de outrora, onde trabalhadores cumpriam uma carga horária exaustiva e recebiam uma remuneração extremamente baixa – ou onde havia a exploração do trabalho infantil, diferença salarial brutal entre homens e mulheres, entre outros agravantes pertinentes ao âmbito do trabalho. Ademais, eles ressaltam que o retorno dessas formas de exploração no século XX ocorre não só nos países periféricos, mas também naqueles de economia central[33] (*idem*).

Ainda sobre os rebatimentos da reestruturação produtiva e do neoliberalismo no âmbito do trabalho, Tonet (2009) reflete sobre o trabalho formal: este se torna fragilizado e de condição cada vez mais escassa para os trabalhadores assalariados. Ademais, o autor reforça a

[33] Seja nas potências capitalistas ou nos países dependentes, nessa condição de exploração tão acentuada a lei geral de acumulação capitalista se expressa. Segundo Netto e Braz (2006), esta se efetua com um grande acúmulo de riqueza, de um lado, e um demasiado crescimento da pobreza, de outro – onde o primeiro cresce proporcionalmente às custas do último.

perspectiva explicitada por Antunes, ao expor que os efeitos verificados nesse contexto são o aumento do desemprego e do trabalho informal (ou seja, aquele sem qualquer vínculo empregatício e quaisquer garantias de proteção ao trabalhador). Esse movimento vai tornando o mercado de trabalho cada vez mais precarizado, nos quais os direitos trabalhistas são solapados e flexibilizados.

O autor também salienta que a reestruturação atingiu a organização reivindicatória construída pelos trabalhadores há algumas décadas, citando que houve uma desmobilização dessa classe e o estímulo intenso à competição. Foi fomentado todo o tipo de concorrência entre as mais variadas condições dos trabalhadores: "entre os empregados e os desempregados, entre aqueles que detêm um emprego formal e os informalizados, entre aqueles do setor público [...] e aqueles do setor privado" (2009, p.4). Ademais, há o destaque para o acirramento da competição entre trabalhadores dos países centrais e aqueles dos territórios periféricos.

2.3 As respostas da burguesia frente à queda das taxas de lucro

Este tópico pretende dialogar com o anterior, visto que é contemporâneo a ele. Assim, os mesmos não guardam uma relação cronológica, mas sim se complementam. Já foi dito há linhas atrás que a fase contemporânea do capitalismo na qual se inseriu o padrão toyotista foi marcada por transformações de monta no âmbito político e econômico. O colapso do período dos *trinta anos gloriosos* – que se esgota em meados dos anos 1970 – impeliu o capital financeiro a implementar um estratégico conjunto de respostas frente a sua crise global – que compõem a restauração do capital, cuja referência foi feita na introdução da pesquisa. Essas ações alteraram profundamente a cena mundial, perpassando as diversas dimensões da vida social e rebatendo de diferentes formas sobre os países do globo.

Certos fatores são primordiais para que se entenda a crise do capital no contexto do surgimento do capitalismo contemporâneo. Eles destacam que houve uma redução no crescimento econômico dos países centrais com a queda das taxas médias de lucro de suas respectivas grandes empresas – ou seja, a competição intercapitalista fez com que todas as megacorporações investissem brutalmente em capital constante (meios de produção), desencadeando a queda da taxa de lucro. Por isso, a longa onda expansiva foi interrompida por uma longa onda recessiva. Ademais, as experiências socialistas seguiam consolidadas nos anos 1960 e 1970 – sendo necessário ao capital enfraquecê-las. Mas para além desses acontecimentos, eles citam outros:

> Contavam-se ainda vetores sociopolíticos de importância, dos quais a pressão organizada dos trabalhadores era o mais decisivo: ao longo dos anos sessenta e na abertura dos setenta, o peso do movimento sindical aumentou significativamente nos países centrais, demandando não somente melhorias salariais, mas ainda contestando a organização da produção nos moldes taylorista-fordista [...]. Além disso, modificações culturais que tinham raízes nos anos imediatamente anteriores [...] lançaram outros sujeitos na cena política, com movimentos de categorias sociais específicas, impropriamente designadas como “minorias” (NETTO e BRAZ, 2006, p.213-214).

Somou-se isto ao fato dos custos com a força de trabalho se tornarem mais onerosos para o capital, dados os movimentos operários e reivindicações dos trabalhadores em prol de direitos sociais nos *anos dourados*. Diante da efervescência dos acontecimentos conferidos desde os anos 1960 – e que se estenderam até os anos 1970 – o capital buscou responder estrategicamente a esses fatos através do movimento de restauração do capital, que compreende o tripé da reestruturação produtiva, da ideologia neoliberal e da financeirização (BRAGA, 1996, *apud* NETTO e BRAZ, 2006).

Através da hegemonia do capital financeiro se adota uma postura ofensiva, repreendendo as organizações sindicais e bloqueando suas mobilizações. Aliado a isso, há

alterações nos circuitos produtivos, com a mudança dos modelos organizacionais da produção. Como foi mais bem exemplificada nos tópicos precedentes, a configuração do padrão flexível trouxe mudanças na organização e gestão da força de trabalho na produção – e isso se difundiu para outros setores, afetando o chamado mundo do trabalho.

Se na fase dos *anos dourados* o setor terciário ganha expansão, no contexto contemporâneo esta esfera já explorada pelo capital torna-se ainda mais rentável. Só que este setor está indispensavelmente articulado com o ramo industrial, de maneira que este último determina o crescimento ou declínio do primeiro. Ademais, dada a dinâmica de expansão e generalização industrial, os ditames da mesma passam a ocupar todos os setores da vida social – com as características da especialização, do trabalho fragmentado e mecanizado (MANDEL, 1982).

Mas para além da área dos serviços já aproveitada pelo capital, emergem outros setores que o tornam ainda mais lucrativo, e que são concernentes às indústrias que processam novos materiais. Esses acontecimentos asseguram um imenso controle estratégico das tecnologias de ponta para a produção por parte da chamada oligarquia financeira, expressando uma concentração de poder econômico e político jamais vista, que perpassa os domínios das nações (*idem*)[34]. A capacidade deliberativa destes grupos monopolistas ultrapassa qualquer outra vontade e tem efeitos devastadores sobre a maioria da população mundial, aliando-se a um mecanismo de extrema importância para a consolidação desse poder:

> A política conduzida por essas "elites orgânicas", notadamente a partir dos anos setenta do último século, passou a operar-se também através de instituições, agências e entidades de caráter supranacional – como o *Fundo Monetário Internacional*, o *Banco Mundial* e organismos vinculados à *Organização das Nações Unidas*. Assim, além dos seus dispositivos próprios, o grande capital vem instrumentalizando diretamente a ação desses órgãos para implementar as estratégias que lhe são adequadas. O poder de pressão dessas instituições sobre os Estados capitalistas mais débeis é enorme e lhes permite impor desde a orientação macroeconômica, frequentemente direcionada aos chamados "ajustes estruturais", até providências e medidas de menor abrangência (NETTO e BRAZ, 2006, p.225).

Ou seja, a oligarquia financeira se utilizará desses órgãos para controlar os países periféricos como forma de torná-los ainda mais dependentes das potências capitalistas. É dessa forma que os ajustes macroeconômicos e demais deliberações terão impacto no Brasil desde os anos 1980, trazendo mudanças econômicas e sociais de monta – mas este será assunto para o próximo capítulo. Após a exposição do fenômeno da reestruturação produtiva,

---

[34] O capital adquire expansão extraordinária com a multiplicação de indústrias que processam, por exemplo, "componentes vitrocerâmicos e termoplásticos e outros gerados pela *engenharia molecular*, na sequência, ainda, de desenvolvimentos da *biotecnologia* [...] e da *nanotecnologia* [...]"

cabe uma análise sobre a propagação da ideologia neoliberal como forma de legitimação pelo capital.

Para que o capital efetuasse sua expansão e intervenção, foi necessária uma legitimação ideológica – que em uma escala global, ganha força a partir dos anos 1970. Ademais, existem limites sociopolíticos e aqueles permanentes à dinâmica do modo de produção capitalista: os primeiros são passíveis de se modificarem em face de uma ação estratégica capitalista; já os segundos – que se expressam através das crises – são mais complexos de serem alterados voluntariamente, e ocorrem mais autonomizados em relação aos movimentos implementados pelo capital. Dada a necessidade da livre circulação do capital para a sua expansão e ampliação das taxas de mais-valia e, uma vez que as barreiras imanentes a esse modo de produção não podem ser rompidas, as estratégias dos grupos monopolistas se voltam para os obstáculos sociais e políticos à expansão do capital – e isso ultrapassa o combate capitalista às regulamentações implantadas sobre o mundo do trabalho, com a imposição de uma desregulamentação em sentido amplo, que desobstrua as vias das atividades econômicas em escala global, com vistas a maior liberdade de movimentação capitalista possível (*idem*).

É nesse sentido que se faz de suma importância a elaboração e execução de um ideário que reafirme o caráter expansivo e incessante do capital: assim constitui-se o neoliberalismo, que "compreende uma concepção de homem [...], uma concepção de sociedade [...] fundada na ideia da *natural e necessária desigualdade* entre os homens e uma noção de rasteira liberdade (vista como função da liberdade de *mercado*)" (NETTO e BRAZ, 2006, p.226).

A principal barreira sociopolítica a ser derrubada por essa ideologia consistia na mudança do papel do Estado: os mesmos autores argumentam que foi imperativa uma alteração de sua intervenção na economia, de modo que seria necessária uma *reforma*[35] para que suas ações coesivas – em prol dos direitos sociais – fossem drasticamente diminuídas. Isso não significa que o Estado teria suas funções suprimidas, pois estas – se estrategicamente direcionadas – são fundamentais para a livre movimentação do capital.

O ataque do capital às instâncias democráticas que eram alvo de intervenção do Estado foi intensificando-se gradualmente, tendo início nas relações de trabalho, passando pela privatização e cortes nos gastos com os sistemas de seguridade social, até chegar a um processo de privatização mais amplo – o qual retirou do domínio do Estado empresas e

---

[35] "[...] pela primeira vez na história do capitalismo, a palavra *reforma* perdeu o seu sentido tradicional de conjunto de mudanças para ampliar direitos; *a partir dos anos oitenta do século XX, sob o rótulo de reforma(s) o que vem sendo conduzido pelo grande capital é um gigantesco* ***processo de contrarreforma(s)****, destinado à supressão ou redução de direitos e garantias sociais*" (NETTO e BRAZ, 2006, p.227).

serviços, em prol de uma exploração lucrativa pelos grandes monopólios. Isso ocorreu nas potências capitalistas, mas, mormente, nos países periféricos – como foi o caso brasileiro. Ademais, a privatização em massa constitui-se como uma peça-chave para o projeto expansivo da oligarquia financeira:

> Atualmente, é no movimento de transferência, para a esfera mercantil, de atividades que até então eram estritamente reguladas ou administradas pelo Estado, que o movimento de mundialização do capital encontra suas maiores oportunidades de investir (CHESNAIS, 1996, p.186, *apud* NETTO e BRAZ, 2006, p.228).

Cabe explicitar brevemente o significado do movimento de mundialização do capital. Desde a constituição de sua forma mercantil, o início do capitalismo significou a expansão do comércio para além de territórios próximos, vinculando diversas populações que não tinham relações econômicas. Dessa forma, o estágio concorrencial – aquele posterior ao capitalismo comercial – acentua a difusão mercantil, abrindo espaço para a ampla exportação e importação de mercadorias pelos países centrais – e isso ocorria em diversas áreas do globo, inclusive aquelas mais afastadas. Esse movimento deu origem a um mercado mundial, que possibilitou diversos vínculos entre povos das mais variadas regiões.

No capitalismo monopolista, esse mercado toma proporções ainda maiores, constituindo o movimento de mundialização do capital financeiro – onde este se alastra e passa a dominar quase todas as regiões do mundo, tornando todas as economias nacionais interdependentes. Um dos resultados mais notáveis desse fenômeno se explicita pela hierarquização dos países, onde aqueles centrais passam a dominar e dividir os territórios periféricos de acordo com seus interesses, constituindo uma divisão internacional do trabalho – ou seja, para além dos espaços produtivos, alastrando-se para os territórios nacionais (*idem*).

Posto o contexto que condicionou a reestruturação produtiva e a disseminação da ideologia neoliberal, falta discorrer rapidamente sobre o último elemento do tripé que compõe a restauração do capital nos anos 1970: a financeirização. A fase contemporânea do capitalismo se particulariza pela amplificação dos fluxos econômicos e pela configuração de grandes blocos supranacionais. Porém, a expressão mais evidente que denota o caráter contemporâneo desse modo de produção concerne à financeirização do capital. Em linhas gerais, este elemento caracteriza-se pelo aumento das atividades especulativas, dada a grande concentração do sistema bancário e financeiro, bem como pela queda nas taxas de lucro dos investimentos industriais. Assim, decorre uma grande massa de dinheiro sob a forma de capital monetário – que não é investido na produção, mas que absorve seus ganhos:

> A financeirização do capitalismo contemporâneo deve-se que as transformações financeiras (isto é: as operações situadas na esfera da circulação) *tornaram-se sob*

> *todos os sentidos hipertrofiadas e desproporcionais em relação à produção real de valores* – tornaram-se dominantemente *especulativas* (NETTO e BRAZ, 2006, p.232).

Dessa forma, esse processo indica o predomínio e força de um capital rentista e especulativo, nos quais grandes somas de capital sob a forma de dinheiro e fictícia se concentram nas mãos de um pequeno grupo de burgueses – que buscam acumular mais capital através dos juros. Todavia, o problema central a partir da hegemonia do capital financeiro é, essencialmente, que a lógica especulativa toma o espaço da produção a partir das bolsas de valores. Com os derivativos das ações empresariais, usa-se a especulação como forma de subordinação da produção econômica à lógica especulativa e essa dinâmica se exponencia de forma espiral. O capital especulativo possui tamanha força que sua livre mobilidade é capaz de destruir economias de diversos países[36]. Ainda nesse âmbito, é importante frisar que a questão da dívida externa e dos ajustes estruturais sofridos pelos países de economia dependente só são compreensíveis se forem levados em consideração os elementos que possibilitaram o processo de financeirização – quais sejam: a superacumulação e a queda das taxas de lucro.

Os capitais acumulados pelos países centrais se tornaram excessivos; assim, estes foram disponibilizados enquanto empréstimos para as periferias[37] – com a adição de juros. Isso resultou em um crescimento estratosférico das dívidas para os países devedores – atentando-se para o caso da América Latina (*idem*). No terceiro capítulo, veremos de que forma isso ocorre nessa área e no Brasil, sob a ótica da reestruturação produtiva e do neoliberalismo no país – e quais foram os impactos trazidos para a classe trabalhadora a partir das análises sobre as políticas sociais brasileiras.

---

[36] Um exemplo brasileiro do vigor do capital especulativo nesse sentido foi experimentado durante a década de 1990, durante o segundo mandato de Fernando Henrique, onde Armínio Fraga – o então gestor do Fundo Soros para mercados emergentes e aspirante à presidente do Banco Central do Brasil – "usou a porta giratória" para assumir a direção desta última, através de informações privilegiadas para operar um ataque especulativo à Tailândia, gerando desemprego em massa neste último e altos lucros para Armínio e o dono da Soros. Ademais, essa ação "iniciou a sucessão de crises cambiais que chegou ao Brasil e derrubou o Real em 1999" (BASTOS, 2014, p.1-2).

[37] "[...] os países dependentes e periféricos tornaram-se exportadores de capital para os países centrais" (NETTO e BRAZ, 2006, p.235).

Capítulo 3 – Reestruturação produtiva e neoliberalismo no Brasil

Como já foi exposto, a crise dos anos 1970 impôs uma reação às megacorporações monopolistas, que se utilizaram de três mecanismos principais que compõem a estratégia de restauração do capital: a reestruturação produtiva, o neoliberalismo e a financeirização do capital. Vejamos como isso impacta na América Latina e, especificamente no Estado brasileiro, com o enfoque no fenômeno da reestruturação produtiva – atentando-se para a pressão exercida pelos órgãos internacionais a serviço do capital, o que desencadeará mudanças notáveis no país a partir dos anos 1980. Assim, pressupõe-se também a análise da ideologia neoliberal, uma vez que esta foi fundamental para reforçar e legitimar os ajustes econômicos e sociais ditados pelas principais potências capitalistas sobre os países periféricos. Dessa maneira, é fundamental investigar os propósitos do Plano Diretor da Reforma do Estado em meados dos anos 1990, documento este que representou um mecanismo propulsor para a reestruturação societária e do Estado brasileiro. Assim, se analisará posteriormente o percurso histórico das políticas sociais do país a partir da década de noventa, para que sejam estabelecidos os pressupostos teóricos necessários para a reflexão sobre as condições dos trabalhadores brasileiros na contemporaneidade.

3.1 A ofensiva neoliberal e o redimensionamento do Estado brasileiro

Para demonstrar de que maneira a crise dos anos 1970 impactou no Estado brasileiro, cabe aqui fazer análises simultâneas entre a conjuntura econômica, política e social ocorrida no mundo, na América Latina e, particularmente, no Brasil, expondo a importância das determinações da esfera da produção para se pensar na funcionalidade das relações sociais.

Faleiros (2000) explicita que, com a crise capitalista mundial ocorrida a partir de meados dos anos setenta – além do colapso da experiência socialista na União Soviética em finais dos anos oitenta –, foi consolidada a hegemonia estadunidense sobre o mundo, com a instituição do dólar enquanto moeda universal. O país logrou articular uma política econômica de controle sobre os seus déficits e de aumento das exportações, o que acabou desencadeando crises em diversos países do globo, de acordo com os seus interesses. Dada a era dos oligopólios e do crescimento exacerbado do comércio nesse âmbito,

> Os Estados Nacionais perderam hegemonia diante do poder americano e do capital financeiro internacional, que passou a jogar um papel central no mercado especulativo das bolsas e das moedas, entrando e saindo dos países sem maiores controles e em benefício de poucos grupos especulativos. Esta política provocou a crise do México em 1995, a asiática em 1997, a russa e a brasileira em 1998, com ganhos de bilhões de dólares para os especuladores (TAVARES; FIORI, 1997 e DOWBOR *et al*, 1998, *apud* FALEIROS, 2000, p.51).

Como foi brevemente explicitado no segundo capítulo, o poder exercido pelo movimento de financeirização a partir da crise dos anos setenta foi significativo – principalmente sobre os países periféricos –, sendo tal estratégia parte do tripé que constituiu a ofensiva do capital diante da crise mundial.

Há que se explicitar as particularidades do Brasil nesse contexto. Segundo análises de Behring e Boschetti (2011) sobre a conjuntura brasileira do período militar no pós-1964, o país crescia economicamente através da intensificação da produção em massa para um consumo restrito – o que foi classificado como "fordismo à brasileira" (SABÓIA, 1988; 1990, *apud* BEHRING e BOSCHETTI, 2001) chamou de–, que acabou por ampliar o mercado interno. Há que se destacar também a simultânea expansão das políticas sociais brasileiras nesse momento que, em meio a sua condução de caráter conservador e tecnicista, logrou certas conquistas no âmbito dos direitos sociais (enquanto os direitos civis e políticos eram restritos e oprimidos).

O crescimento da economia brasileira no período citado ocorreu devido a um projeto de internacionalização fomentado pela ditadura, visto que o cenário da crise mundial já havia se instaurado e os segmentos da burguesia local encontraram a oportunidade de atrair investimentos e capitais estrangeiros para o país – isso se processou através da substituição de importações, apoiada e direcionada pelo Estado. Só que as taxas de crescimento não conseguiram se sustentar diante da limitação do mercado interno. Ademais, houveram impeditivos estabelecidos com a própria crise internacional e com as reações dos trabalhadores brasileiros frente ao modelo desenvolvimentista e autoritário durante o regime militar. Assim, reeditou-se a modernização conservadora através de uma ação combinada entre repressão e assistência, como uma maneira de legitimação e enfrentamento das refrações da questão social para o controle e manutenção da força de trabalho. Portanto, ocorreu o desenvolvimento das políticas sociais no país (com acesso restrito, excluindo milhões de brasileiros) simultaneamente à abertura aos sistemas privados desses mesmos setores, configurando um sistema de proteção social dual (BEHRING e BOSCHETTI, 2011).

Em meados dos anos setenta, o projeto modernizador (e ao mesmo tempo conservador) adotado pelo regime militar na década anterior começava a apresentar sinais de fragilidade, dados os impactos da economia internacional que restringiram o fluxo de capitais, bem como as limitações endógenas. De fato, as autoras explicitam que, apesar de haver uma aparente ausência de sincronia entre o contexto brasileiro e os processos ocorridos no cenário internacional, o primeiro sempre esteve articulado à dinâmica global – ainda que de forma não a acompanhasse "ao pé da letra" (*idem)*. A partir da referida década, um processo de transição

democrática começa a tomar forma no país, acompanhado pelo controle das elites e pelas orientações neoliberais já recorrentes no cenário mundial. Mesmo que as conquistas democráticas, os movimentos sociais dos anos oitenta e a promulgação da Constituição de 1988 tenham representado um avanço para algumas demandas dos trabalhadores, esse período foi marcado por uma intensa crise econômica que impactou na redistribuição de renda não só do Brasil, mas de toda a América Latina.

A dívida externa contraída com o Fundo Monetário Internacional/FMI foi o principal fator que desencadeou a crise brasileira. O órgão internacional pressionou o setor público pela quitação de grande parte da cobrança – sendo que o maior montante da dívida havia sido contraído pelo setor privado –, ocasionando uma intensa e exorbitante socialização da mesma. Borón (1996) analisa que a vulnerabilidade econômica dos países da América Latina foi agravada pelos endividamentos e desequilíbrios nas balanças de pagamentos e comercial, dadas as rigorosas imposições dos organismos internacionais em troca da obtenção de recursos nos mercados mundiais – distintamente do que acontece com os países centrais.

Dessa forma, gerou-se o endividamento da esfera pública, restando três saídas ao governo brasileiro para conter esse agravo: a diminuição dos gastos públicos, a impressão de dinheiro ou a venda de títulos do Tesouro Nacional a juros significativos – essas alternativas não podem ser pensadas sem a necessária relação de subordinação ao capital internacional financeiro. Ao longo da década de 1980, optou-se pela última alternativa e assim instaurou-se um processo inflacionário dada a elevação dos juros (BEHRING e BOSCHETTI, 2011). Os efeitos dessa crise econômica foram sentidos principalmente pela maioria da população brasileira – mas também a latino-americana, na qual problemáticas já existentes anteriormente foram intensificadas:

> Os efeitos da crise do endividamento foram muitos: empobrecimento generalizado da América Latina, especialmente no seu país mais rico, o Brasil; crise dos serviços sociais públicos num contexto de aumento da demanda em contraposição à não expansão dos direitos; desemprego; agudização da informalidade da economia; favorecimento da produção para exportação em detrimento das necessidades internas (BEHRING e BOSCHETTI, 2011, p.139).

As ideias das autoras convergem com as análises de Oliveira (1996), que também faz reflexões sobre o contexto econômico, político e social vivido pelo Brasil a partir dos anos 1980. Ele expõe que a corrosão do Estado brasileiro teve início desde os tempos da ditadura militar, propiciando o terreno ideal para a instauração da ideologia neoliberal. Ademais, a experiência brasileira havia demonstrado que o intento de um Estado de bem-estar no país foi falho. Ainda segundo o autor, a eleição de Collor representou o marco que concretizou a "má distribuição de renda, [a] situação depredada da saúde, da educação e de todas as políticas

sociais". É nesse contexto que surge o chamado neoliberalismo à brasileira (OLIVEIRA, 1996, p.25).

Ao mesmo tempo em que o autor aponta para uma derrocada no âmbito ídeo-político, ele salienta um paradoxo. Oliveira (1996) analisa que, durante a década de 1980, houve um expressivo movimento em resposta ao projeto neoliberal por parte da sociedade civil:

> Paradoxalmente, entretanto, durante a última década, que chamamos a "década perdida", a sociedade civil no Brasil mostrou uma extraordinária vitalidade. Ao contrário do pessimismo de uma teoria política economicista, [...] a sociedade mostrou uma extraordinária capacidade de responder ao ataque neoliberal, organizando-se. Não nos esqueçamos de que nesta década foram construídas as três grandes centrais dos trabalhadores, com diferenças programáticas e ideológicas, sem dúvida, mas num movimento totalmente contrário àquilo que o pessimismo indicava como sendo o roteiro da derrota da sociedade (OLIVEIRA, 1996, p.25).

Borón (1996) debate sobre a consolidação e hegemonia da ideologia neoliberal pelo mundo. Ele expõe que, inicialmente, as experiências britânicas de Thatcher e norte-americana de Reagan foram fundamentais para a legitimação do neoliberalismo nos anos 1980, em uma época também propícia dada a crise do keynesianismo e o esgotamento do auge vivido pelos países centrais após a Segunda Guerra Mundial. O autor acrescenta que essa mesma década se tornou favorável para a propagação de teorias econômicas neoclássicas que aplicavam os ditames do Consenso de Washington[38]:

> [...] Parece oportuno avaliar o papel que o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional efetivamente desempenharam na economia mundial e, muito especialmente, nos capitalismos periféricos. Essas instituições cumpriram, e continuam fazendo em nossos dias, uma função eminentemente "disciplinadora" dentro da economia capitalista internacional. Seu poder de fato aumentou consideravelmente a partir da década de 80, quando as nações da periferia ou os elos mais fracos do mercado mundial sucumbiram diante do peso combinado da recessão e da crise da dívida. É por isto que a "capacidade disciplinadora" do BM e do FMI foi eficaz sobretudo na periferia: na América Latina e na África, muitíssimo menor do que na Ásia e completamente nula nas economias desenvolvidas (BORÓN, 1996, p.93).

Simionatto (1999) também problematiza a influência que as chamadas nações hegemônicas (ou países de economia central) exercem sobre as nações secundárias (ou países periféricos), indicando uma relação de poder imposta dos primeiros para os segundos, que se expressam desde ameaças até incentivos financeiros e econômicos. Ademais, a autora converge com Borón (1996) ao analisar a função e a representação dos organismos internacionais no controle e fiscalização dos países periféricos, com o sentido de fazer funcionar o receituário neoliberal de acordo com o previsto nessas áreas:

---

[38] "Em essência, as medidas do Consenso representaram a vitória político-cultural da burguesia rentista e prepararam o terreno para a inserção da América Latina na etapa contemporânea do imperialismo, na qual a região se torna uma plataforma de valorização dos capitais estrangeiros por meio de compras e expropriações maciças de bens públicos e da especulação financeira" (CASTELO, 2012, p.623).

> As principais diretrizes dos organismos internacionais recomendam que a Reforma do Estado seja orientada para o mercado, exigindo o abandono de instrumentos de controle político e a restrição na alocação de recursos públicos, principalmente na área social. As agências de cooperação internacional, especialmente o Banco Mundial, têm articulado uma "aliança tecnocrática transnacional", no sentido de racionalizar os investimentos nessa área, diminuindo o papel do Estado e fortalecendo as ações de natureza privada (SIMIONATTO, 1999, p.1).

Portanto, os programas de ajuste estrutural propostos pelos grandes órgãos financeiros têm por base três elementos primordiais: a diminuição das despesas públicas, a realocação de recursos voltados para o incremento de superávits na balança comercial, e reformas que objetivem aumentar a eficiência do campo econômico. Essas orientações acabam por incidir profundamente sobre as políticas públicas de cunho social, pois exigem cortes no orçamento público e redução de seus gastos. Para isso, há que ocorrer a reorganização das relações entre Estado e mercado, de forma que fortaleça a iniciativa privada para a execução de funções públicas, distorcendo e negando as concepções keynesianas.

Nesse sentido, as recomendações neoliberais dos grandes órgãos internacionais se voltaram para a economia de mercado nos países latino-americanos, aprofundando as suas desigualdades sociais e rebaixando os salários, além de promover a pobreza e o desemprego em massa – é o que demonstram as experiências de ajuste fiscal adotadas nos países periféricos com a aprovação dos ditames internacionais. Borón (1996) analisa as orientações econômicas seguidas pela América Latina, atentando para o longo prazo de duração dessas políticas, que acabaram por se converter em projetos que objetivam a reestruturação societária desses países, com "capitalismos neoliberais, políticas conservadoras, sociedades fragmentadas, marginalização de massas, ruptura do tecido social e desagregação dos mecanismos de integração, capitulação da soberania nacional, degradação da política etc." (BORÓN, 1996, p.109).

Oliveira (1998, *apud* BEHRING e BOSCHETTI, 2011) analisa que, em um contexto condizente com a situação latino-americana da época, o Brasil não conseguiu superar a crise fiscal iniciada no início dos anos 1980, mesmo com as políticas monetárias de ajustes voltadas para o mercado. Desse modo, ao final da referida década o país passou por um quadro crítico economicamente, adentrando os anos 1990 com uma crise profunda, dadas a inflação exacerbada, o baixo investimento público e privado, um endividamento alto e um panorama social agravado pela profunda pobreza e desigualdade – propiciando o terreno adequado para a propagação da ideologia neoliberal:

> [...] A ditadura [...] começou o processo de dilapidação do Estado brasileiro, que prosseguiu sem interrupções no mandato "democrático" de José Sarney.
> Essa dilapidação propiciou o clima para que a ideologia neoliberal, então já avassaladora nos países desenvolvidos, encontrasse terreno fértil para uma pregação

> anti-social. Aqui no Brasil, não apenas pelos reclamos antiestatais (na verdade, anti-sociais) da grande burguesia, mas sobretudo pelos reclamos do [povo], para o qual o arremedo de social-democracia ou do Estado de bem-estar, ainda que de cabeça para baixo, tinha falhado completamente (OLIVEIRA, 1996, p.24-25).

Concomitantemente aos ensejos das classes dominantes no campo nacional e internacional de lograr implementar o neoliberalismo no Brasil, houve no período uma correlação de forças favorável aos trabalhadores até certo ponto: com a Constituição de 1988, os sopros democráticos foram favoráveis para a maioria da população – mesmo que, nos campos mais avançados dos trabalhadores, o resultado de parte da Constituição tenha sido uma derrota. De acordo com Behring e Boschetti (2011), a redefinição do Estado democrático de direito – logo após um lapso ditatorial intensamente repressivo, principalmente no que tange aos direitos políticos e civis – se viabilizou através do Congresso constituinte, e não pela participação social de uma Assembleia Nacional soberana. Mesmo com as limitações de sua elaboração e promulgação, a Constituição de 1988 foi marcada pela efervescência reivindicatória dos movimentos sociais e dos trabalhadores.

A Constituição Federal de 1988 representou a tensão de interesses e negociações entre blocos de força distintos. A mesma, de caráter liberal, democrático e universalista, expressou contradições das diversas classes no Brasil e fez conviver políticas estatais com políticas de mercado no âmbito da seguridade social. Ela conseguiu defender a permanência de certos monopólios estatais, logrou incorporar importantes demandas de segmentos sociais considerados minoritários (como os direitos das mulheres, das crianças e dos índios, por exemplo), além de incluir o conceito universalista de seguridade social no campo da saúde, acrescendo os direitos à previdência e à assistência social. Só que na mesma medida em que direitos foram incorporados no Congresso e que a concepção de cidadania se delineava empiricamente, o governo Sarney (1985-1990) fomentava o desmonte das políticas sociais – seja através da redução dos programas habitacionais, do sucateamento da saúde, do controle das verbas da educação ou pela distribuição de cargos para a sua perpetuação no poder durante cinco anos, e não quatro. Dessa forma, há que se problematizar o conflito expresso entre a construção dos direitos inseridos na Constituinte – de caráter descentralizado e participativo – e a política ainda vigente de cunho clientelista, de permuta de favores, cooptadora e fragmentária – com o uso de verbas públicas para fins privados (FALEIROS, 2000).

Por outro lado, cabe mencionar também em que medida os marcos constitucionais de 1988 se converteram de certa forma em direitos sociais favoráveis aos trabalhadores. Primeiramente, logo após o período da ditadura militar e durante o governo de José Sarney, as

políticas sociais[39] mantiveram o seu viés seletivo, fragmentário, compensatório e setorizado – articulado à crise econômica. Apesar das propostas de reestruturação das políticas – saúde, previdência, assistência e educação – pelo governo Sarney não terem sido efetivadas, as ideias germinadas nesse sentido contribuíram para a elaboração do conceito de seguridade social na Constituição de 1988. Entretanto, foi o processo de redemocratização brasileira – apesar de seu peso conservador – que contribuiu significativamente para as inovações benéficas aos trabalhadores e para o redimensionamento das políticas sociais no âmbito da seguridade social, visando a gestão democrática, a responsabilidade pública e a universalização – e sob ampla influência da participação social. Assim, importantes avanços foram verificados nos campos da assistência social, saúde, previdência, bem como nos direitos da criança e do adolescente – ampliando também direitos para grupos antes excluídos: os trabalhadores rurais e as empregadas domésticas são dois exemplos disso (*idem*).

Portanto, o então presidente José Sarney (1985-1990) teve por base os seguintes fundamentos do receituário neoliberal recomendado pelos órgãos financeiros internacionais: uma abertura sem precedentes da economia brasileira aos investimentos internacionais, a privatização do setor público e as ações de corte sobre os direitos sociais com a desregulamentação das legislações trabalhistas.

Sobre a função das políticas sociais na sociedade capitalista, cabe uma breve análise aqui. Faleiros (1991) faz uma reflexão acerca das diversas influências para a consolidação das políticas sociais brasileiras. Segundo o autor, as mesmas estão intrinsecamente articuladas com determinado contexto político, econômico e social vivido pelo país – ou seja, são frutos históricos da dinâmica social. Elas podem se estabelecer enquanto mecanismos de regulação da força de trabalho, em outros momentos como direitos obtidos pelos trabalhadores, enquanto contribuição das elites dominantes, ou ainda como via para o aumento da riqueza ou incremento das conquistas dos cidadãos (FALEIROS, 1991, *apud* PIANA, 2009):

> A análise da política social implica [...] a consideração do movimento do capital, e ao mesmo tempo, dos movimentos sociais concretos que o *obrigam* a cuidar da saúde, da duração da vida do trabalhador, da sua reprodução imediata e a longo prazo. É necessário considerar também as conjunturas econômicas e os movimentos políticos em que se oferecem alternativas a uma atuação do Estado (FALEIROS, 1991, p.55).

Behring e Boschetti (2011) explicitam que apesar do novo redirecionamento tomado pelas políticas sociais com a pressão dos movimentos populares e da mobilização operária, a influência do conservadorismo (como já foi referido aqui) tomou dimensões que contribuíram

[39] A configuração que as políticas sociais assumem a partir dos anos noventa será objeto de análise no terceiro tópico deste capítulo. Aqui coube apenas uma breve exposição das mesmas para a contextualização dos intentos iniciais do neoliberalismo no país.

para a consolidação da corrente neoliberal nos anos 1990 e a consequente dificuldade de se implementar os princípios e direitos democráticos inseridos na Constituição de 1988:

> Apesar dos avanços, foram também inscritas no texto constitucional, produto de uma correlação de forças desfavorável, [...] orientações que deram sustentação ao conservantismo no campo da política social. Exemplo disso é a contraditória convivência entre universalidade e seletividade, bem como o suporte legal ao setor privado, em que pese a caracterização do dever do Estado para algumas políticas. Outro exemplo importante foi a derrota das emendas sobre reforma agrária e a vitória dos ruralistas, grandes proprietários de terras (BEHRING e BOSCHETTI, 2011, p.145).

Há que se destacar que as conquistas democráticas obtidas com a pressão popular sofreram embates contínuos com as expectativas capitalistas de implementar o projeto neoliberal no país. Assim, no decorrer de progressos e retrocessos na construção da Constituinte, a mesma conseguiu incorporar avanços significativos no que se refere a certos direitos sociais, humanos e políticos. Em contrapartida, os traços conservadores se mantiveram agregados ao que se apresentava como novidade.

Observa-se, portanto, que o embate de classes expresso na correlação de forças – ora favorável para as elites brasileiras, ora solícita às demandas dos trabalhadores – agiu sobre a construção e implementação democráticas de direitos no âmbito das políticas sociais. Nesse sentido, o neoliberalismo representou uma forte onda conservadora presente na redemocratização dos anos 1990.

As autoras também discorrem sobre o significado do segundo turno nas eleições presidenciais diretas em 1989 – momento de alívio democrático após a repressão ditatorial –, demonstrando que seus dois principais protagonistas políticos (Fernando Collor e Luís Inácio Lula da Silva, com propostas e projetos distintos entre si) representavam um confronto antagônico de classes, em um contexto de crise que demandava mudanças estratégicas. A elite brasileira encontrou em Fernando Collor a via que necessitava para realizar os ajustes neoliberais no país e conter os movimentos sindicais e populares, em contraposição à candidatura de Lula.

Fernandes (1996) identifica a tentativa de implantação do neoliberalismo no Brasil a partir do governo de Fernando Collor de Mello, já na entrada dos anos 1990, destacando que as mudanças conferidas no âmbito democrático tiveram por alicerce duas vertentes fundamentais: as ações privatizantes e o movimento criado para retrair iniciativas universais de proteção social, em busca de critérios cada vez mais seletivos de acesso a direitos. A reflexão do autor reforça as análises de Behring e Boschetti (2011) no que concerne ao peso da correlação de forças para o processo democrático.

As mobilizações sociais surgidas com o processo de impeachment de Collor não significaram uma correspondente melhora nas condições de vida da população, mas sem dúvidas representaram uma interrupção do avanço neoliberal empreendido pelo então presidente. Porém, as situações posteriores a esse episódio são distintamente graves, uma vez que os governantes sucessores passam a adotar mecanismos outros para fazer progredir o neoliberalismo no país. Ao analisar o período que Itamar Franco assume a presidência, com Fernando Henrique Cardoso enquanto senador e criador do Plano Real, Oliveira (1996) desvela as estratégias deste Plano. O autor explicita que "sua letalidade [...] tem duas poderosas facetas: a primeira é a mais evidente, pois, enquanto a economia se recupera, o social piora". O outro aspecto letal e concernente ao neoliberalismo seria ainda mais agravante, pois acaba por desmobilizar os movimentos populares, revestindo-os com um caráter derrotista, além de propagar o sentimento do medo de mudanças entre a população, com vistas a expandir uma onda conservadora (OLIVEIRA, 1996, p.26-27).

Ao discorrer sobre a implantação do projeto neoliberal no Brasil, Netto (1996) converge com as análises de Oliveira (1996), acrescentando outro fator ao debate: ele faz distinções entre as estratégias adotadas no processo eleitoral europeu e aquelas implementadas pelo Brasil. No caso brasileiro há o fator da mistificação empreendida por Fernando Henrique Cardoso em sua candidatura à presidência, que não esclarece o conteúdo das mudanças político-institucionais a que se propõe.

Prosseguindo com a reflexão sobre o governo de Fernando Henrique Cardoso na contracorrente das mudanças conferidas com a Constituição Federal de 1988, Behring e Boschetti (2011) apontam um movimento de continuidade na tentativa de fazer vigorar o projeto neoliberal no país – o que ocorria desde a transitória presidência de Fernando Collor. Alguns mecanismos foram essenciais para assegurar o *projeto da modernidade* e transmitir a insegurança para a população quanto aos avanços democráticos: o discurso conservador indicou as problemáticas estatais enquanto responsáveis pela crise social e econômica sentida no país desde a década de 1980. Assim, propôs-se uma reforma (na realidade, uma contrarreforma[40]) do Estado, descartando as conquistas obtidas com a Constituição no campo da seguridade social, alegando os altos gastos direcionados para tal e o caráter de *atraso* da carta constitucional.

[40] A categoria contrarreforma aqui adotada tem por base os estudos de Behring e Boschetti (2011) ao refletirem sobre um processo contrário aos progressos que atendem demandas dos trabalhadores e, ao mesmo tempo, favoráveis ao livre fluxo do capitalismo.

O principal instrumento que ganhou destaque na época do governo de Fernando Henrique ao pôr em prática o projeto neoliberal no país foi o Plano Diretor da Reforma do Estado de 1995, convergente com as ideias do então ministro da Administração e Reforma do Estado, Bresser Pereira – considerando o peso do documento no sentido de efetivar as contrarreformas pretendidas desde o governo Collor, o mesmo será sucintamente analisado no próximo tópico.

Os procedimentos de contrarreforma foram possíveis devido a fragilidade econômica enfrentada pelo Brasil nos anos 1980 – assim como ocorrera na América Latina como um todo – e com a correlação de forças oscilante no processo de redemocratização do país. Nesse sentido, a partir dos anos 1990 há o terreno propício para o desmonte e a reformulação do Estado, no sentido de fortalecer as privatizações já em curso desde décadas anteriores. As autoras apontam os condicionantes fundamentais para a legitimação neoliberal no Brasil:

> Houve, portanto, uma abrangente contra-reforma do Estado no país, cujo sentido foi definido por fatores estruturais e conjunturais externos e internos, e pela disposição política da coalizão de centro-direita protagonizada por Fernando Henrique Cardoso. Uma contra-reforma que foi possível a partir de algumas condições gerais, que precedem os anos 1990: a crise econômica dos anos 1980 e as marchas e contramarchas do processo de democratização do país (BEHRING e BOSCHETTI, 2011, p.152).

A justificativa para o redimensionamento do Estado brasileiro apresentava notáveis paradoxos: o objetivo principal dessa iniciativa era o ajuste fiscal, com o argumento de correções e reduções de custos do aparelho estatal. Entretanto, a própria política econômica adotada pelo país destruía as fontes de financiamento do mesmo, em uma dinâmica orientada para a economia de mercado, no qual o território ficava à mercê de especuladores financeiros – além de elevar exacerbadamente as dívidas interna e externa (*idem*).

O neoliberalismo no Brasil demonstrou que a reformulação do Estado não pressupunha a sua anulação. Este ainda obtinha funções, só que voltadas para garantir a livre circulação do capital, por um lado, e orientado para atender determinadas exigências democráticas, por outro. Nesse sentido, as mesmas autoras expõem que o Estado se fazia necessário em demasia para conduzir os ajustes no âmbito da criação e expansão de um mercado livre. Retomando o que foi dito há pouco sobre a mistificação das propostas empreendidas por Fernando Henrique, exige-se dos governantes um comportamento mais autônomo e impopular, justificável tecnicamente e exposto enquanto via única para as resoluções econômicas e “ineficiências” do Estado.

Ao relatar sobre os principais elementos fomentadores para a propagação do neoliberalismo em diversos países, Fernandes (1996) expõe que a desaceleração das

nacionalizações conferidas após a Segunda Guerra foi um dos fatores contribuintes. Dessa forma, as ondas privatizantes constituiriam uma nova iniciativa que romperia com as estratégias industriais precedentes. Ele cita que esse processo ocorreu de forma marcante no Brasil, com as privatizações já realizadas e a quebra de monopólios estatais. Prosseguindo com o raciocínio, o autor expõe os outros dois pilares facilitadores para a expansão neoliberal:

> O segundo pilar da viragem neoliberal é a crescente tendência à desregulamentação das atividades econômicas e sociais pelo Estado, baseada na superioridade da "eficiência do mercado" em relação ao "burocratismo do Estado".
> O terceiro é a tendência à reversão de padrões universais de proteção social estabelecidos com a emergência, em diversos países no pós-guerra, dos Estados de bem-estar social. Em função da crise fiscal destes, avolumam-se pressões para a particularização de benefícios sociais (FERNANDES, 1996, p.56).

Essas estratégias foram operacionalizadas no governo de Fernando Henrique Cardoso – e apoiadas pelos órgãos financeiros internacionais. No que tange à privatização, foi negado tudo o que tinha sido proposto sobre os ajustes ficais para combater a crise econômica, e em relação ao equilíbrio do orçamento público nacional, visto que as consequências verificadas com a aplicação da ideologia neoliberal ocasionaram o desmonte e a destruição do país através da reformulação do Estado. Dessa forma, as medidas privatizantes tiveram por efeitos o desmantelamento das indústrias brasileiras e a abertura de investimentos para o exterior, além do agravamento do desemprego e da desestabilização da balança comercial (BEHRING e BOSCHETTI, 2011).

Borón (1996) faz uma análise sobre o papel estatal nos países latino-americanos nos anos 1990, contrastado com sua função nos anos 1960 e 1970 – dado o reforço da ideologia neoliberal. Os países da América Latina passam a ter capacidade ativa de negociação com os setores dominantes, além de estar em uma posição significativa enquanto agente político e econômico. Passadas essas duas décadas, o autor aponta inflexões no papel estatal: "[...] a problemática daquela época era a das nacionalizações, enquanto que atualmente a palavra de ordem é a das privatizações". Ademais, atenta-se para a pressão neoliberal dos anos 1990 pela diminuição da intervenção estatal em prol do desenvolvimento do setor privado na economia, contando com a adesão dos governos latino-americanos para dar prosseguimento à nova ideologia (BORÓN, 1996, p.80).

Ademais, é preciso refletir sobre uma concepção que se converteu em realidade no Brasil neoliberal, sendo disseminada com o economista e então membro do Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado/MARE no governo de Fernando Henrique: a

ideia do público não-estatal[41]. A mesma ganha força no país a partir dos anos noventa, se traduzindo sinteticamente na “transferência de atividades realizadas pelo Estado ao setor privado”. O argumento defensor desse conceito traz uma suposta ineficiência e ineficácia de um Estado burocrático na implementação de serviços públicos, para que o setor privado os assuma e os ofereça, recebendo recursos estatais para tal:

> Como se trata de um serviço para grandes contingentes populacionais, convencionou-se chamar de “público”; e já que é executado pelo setor privado supostamente sem fins lucrativos (confessional, filantrópico ou comunitário), então público não-estatal. Seu principal difusor, no Brasil, foi o economista Luis Carlos Bresser Pereira, que esteve à frente do Ministério da Administração Federal e da Reforma do Estado (criado em 1995), especialmente criado para realizar esta reforma (MINTO, 2006, p.1).

Além disso, cabe acrescentar que a perspectiva da sociedade civil sob o manto do neoliberalismo é entendida no âmbito da livre circulação do capital, ou seja, enquanto um campo dissociado da esfera estatal em que não é estabelecida uma correlação de forças. Assim, a sociedade civil é tomada enquanto esfera exclusiva de interesses das classes subalternas (SIMIONATTO, 1999). Só que, na realidade, nesse campo encontram-se em disputa as duas classes fundamentais já analisadas no primeiro capítulo da pesquisa, isto é, tanto as demandas dos trabalhadores quanto os interesses das elites burguesas – que acabam exercendo seu poder e hegemonia através de seus aparatos privados.

Já em meados dos anos 1990, Simionatto (1999) atenta para o fato que a função legislativa vem sendo usurpada pelo Executivo Federal, de forma que as decisões estão sendo tomadas "pelo alto" através de Medidas Provisórias. Ela aponta que a submissão do Legislativo a essa lógica estimula práticas clientelistas – o que remete ao modelo administrativo patrimonialista de outrora. Ademais, ela salienta que a reformulação das funções e das relações do Estado tem apresentado contornos exitosos para os objetivos neoliberais, apresentando exemplos que ajudam a ilustrar essa análise:

> A rede de hospitais Sara Kubitschek é um exemplo de Organização Social que se adapta perfeitamente a essa lógica, recebendo, sozinha, mais recursos do SUS do que 15 unidades da federação, ou seja, os investimentos públicos não recaem sobre os mais pobres, mas dirigem-se às organizações sociais com maior força política e poder de pressão na captação dos recursos públicos. Nessa mesma trilha insere-se a política educacional, que estabelece, segundo as diretrizes do Banco Mundial, a diversificação de fontes de financiamento das instituições públicas, através da inclusão da iniciativa privada e da cobrança de mensalidades, retirando do Estado o dever da garantia da universalidade do ensino. Tais diretrizes fundamentam as propostas apresentadas pelo MEC no que tange às reformas da educação brasileira, entendendo que o campo educativo deve passar às mãos dos "homens de negócio". Surge também nesse contexto a revitalização das atividades filantrópicas, não mais

[41] Essa concepção e a questão do terceiro setor no Brasil dos anos noventa será um pouco mais desenvolvida no próximo item desse capítulo.

> desenvolvidas como atividades silenciosas, mas na forma de um negócio e como estratégia de marketing para as grandes empresas (SIMIONATTO, 1999, p.4).

Behring e Boschetti (2011) explicitam que para além das consequências conferidas com as ondas privatizantes, o *terceiro setor* foi regulamentado para a execução de políticas públicas – demonstrando mais uma vez o descaso com o que foi conquistado no campo dos direitos sociais. Dessa maneira, foram estabelecidas parcerias estatais com Organizações Não-Governamentais/ONG's e Instituições Filantrópicas.

Concorrendo com as análises aqui realizadas sobre os resultados principais das experiências neoliberais na América Latina – e, em especial, no Brasil –, Tavares (2001) expõe que na vigência do governo de Fernando Henrique Cardoso as políticas sociais e econômicas não conseguiram superar os quadros de pobreza e exclusão social, acentuando-os ao invés disso e gerando formas de emprego cada vez mais precarizadas, além de elevar o desemprego estrutural no país. Ressalta-se, ainda, que a lógica toyotista do enxugamento de empresas e da redução de postos de trabalho foi incorporada à dinâmica brasileira a partir do contexto neoliberal.

Borón (1996) reflete sobre as heranças deixadas pelo neoliberalismo, expondo que a cidadania se anula em função das políticas econômicas e sociais, uma vez em que é negada na maioria do tempo pela iniciativa conservadora. Esse conjunto de direitos é profundamente desrespeitado, em uma lógica perniciosa que distorce e desagrega a sociedade: "quem não tem casa, nem comida, nem trabalho não pode exercer os direitos que, em princípio, a democracia concede a todos por igual" (BORÓN, 1996, p.187-188).

3.2 Reforma gerencial no Brasil: considerações sobre o Plano Diretor da Reforma do Estado

Aqui serão explicitados os principais aspectos do Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado, elaborado pelo Ministério da Administração Federal e da Reforma do Estado/MARE e aprovado no ano de 1995. Ao apresentar o referido documento, serão analisados os pressupostos que consideram o mesmo um marco para a reestruturação societária e do Estado brasileiro, bem como para a fixação da ideologia neoliberal no país.

Logo ao início do documento, o então presidente Fernando Henrique Cardoso faz uma breve introdução ao plano, apontando que o modelo desenvolvimentista preconizado por governos anteriores acabou por desviar o Estado de suas funções supostamente precípuas, acarretando na corrosão dos serviços públicos – e, por conta disso, das camadas mais empobrecidas da população que deles necessitam –, além de agravar a crise fiscal e consequentemente, a inflação (PDRE, 1995). É notado logo, na primeira leitura, que Fernando Henrique atribui ao Estado a responsabilização pelas mazelas sociais e desequilíbrios econômicos, chamando a atenção para a reformulação das funções dessa instituição com o intuito de promover a estabilização monetária e a correção das desigualdades sociais.

O que o então presidente propôs para a administração pública – considerada por ele ineficiente, lenta e burocrática – foi uma reforma gerencial de caráter tecnicista, nos moldes dos conceitos administrativos de eficiência e controle dos resultados com a descentralização do poder, visando assim a proximidade com o cidadão, enquanto aquele que legitima as instituições e é o "cliente privilegiado" dos serviços do Estado. Nesse sentido, o plano estabeleceria os objetivos e diretrizes para conduzir a reforma do aparato estatal brasileiro. Através das mudanças propostas pelos formuladores do documento e o então presidente, o Estado se fortaleceria para assumir funções reguladoras no âmbito da economia de mercado, "bem como os serviços básicos que presta e as políticas de cunho social que precisa implementar" (PDRE, 1995, p.6). Na fala de Fernando Henrique, é perceptível a conotação de uma mera obrigatoriedade no que tange ao atendimento das demandas dos trabalhadores via políticas sociais.

Em outro momento do documento, os formuladores do mesmo identificam a urgência para a redefinição do papel estatal, pois este supostamente assume uma quantidade excessiva de demandas, primordialmente na área social (*idem*). Tais pressupostos foram fundamentais para assegurar a abertura da economia brasileira aos investimentos estrangeiros, além de

garantir o crescimento das privatizações, tendo sempre por base a propagação e a ação persuasiva da ideologia neoliberal:

> É importante ressaltar que a redefinição do papel do Estado é um tema de alcance universal nos anos 90. No Brasil esta questão adquiriu importância decisiva, tendo em vista o peso da presença do Estado na economia nacional: tornou-se, consequentemente, inadiável equacionar a questão da reforma ou da reconstrução do Estado, que já não consegue atender com eficiência a sobrecarga de demandas a ele dirigidas, sobretudo na área social. A reforma do Estado não é, assim, um tema abstrato: ao contrário, é algo cobrado pela cidadania, que vê frustrada suas demandas e expectativas (PDRE, 1995, p.10).

No decorrer do plano, também é notório que os fracassos e insucessos econômicos e sociais são atribuídos a uma suposta crise do Estado desde os anos 1970, com a análise de um panorama de crise perdurável por décadas desprovido de articulação com os determinantes da produção. Foi exposto ao início do projeto que os mesmos são indispensáveis para se compreender a extração da mais-valia pelos capitalistas, bem como a exploração sofrida pelos trabalhadores, no âmbito de um antagonismo entre duas classes principais que data desde a época da acumulação primitiva do capital – momento pré-capitalista (MARX, 1996). Assim, as crises econômicas e as expressões da questão social experimentadas por diversos países – desde aqueles desenvolvidos até os periféricos – são reduzidas a uma simples crise fiscal do Estado.

Há um trecho no plano que merece destaque: em determinado ponto, seus formuladores negam que a reconstrução do Estado se opere sob vias neoliberais, associando tal projeto à participação mínima estatal – o que, como se pode perceber através da própria experiência brasileira, não é verdade. Dessa forma, a proposta de um novo modelo de desenvolvimento pelo governo de Fernando Henrique surge enquanto uma suposta alternativa:

> A reação imediata à crise – ainda nos anos 80, logo após a transição democrática – foi ignorá-la. Uma segunda resposta igualmente inadequada foi a neoliberal, caracterizada pela ideologia do Estado mínimo. [...] Só em meados dos anos 90 surge uma resposta consistente com o desafio de superação da crise: a ideia da reforma ou reconstrução do Estado, de forma a resgatar sua autonomia financeira e sua capacidade de implementar políticas públicas (PDRE, 1995, p.11).

Com efeito, a dissociação entre o neoliberalismo e as iniciativas implementadas com o Plano Diretor só fariam algum sentido se as experiências neoliberais comprovassem a ortodoxia proposta em sua formulação. É o que demonstra Fernandes (1996), ao discorrer sobre a fala de Anderson (1996) no que concerne à formulação originária da doutrina neoliberal. Ele expõe que o neoliberalismo, em seu sentido estrito, pressupõe uma dependência sem limites ao mercado e refuta qualquer intervenção estatal na economia e na

sociedade. Apesar de reconhecer essa significação, o autor cita que a mesma não se viabiliza em nenhum lugar e está longe de constituir-se enquanto uma corrente hegemônica.

Dado o panorama geral das propostas de reestruturação do Estado pelo Plano Diretor, há que se salientar as suas especificidades no que se refere às redefinições estatais: o Estado, ao invés de atuar enquanto responsável direto sobre o desenvolvimento econômico e social pela via da produção de serviços e bens – como a saúde e a educação, por exemplo – passa a promover e regular esse processo. Ademais, os formuladores já identificam a função estatal enquanto um "instrumento de transferências de renda" no campo econômico. Nesse sentido, e ainda de acordo com os idealizadores do plano, as funções diretas de execução assumidas há tanto tempo pelo Estado acabaram por produzir ineficiências e distorções, fazendo-se necessário repassar determinadas responsabilidades estatais para o setor privado, atividades estas que podem ser assumidas pelo mercado.

No documento, esse argumento é usado para legitimar as privatizações das empresas estatais. Assim, os formuladores apontam justificativas para a implantação das estratégias de privatização e publicização, além da defesa pelo fim das barreiras comerciais brasileiras:

> A reforma do Estado envolve múltiplos aspectos. O ajuste fiscal devolve ao Estado a capacidade de definir e implementar políticas públicas. Através da liberalização comercial, o Estado abandona a estratégia protecionista da substituição de importações. O programa de privatizações reflete a conscientização da gravidade da crise fiscal e da correlata limitação da capacidade do Estado de promover poupança forçada através das empresas estatais. Através desse programa transfere-se para o setor privado a tarefa da produção que, em princípio, este realiza de forma mais eficiente. Finalmente, através de um programa de publicização, transfere-se para o setor público não-estatal a produção dos serviços competitivos ou não-exclusivos de Estado, estabelecendo-se um sistema de parceria entre Estado e sociedade para seu financiamento e controle (PDRE, 1995, p.13).

Nesse trecho retirado do documento, há que se destacar que o governo de Fernando Henrique fomentou, no campo do *terceiro setor*, a criação e expansão das organizações sociais sem fins lucrativos – que passaram a compor parte dos serviços não exclusivos do Estado, onde se inserem as organizações públicas não-estatais e aquelas privadas[42]. Ademais, no que se refere às privatizações, Borón (1996) discorre sobre a hegemonia neoliberal na América Latina, analisando que, com a dicotomia entre o *público* e o *privado* promovida por esse discurso – bem como a diminuição das funções estatais diretas e o enfraquecimento do

[42] O Plano Diretor aponta para a divisão do aparelho do Estado em quatro setores principais: o núcleo estratégico (onde decisões estratégicas são tomadas); as atividades exclusivas (serviços que só o Estado pode realizar, e que envolvem em essência as ações regulatórias e fiscalizadoras); os serviços não exclusivos (aqui o Estado atua junto com as organizações privadas e as públicas não-estatais, pois seus serviços envolvem direitos humanos primordiais, ou porque a economia destes serviços não pode ser apropriada pelo mercado e transformada em lucros); e a produção de bens e serviços para o mercado (corresponde à área das empresas e tem as atividades econômicas voltadas para o lucro do mercado, mas ainda permanecem sob regulamentação do aparelho estatal por algum motivo peculiar) (PDRE, 1995, p.41-42).

movimento operário –, formou-se a situação ideal para uma maior valorização do mercado, criando uma intensa onda de desregulações, privatizações, aberturas comerciais indiscriminadas e liberalizações.

Outro elemento que merece atenção no Plano Diretor de 1995 é a suposta necessidade de reforma do sistema previdenciário dos servidores públicos enquanto indispensável para a estabilidade da crise fiscal e a reforma do Estado. Nesse ponto, há a alegação de que as despesas com esse setor tornariam o déficit público extremamente elevado, ou que acarretariam na diminuição dos gastos com os servidores ativos e aqueles aposentados. Para além das críticas no âmbito fiscal, os formuladores do documento também atribuem ao sistema previdenciário dos servidores públicos a culpa por prováveis injustiças e desequilíbrios, uma vez que, segundo eles, estes trabalhadores se aposentam quando ainda estão aptos para o trabalho – há a caracterização desse setor enquanto um sistema de privilégios. Além disso, haveria uma grande disparidade entre a aposentadoria recebida pelos servidores públicos e aquela paga aos trabalhadores do setor privado. Nesse aspecto, o plano deposita novamente pressão sobre o sistema previdenciário público, expondo que grande parte da despesa do setor é algo "pago pelo contribuinte, quando se sabe que no Brasil, dado o peso dos impostos indiretos, quanto menor o nível de renda, maior a proporção desta que é destinada aos impostos" (PDRE, 1995, p.32).

Mesmo com o aumento da arrecadação tributária – cuja ação recaiu principalmente sobre a população –, não foi verificado um investimento expressivo de recursos para as políticas sociais e, mais especificamente, para a seguridade social. Ao invés disso, o Governo Federal passou a apropriar-se anualmente de receitas que deveriam ser destinadas para esse fim – por meio da Desvinculação das Receitas da União/DRU, objetivando incrementar o superávit primário e saldar os juros da dívida. Isto é, os recursos que seriam parte do orçamento da seguridade social são transferidos para o orçamento fiscal, permitindo a transação de recursos públicos para o mercado financeiro. Com a incidência da DRU sobre os recursos da seguridade social, propagou-se os discursos sobre os déficits previdenciários – o Tribunal de Contas da União apontou para esse déficit em 2005, ao analisar as contas do Governo Federal (BEHRING e BOSCHETTI, 2011).

Sobre esse ponto, Simionatto (1999) reflete acerca do ajuste fiscal elaborado e implementado nos anos 1990, cumprindo com as exigências do receituário neoliberal imposto pelos órgãos financeiros internacionais – o que implica em cortes nos gastos públicos. Assim, a alta conta do déficit público é contabilizada pelos custos com o serviço público e com a previdência social, ocultando-se que esse aumento se deu principalmente em decorrência da

elevação da dívida pública: “o ajuste fiscal deveria, na verdade, incidir sobre as despesas que aumentaram drasticamente o déficit público”. Portanto, escamoteia-se a face preponderante e que pesa mais sobre a precariedade das contas públicas. Apregoa-se que o fator causal está no investimento exacerbado com as atividades de natureza pública, mas a “incapacidade dos governos em ampliar suas fontes via reformas no sistema tributário, no controle das taxas de evasão e sonegação em larga escala” é ocultada – nesse âmbito há o maciço apoio dos grandes meios de comunicação do sentido de reforçar o discurso neoliberal (SIMIONATTO, 1999, p.5).

Outrossim, dentre os objetivos globais preconizados com a operacionalização do Plano Diretor, cabe salientar um em especial: aquele que visa reduzir a ação estatal às “funções que lhe são próprias, reservando, em princípio, os serviços não-exclusivos para a propriedade pública não-estatal, e a produção de bens e serviços para o mercado para a iniciativa privada” (PDRE, 1995, p.45). A concepção de um Estado mínimo para o social e máximo para o capital se faz presente nesse objetivo. Nesse sentido, Simionatto (1999) analisa os intentos de Bresser Pereira no governo de Fernando Henrique com a elaboração do Plano Diretor, identificando os pressupostos do novo modelo desenvolvimentista para o êxito das mudanças direcionadas à reforma gerencial do Estado:

> Bresser Pereira (1997) afirma que essa será alcançada quando o Estado tornar-se mais forte [...]: "a) mais forte financeiramente, superando a crise fiscal que o abalou nos anos 80; b) mais forte estruturalmente, com uma clara delimitação de sua área de atuação e uma precisa distinção entre o núcleo estratégico onde as decisões são tomadas e suas unidades descentralizadas; c) mais forte estrategicamente, dotado de elites políticas capazes de tomar as decisões políticas e econômicas necessárias; e d) administrativamente forte, contando com uma alta burocracia tecnicamente capaz e motivada". Em outros termos pretende-se um "Estado forte e máximo para o capital" e um "Estado mínimo e débil" para os trabalhadores, o que ilustra de forma paradigmática o receituário dos organismos internacionais (SIMIONATTO, 1999, p.5).

Considerando o que está previsto na Constituição Federal de 1988 e o que propôs o Plano Diretor da Reforma do Estado em 1995, há que se problematizar as disparidades conceituais e da própria construção dos documentos no que tange aos seus princípios, diretrizes e objetivos principais. Nesse sentido, o Plano Diretor representa um obstáculo aos intentos democráticos inseridos na Constituição.

O documento do governo de Fernando Henrique contesta o modelo da administração pública do Estado burocrático – que surge no contexto do liberalismo, como uma forma de combater o nepotismo e a corrupção contidos no modelo patrimonialista anterior, garantindo o poder e a soberania estatal. O que se propõe ao invés disso é o modelo gerencial, que se origina na metade do século XX, objetivando a eficiência do aparelho estatal e a qualidade na

prestação dos serviços – estes últimos não seriam necessariamente providos pelo Estado. Assim, as mudanças de caráter reformista e conservador teriam por base esse padrão da administração pública estatal, demonstrando – com a divisão do aparato estatal exposta no plano – que a função e responsabilidade de um Estado Social não se faria necessária (e nem seria benéfica para reverter a crise ou o quadro de desigualdade social no país), além de mistificar "a penetração do capital em áreas antes consideradas de função exclusivamente pública, processo este denominado de publicização" (ESTRELA e VÉRAS *et al*, 2009, p.4).

3.3 Neoliberalismo e políticas sociais brasileiras: continuidades e rupturas no campo dos direitos sociais

Vejamos de que forma as políticas sociais brasileiras se delinearam a partir do projeto neoliberal implementado no país a partir dos anos noventa – e de acordo com o contexto histórico brasileiro posto nos dois tópicos anteriores –, impactando de forma evidente sobre os direitos sociais construídos na Constituição Federal de 1988.

Já foi dito aqui que, dada a reestruturação societária e do Estado brasileiro, com a elaboração do Plano Diretor da Reforma do Estado nos anos 1990, e no âmbito dos direcionamentos neoliberais impostos pelos grandes órgãos internacionais, as políticas sociais se reconfiguraram – com o destaque para as discrepâncias conferidas na seguridade social, entre o que foi construído na Constituição de 1988 e o que passou a ser implementado a partir dos anos 1990 – em face das mudanças nas relações entre Estado, sociedade e mercado.

Vianna (1998, *apud* BEHRING e BOSCHETTI, 2011) aponta para o progresso do sistema de proteção social brasileiro desde o governo de Getúlio Vargas, expondo uma perversa interrupção nesse sentido ocorrida com uma mudança de paradigma das políticas sociais: apesar da concepção de seguridade social construída na Constituição de 1988 ser de inspiração *beveridgiana* (modelo inglês), sua trajetória histórica indica a influência *bismarckiana* (modelo alemão)[43] – com especial destaque à política de previdência (*idem*). Desse modo, Behring e Boschetti (2011) problematizam os impactos dessa inflexão sobre as políticas sociais brasileiras nos anos imediatamente posteriores à Constituição de 1988:

> Assim, estabeleceu-se um sistema de seguridade avançado no final dos anos 1980, mas incapaz de conter a americanização, com o sistema público se "´especializando' cada vez mais no (mau) atendimento dos muito pobres", no mesmo passo em que "o mercado de serviços médicos, assim como o de previdência, conquista adeptos entre a classe média e o operariado" (Vianna, 1998:142). [...] Essa imbricação histórica entre elementos próprios à assistência e elementos próprios ao seguro social poderia ter provocado a instituição de uma ousada seguridade social, de caráter universal, redistributiva, pública, com direitos amplos fundados na cidadania. Não foi, entretanto, o que ocorreu, e a seguridade social brasileira, ao incorporar uma tendência de separação entre a lógica do seguro (bismarckiana) e a lógica da assistência (beveridgiana), e não de reforço à clássica justaposição existente, acabou materializando políticas com características próprias e específicas que mais se excluem do que se complementam, fazendo com que, na prática, o conceito de seguridade fique no meio do caminho, entre o seguro e a assistência (BEHRING e BOSCHETTI, 2011, p.160-161).

---

[43] "William Beveridge, o coordenador do sistema de Seguridade Social britânico que, nos anos 1940, diferentemente do sistema congênere alemão, inaugurado no século XIX pelo chanceler conservador Otto Von Bismarck, ampliou a cobertura da seguridade para quem não estava inserido no mercado de trabalho. Entretanto, ao se referir em público ao seu famoso Sistema de Seguridade Social, Beveridge fez a seguinte ressalva: de que não queria criar um Estado Santa Claus (Papai Noel), que desse a impressão de oferecer algo em troca de nada" (TIMMS, 2000, p. 77, *apud* PEREIRA, 2013, p.642).

Estabelecida a divisão entre as lógicas da assistência e do seguro, representadas respectivamente pelos paradigmas *beveridgiano* e *bismarckiano* de proteção social, os direitos sociais conquistados pelos trabalhadores no âmbito da seguridade social da Constituição de 1988 tem, assim, por direcionamento, a seletividade e a privatização, ao invés de se orientarem pela estatização e universalidade – aproximando-se, então, mais do modelo *bismarckiano* de proteção social. Dentre as medidas brasileiras mais expressivas nesse sentido, estão: a restrição de direitos, a redução no valor de benefícios, a limitação de certos auxílios condicionados a critérios de renda, a extensão da permanência no mercado de trabalho, e a exclusão de trabalhadores pobres em condição de informalidade no trabalho – todos os elementos citados são o produto das reformas da previdência implementadas nos anos de 1998 e de 2003 (*idem*).

No contexto da restrição de direitos conferidos aos trabalhadores e dos cortes realizados na área social nos anos noventa, as políticas sociais passam a se converter em medidas focalizadas e compensatórias, dados os rebatimentos da crise fiscal do Estado, adquirindo três características principais preconizadas pelo ideário neoliberal: a privatização, a focalização e a descentralização – esta última compreendida enquanto mera transferência de responsabilidades do setor público para o campo privado e suas instituições correlatas, e não como compartilhamento de poder entre as próprias esferas públicas. Dessa forma, o paradigma de proteção social de caráter público e universal delineado com a reabertura democrática na Constituição Federal de 1988 acaba por ter dificuldades para ser consolidado, em face ao cenário neoliberal. Ademais, propostas de cunho conservador também foram inseridas na própria Constituição (BEHRING e BOSCHETTI, 2011).

A nova funcionalidade assumida pelas políticas sociais a partir dos anos 1990 – considerando os avanços obtidos com a redemocratização em meados dos anos oitenta, e refletindo sobre o conservadorismo permanente em sua execução, de cunho marcadamente e historicamente "fragmentário, setorial e emergencial, sempre sustentada pela imperiosa necessidade de dar legitimidade aos governos que buscam bases sociais para manter-se e aceitam seletivamente as reivindicações e até as pressões da sociedade" (VIEIRA, 1997, p.68 *apud* PIANA, 2009, p.38) –, também permeou os mandatos de Luís Inácio Lula da Silva a partir do início dos anos 2000, pois representaram até certo ponto uma continuidade às medidas neoliberais empreendidas por Fernando Henrique Cardoso nesse sentido.

Montaño (2002, *apud* BEHRING e BOSCHETTI, 2011) explicita que a reconfiguração dos direitos inseridos na seguridade social teve diversos impactos prejudiciais à população nos anos noventa, tais como: a ênfase do mercado pelos planos privados de saúde

e previdência, bem como a transferência de responsabilidades para a sociedade com o pretexto das ações solidárias, cooperativas e voluntárias. Nesse contexto, o chamado *terceiro setor* emerge com notoriedade, traduzido em organizações sem fins lucrativos que atuam enquanto substituintes da política pública – não como um conjunto complementar, e sim como a via mais eficaz para a garantia no atendimento das demandas, o que representou um retrocesso:

> No pensamento neoliberal, é na sociedade civil, enquanto mercado, onde os *processos econômicos* devem se desenvolver naturalmente, portanto, onde as empresas devem se assentar. Porém, a *caridade empresarial* também é uma função da empresa capitalista para com seus trabalhadores, consumidores ou vizinhos.
> [...] Além do Estado e do mercado, há um 'terceiro setor'. 'Não-governamental' e 'não-lucrativo' [...]. Neste caso, preserva-se a compartimentação Estado/sociedade civil [...], introduzindo uma novidade entre duas esferas, uma de outra interseção (MONTAÑO, 1999, p.59-60).

Sob essa perspectiva, sucedeu-se que as políticas de previdência e saúde podem (e devem) ser privilegiadas no âmbito do mercado, com a utilização dos serviços privados. Já a política de assistência social passou a ser traduzida enquanto serviços especificamente direcionados aos mais pobres, em parceria com as organizações não-governamentais (inclusas no *terceiro setor*), reduzindo assim a atuação estatal no âmbito da garantia universal da cidadania e negando os direitos conferidos em um Estado de direito. Faleiros (2000) realiza um prognóstico pertinente aos intentos estratégicos conferidos sobre as políticas sociais já no decorrer dos anos noventa, e que impactam até os dias de hoje:

> O modelo neoliberal visa estimular as pessoas a se sustentarem pelo trabalho e não pelos benefícios, mesmo numa conjuntura de desemprego. É a ótica do *workfare* ou prestação de auxílio temporário para quem exerça algum trabalho (mesmo voluntário, insatisfatório e sem garantia de direitos) ou se capacite para ele. À médio prazo, busca-se substituir o modelo de repartição simples da previdência e de acesso universal na saúde pelo *modelo de capitalização* e de cobrança de serviços. É essa a intenção explícita do governo Cardoso para a segunda fase da reforma da Previdência. [...] Os fundos públicos se reduzem com a implantação de fundos privados que aplicam o dinheiro do contribuinte nos empreendimentos e/ou na especulação. Na atual correlação de forças, o conflito distributivo está sendo resolvido em benefício dos banqueiros e dos especuladores (FALEIROS, 2000, p.54).

Simionatto (1999) argumenta que a acepção das políticas públicas pelo Banco Mundial – com o entendimento de que o Estado deve apenas dar prioridade aos "setores sociais fundamentais" – fortalece o caráter compensatório das políticas sociais, solapando parte de seu conteúdo universal construído com a Constituição de 1988. Assim, as políticas públicas incorporam uma ótica focalista, uma vez que se busca atender demandas específicas, ou seja, dos segmentos sociais considerados mais vulneráveis.

Cabe ao Estado, então, a provisão de serviços de proteção social aos mais pobres, conforme recomenda o Banco Mundial – em uma retórica neoconservadora de combate à

pobreza. Além disso, o contexto também favorece o enfraquecimento de organizações coletivas, onde a sociedade civil se desloca da esfera estatal para inserir-se na racionalidade do mercado. Assim, e tomada enquanto um grupo homogêneo, a sociedade civil é convocada a realizar as mais diversas parcerias, como por exemplo com os projetos de refilantropização das formas de assistência (*idem*). Para a autora, essas reorientações reforçam a ideia de

> [...] Naturalização da pobreza e da refilantropização da sociedade, liberando da tutela do Estado as demandas desses segmentos subalternizados, que por si só encontrariam na sociedade civil as respostas para as suas necessidades. [O grupo em situação de extrema pobreza soma], segundo dados do Programa das Nações para o Desenvolvimento [1997], 1,3 bilhão de pessoas que vivem com menos de um dólar por dia, o que revela o agravamento da exclusão de imensos contingentes populacionais (SIMIONATTO, 1999, p.4).

Behring e Boschetti (2011) problematizam a separação institucional existente entre as políticas de assistência social, previdência e saúde, expondo que a gestão destas ocorre com orçamentos, ministérios, conselhos e conferências específicos – ou seja, não foi implementado um Ministério da Seguridade Social unificado, proposta polêmica desde a elaboração da Constituição de 1988. Disso decorre que

> Na esfera da previdência, um dos principais paradoxos é a exclusão quase que total dos trabalhadores (principais "financiadores") da gestão da política. Ainda que sustentada predominantemente e direcionada especificamente a uma parcela precisa da população – os contribuintes diretos [...] –, as decisões a respeito do conteúdo e da abrangência dos direitos e da modalidade de financiamento (só para citar alguns elementos) são tomadas pelo aparato burocrático estatal, baseadas em pretensas análises e cálculos técnicos [...] (Vianna, 1999:40). Na saúde, o principal paradoxo é que o Sistema Único de Saúde, fundado nos princípios de universalidade, equidade, integralidade das ações, regionalização, hierarquização, descentralização, participação dos cidadãos e complementaridade do setor privado, vem sendo minado pela péssima qualidade dos serviços [...] (Cohn, 1995; Piola, 2001; Nunes, 2001). A proposta de saúde pública e universal parece estar, na prática, sofrendo um processo de privatização passiva (Draibe, 1990) ou de uma "democracia inconclusa" (Gerschman, 1995). Na assistência social, o SUAS ainda não está presente em todos os municípios [...] (BEHRING e BOSCHETTI, 2011, p.163-164).

Outrossim, as autoras enfatizam outro elemento importante sobre as políticas sociais e, mais especificamente, a seguridade social: seu orçamento deve ser pensado em associação com a organização tributária brasileira e a respectiva política macroeconômica. Os ajustes fiscais iniciados no mandato de Fernando Henrique e mantidos no governo de Luís Inácio Lula da Silva sofreram (e ainda sofrem) grande influência das orientações neoliberais dos órgãos financeiros internacionais, como foi o caso dos acordos estabelecidos entre o país e o Fundo Monetário Internacional/FMI em 1998 (TEIXEIRA, 2005, *apud* BEHRING e BOSCHETTI, 2011).

Dessa forma, segundo o Fórum Brasileiro do Orçamento/FBO (2005, *apud* BEHRING e BOSCHETTI, 2011), há a concentração e centralização orçamentárias com os recursos contidos na União, nos serviços da dívida pública e nas políticas sociais que não estão

contempladas no âmbito constitucional limitado de seguridade social brasileira. Além disso, Behring (2003, *apud* BEHRING e BOSCHETTI, 2011) cita o caráter regressivo da carga tributária brasileira, na qual não há a distribuição de renda e riqueza entre a população, mas sim a concentração da primeira – e as contribuições e impostos incidem sobre os trabalhadores, visto que, segundo Lima (2005, *apud* BEHRING e BOSCHETTI, 2011), os tributos diretos pagos pelos mesmos equivalem proporcionalmente ao dobro do que pagam os empregadores.

Há que se destacar também que a Constituição Federal de 1988 propôs a diversificação e a ampliação das fontes de financiamento das políticas de seguridade social, enquanto formas de se buscar a difusão dos direitos sociais e a obtenção de uma concepção ampliada de seguridade social. Desse modo, foi importante o surgimento de novas contribuições sobre o lucro e faturamento, tais como a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social/Cofins, a Contribuição sobre o Lucro Líquido das Empresas/CSLL, e a Contribuição sobre Movimentação Financeira/CPMF. Porém, esse disposto previsto na Constituinte não logrou êxito, pois a arrecadação tributária ainda recai prioritariamente sobre os trabalhadores, seja através da folha de salários ou pela via das contribuições sobre o consumo (*idem*):

> A sustentação financeira com possibilidade de ampliação e universalização dos direitos, assim, não será alcançada com ajustes fiscais que expropriam recursos das políticas sociais. A consolidação da seguridade social brasileira, e da política social brasileira de uma forma geral, já que essa direção atinge também políticas que estão dentro do orçamento fiscal, depende da reestruturação do modelo econômico, com investimentos no crescimento da economia, geração de empregos estáveis com carteira de trabalho, fortalecimento das relações formais de trabalho, redução do desemprego, forte combate à precarização, transformação das relações de trabalho flexibilizadas em relações de trabalho estáveis, o que, consequentemente, produzirá ampliação de contribuições e das receitas da seguridade social e, sobretudo, acesso aos direitos sociais (BEHRING e BOSCHETTI, 2011, p.172-173).

Ao expor apreciações sobre a condução das políticas sociais brasileiras no campo político, Netto (2010) analisa o processo de transformismo sofrido pelo partido fundado por Lula – o Partido dos Trabalhadores/PT –, expondo que o mesmo nos anos 1980 em nada se identifica com a sua configuração na entrada do século XXI. Nesse sentido, o autor identifica o processo de continuidade da política macroeconômica implementada nos anos noventa, ainda seguindo as orientações neoliberais dos grandes organismos internacionais. Lula logrou aprofundar a reforma previdenciária iniciada por Fernando Henrique, além de adotar a mesma programática econômico-social que envolvia o pagamento da dívida pública. Só que, distintamente de seu antecessor, a relação de Lula com os movimentos sociais foi amistosa, de

forma que aqueles que não foram cooptados para o seu governo também não foram criminalizados.

Dado o aprofundamento e a continuidade da política macroeconômica seguida por Lula durante os seus mandatos de 2003 e 2007 – e assim se sucede com o governo de Dilma Rousseff desde 2010 –, o então presidente passou a investir fortemente no processo de concentração e centralização de capital, disponibilizando recursos a capitalistas para investimentos no país e fora dele, e, assim, garantindo a expansão de grandes empresas estrangeiras que já atuavam em âmbito internacional. No campo interno, obteve-se êxito em conter a curva decrescente do crescimento econômico, mesmo apesar da crise internacional de 2008 impactar sobre o Brasil no ano seguinte. Há que se reconhecer também o apoio expressivo dos trabalhadores a Lula, visto que o salário mínimo foi discretamente recuperado, ocorreu uma ampliação do crédito ao consumidor que fomentou em grande medida o mercado interno, além de se obter certo êxito com a política assistencialista adotada durante esse governo – os programas de transferência de renda são a prova disso, com o destaque para o Programa Bolsa Família (*idem*). Nesse sentido, Netto (2010) reflete sobre os efeitos favoráveis do Programa sobre o público-alvo, sem perder de vista os rebatimentos do mesmo sobre a desigualdade social:

> [...] Seu impacto sobre os assistidos é real: mitiga-lhes a indigência e lhes garante ao menos a reprodução biológica. Mas o seu impacto e o do conjunto das políticas econômica e social dos governos Lula da Silva sobre a desigualdade social é mínimo: a desigualdade decresce muito lentamente no país [...]. De fato, a concentração da renda no Brasil – impressionante sob todos os pontos de vista – decorre da concentração da propriedade e da concentração do poder político; qualquer estratégia séria para desconcentrar a renda tem que enfrentar a concentração da propriedade e do poder, e este enfrentamento está completamente fora dos projetos e das práticas de Lula da Silva (NETTO, 2010, p.28).

Para analisar as formas de enfretamento à concentração do poder e da propriedade privada, há que se pensar em um dos fundamentos principais do modo de produção capitalista: a exploração sobre a força de trabalho assalariada, operada pela burguesia – com vistas ao lucro, à mais-valia ampliada a cada momento. Desse modo, se não houver desigualdade social e concentração de renda, não haverá a exploração para a conquista do lucro – como foi exposto no primeiro capítulo da pesquisa.

Ademais, é preciso contemplar também a particularidade histórica da formação econômico-social brasileira, cujo período de transição para o capitalismo se deu em meio às demandas capitalistas internacionais e sob o caráter subalternizado e colonizado do país (BEHRING e BOSCHETTI, 2011). Druck e Filgueiras (2006, p.28) também analisam essa questão, expondo que “a grande desigualdade (patrimonial e de renda) e o elevado grau de

pobreza existente no Brasil remetem, em sua origem mais longínqua, à formação econômico-social do país, calcada na escravidão e no latifúndio".

Sobre o debate das continuidades e rupturas a partir do governo de Lula da Silva, Castelo (2012) argumenta que a política de cunho nacional-desenvolvimentista[44] retorna repaginada à cena a partir do segundo mandato do presidente (2007-2010). O autor expõe que no cenário mais recente esse modelo se articula ao "novo" e ao "social" – o que se explica pela nomenclatura de política "neodesenvolvimentista"[45]. Ao se contrapor e contestar diversos intelectuais de peso acadêmico, inclusive alguns outrora de esquerda, que defendem este modelo (e que até apontam para a ruptura com o neoliberalismo), ele discorre sobre uma renovada (e também recuperada) fase desenvolvimentista inaugurada a partir do governos do Partido dos Trabalhadores/PT. A mesma contou com o apoio das classes dominantes, tanto da burguesia nacional quanto da oligarquia financeira internacional, constituindo um bloco "partidário" de uma nova etapa vivida pelo capitalismo, que conjugaria a justiça social com o crescimento econômico:

> No interior das classes dominantes (e seus aliados nacionais e internacionais), criou-se um clima de otimismo sobre os rumos do desenvolvimento capitalista, que também é alimentado pelo apassivamento das lutas da classe trabalhadora gerado pelo transformismo do PT. Otimismo mais do que justificado, tendo em vista que lucros e juros capitalistas bateram recordes nos últimos anos (CASTELO, 2012, p.614).

Ademais, Castelo (2012) identifica em Lula a adesão ao neoliberalismo por intermédio do social-liberalismo. Ao mesmo tempo, ele cita que intelectuais ligados ao Partido dos Trabalhadores sustentam a teoria que, a partir do segundo mandato do governo de Lula, houve uma inflexão nas políticas econômicas e sociais brasileiras, o que teria levado ao rompimento com o neoliberalismo e início de uma era pós-neoliberal. Este período se caracterizaria por transformações de monta e/ou emergência de um padrão de acumulação de cunho social-desenvolvimentista, baseado na distribuição equânime de renda e na produção de bens e serviços. A partir dessa tese, o fomento ao mercado de consumo de massas (ou mercado interno) ocasionaria "a inclusão de milhões de brasileiros, [universalizaria] as políticas sociais

---

[44] Sobre o nacional-desenvolvimentismo, "Pedro Fonseca (2004) assinala que essa ideologia surgiu como uma mistura eclética de diferentes escolas teóricas, a saber, o nacionalismo, o protecionismo industrial, o papelismo e o positivismo. Do ponto de vista político, a primeira experiência desenvolvimentista ocorreu em 1928 com o governo Vargas no estado do Rio Grande do Sul. Ricardo Bielschowsky (1995) identifica essa origem com Vargas ocupando a presidência em 1930" (CASTELO, 2012, p.619).

[45] Dentre as correntes existentes no interior do chamado novo desenvolvimentismo, a social-desenvolvimentista passou a guiar o governo de Lula a partir de seu segundo mandato. Esta última consiste na "afirmação do mercado interno via ampliação do consumo de massa. O Estado tem um peso maior nas propostas dessa corrente [...], e as políticas macroeconômicas devem ser subordinadas às de desenvolvimento" (CASTELO, 2012, p.629).

básicas e [resolveria] o drama histórico da concentração de renda e riqueza" (MERCADANTE, 2010, p.36, *apud* CASTELO, 2012, p.626).

O autor também aponta para estratégias políticas por parte do PT – para diferenciar-se do partido antecessor no poder – através do suposto êxito pelo modelo político neodesenvolvimentista:

> Sampaio Jr. (2012, p. 12) é contundente em afimar que "o neodesenvolvimentismo é um rótulo oco. É muito mais uma estratégia de propaganda dos governos Lula e Dilma, no seu afã de se diferenciar dos governos FHC, do que num corpo de doutrina para orientar a ação do Estado. Não conheço nenhum trabalho sério que explique as bases objetivas e subjetivas desse novo desenvolvimentismo" (*apud* CASTELO, 2012, p.633).

Druck e Filgueiras (2007) problematizam as características das políticas sociais no contexto do governo de Lula da Silva e, posteriormente, de Dilma Rousseff. Eles expõem que no âmbito da lógica e do discurso neoliberais, o Estado direciona as suas ações para os mais miseráveis e pobres, de acordo com uma concepção minimalista de linha da pobreza, deixando os demais à mercê da contratação de serviços no mercado – aqui são consideradas as políticas de saúde, educação e, principalmente, previdência. Os autores também apontam que a chamada classe média – acrescendo-se os estratos menos abastados desse segmento – supre suas demandas na esfera mercantil há tempos, e não utilizam os serviços oferecidos pelo Estado de forma precária. Ou seja, as políticas sociais estatais configuram-se enquanto focalizadas e compensatórias para os comprovadamente pobres – miseráveis –, e fogem à concepção universalista que deveria atender às necessidades dos trabalhadores como um todo.

Além disso, os mesmos autores analisam de que forma essas configurações das políticas sociais impactam nos âmbitos político e social. Da ótica política, o caráter focalizado e compensatório das políticas sociais acaba por enfraquecer a organização dos trabalhadores (dividindo-os entre muito pobres, pobres e privilegiados), além do discurso pela responsabilização pela desigualdade social (e estrutural) do país incidir sobre aqueles que têm emprego e acesso à seguridade, fomentando concorrências e disputas entre a própria classe trabalhadora. Sob a perspectiva social, essa conformação política se associa com a precarização/flexibilização do trabalho, visto que direitos sociais e trabalhistas anteriormente conquistados e/ou garantidos na Constituição de 1988 são reduzidos ou até mesmo retirados – esse processo é notado particularmente nos âmbitos da saúde, da educação e da previdência. Mesmo que as políticas de combate à pobreza/miséria – como o Programa Bolsa Família – se traduzam temporariamente em mecanismos que amenizem as carências mais prementes das populações necessitadas social e financeiramente, as mesmas estão articuladas a um programa

político de cunho conservador e regressivo, inerentes ao capitalismo contemporâneo e sob o poder do capital financeiro.

Nesse sentido, e corroborando com as análises de Castelo (2012) que refutam quaisquer comprovações de uma suposta emergência do modelo de acumulação brasileiro de cunho nacional-desenvolvimentista (argumento este levantado por Mercadante 2010, *apud* CASTELO, 2012)), o neoliberalismo traz consigo a ideologia da volatilidade e flexibilidade – concepções oriundas do modelo toyotista de organização da produção – com tais valores propagando-se na sociedade brasileira, passando a direcionar as atuações do Estado em todas as esferas. Com todas as diferenças que os governos Fernando Henrique Cardoso e os recentes mandatos petistas possam guardar, é possível dizer que nenhum deles intentou romper com os traços mais pertinentes ao neoliberalismo[46]. Dessa forma, as lógicas do enxugamento e da terceirização só são reforçadas com o passar dos governos. Ademais, o início da era do Partido dos Trabalhadores/PT com Lula demonstra o caráter contínuo sobre a degradação dos direitos sociais via políticas sociais, de forma que:

> Neste contexto, combinam-se perfeitamente a flexibilização e precarização do trabalho e as políticas focalizadas e flexíveis de combate à pobreza. Ambas regidas pela mesma lógica, qual seja, do curto prazo, do imediatismo inconsequente, de intervenções pontuais e precárias que, para não se contrapor 'à ordem econômica neoliberal' e às determinações do Banco Mundial, subordinam-se ao reino da volatilidade, sem mudar e intervir sobre as causas estruturais dos problemas fundamentais da sociedade brasileira (DRUCK e FILGUEIRAS, 2007, p.32).

Essa combinação concedeu legitimidade aos mandatos de Lula. Há que se refletir sobre a funcionalidade das políticas sociais nesse sentido, enquanto instrumento de legitimidade política para a aprovação de determinado governo, e também como uma forma de se exercer o controle e manipulação sobre a população. Assim, tais políticas se configuram enquanto mecanismo simultâneo de coerção e consenso. É preciso refletir também sobre a imbricação entre as políticas pontuais e flexíveis com a precarização das relações de trabalho, enquanto estratégia de cooptação e enfraquecimento dos trabalhadores – deslocando a contradição principal entre o capital e o trabalho para um embate entre a própria classe trabalhadora.

Nesse sentido, cabe uma breve análise sobre a situação atual da classe trabalhadora no Brasil a partir dos rebatimentos do neoliberalismo sobre a funcionalidade das políticas sociais no país. Simionatto (1999) indica que a crise mundial dos anos 1970 trouxe duas perspectivas principais para o Brasil: a primeira se refere à crise fiscal do Estado e à reestruturação de suas

---

[46] Fontes (2010) identifica nesse processo "a transformação paulatina do PT em força similar ao PSDB, ambos atraídos por um forte empresariamento da sociedade civil e que, na atualidade, procura apresentar-se como se desvinculada fosse do mercado e do Estado, sob a etiqueta de "Terceiro Setor"" (2010, p.187).

funções no âmbito econômico e social; a segunda tem relação com o próprio movimento global da reestruturação produtiva advinda em face da crise de 1970, e que teve rebatimentos na produção e reprodução da vida social. Enquanto o primeiro aspecto se consolida em meio à defesa prioritária da ação regulatória do mercado – em contraposição à predominância das funções estatais nesse sentido –, o segundo é pertinente às consequências da crise mundial para os trabalhadores.

Os capítulos anteriores da pesquisa (principalmente o primeiro) expuseram toda a dinâmica contraditória do modo de produção capitalista, bem como os seus fundamentos necessários e inerentes. Também foi explicitada a funcionalidade das crises e das leis econômico-sociais capitalistas, de forma que se analisou também a crise mundial dos anos 1970 e seus rebatimentos para os trabalhadores tomados em ampla acepção. Assim, foram construídas as premissas fundamentais para a reflexão dos impactos do neoliberalismo e da reestruturação produtiva sobre os países da América Latina, com atenção especial para as particularidades do Brasil. Através dessas mediações, foi possível problematizar os efeitos neoliberais e os processos de reestruturação societária e do Estado brasileiro, inclusive por meio das políticas sociais inseridas em conjunturas governamentais de rupturas e continuidades.

Ademais, assim como as políticas sociais não podem ser analisadas sem a necessária articulação com a política econômica brasileira e sua conjuntura, as condições dos trabalhadores no Brasil também não podem ser entendidas sem ambas. Agora, explicitaremos de que forma o panorama dos trabalhadores no país se constitui em face da contemporaneidade, contemplando tudo o que foi analisado até então.

No cenário contemporâneo mundial, são observadas alterações substantivas no mercado de trabalho, e isso trouxe determinados efeitos para os trabalhadores – destacando-se o desemprego estrutural atual, o crescimento da informalidade, a instabilidade dos vínculos formais de emprego, a diminuição dos postos de trabalho, entre outras decorrências. Outro elemento propulsor para o debate diz respeito à recorrência da questão da precarização dos vínculos empregatícios formais, que são espaços cada vez mais desprovidos de direitos trabalhistas fundamentais, nos quais os trabalhadores são cada vez mais privados e afastados de suas necessidades materiais mais elementares. É sabido que esse processo ocorre em meio a um contexto de avanços e retrocessos políticos, a depender da correlação de forças vigente em determinado período. Porém, nota-se também que isso se dá em meio a uma crise estrutural do modo de produção prevalecente onde, segundo Netto (2010, p.3), esgotaram-se

as possibilidades civilizatórias do capital, dado o estágio atual e destrutivo da produção capitalista.

Sobre as decorrências da crise mundial na sociedade brasileira, há que se destacar que as políticas macroeconômicas guiadas para a privatização, a desregulamentação e a liberalização passaram a invadir a esfera da produção e seu aparato ideológico, retraindo e retirando direitos sociais e trabalhistas através do desmantelamento dos serviços públicos de origem não empresarial – como a educação, a saúde e a segurança, por exemplo (ROSA, 2003, *apud* SITCOVSKY e TAVARES, 2010). Antunes (2002, *apud* SITCOVSKY e TAVARES, 2010) acrescenta que nesse contexto de desmonte das políticas sociais foi se operando um expressivo processo de reestruturação do trabalho e da produção, objetivando a recuperação e expansão das taxas de lucro capitalistas.

Em outra obra, Netto (1996) discorre sobre a inviabilidade de se incorporar no Brasil as programáticas explicitamente compatíveis com os processos de desregulação e de flexibilização, expondo que no país não há sobras financeiras nos gastos sociais a serem realocadas – além da garantia aos direitos sociais ser pífia –, visto que os indicadores sociais brasileiros apontam para uma desigualdade de renda patente, contraditórios aos índices de produtividade no trabalho, à capacidade industrial, ao desenvolvimento dos meios de comunicação e às reais demandas e possibilidades – tanto naturais quanto humanas – no país. Desse modo, os valores da flexibilização e da desregulação se mascaram através da retórica da "solidariedade", da "competência" e da "justiça" – escamoteando as concepções individualistas, de rentabilidade/busca pelo lucro e de redução de coberturas que passam a permear todas as esferas de produção e reprodução da vida social.

Netto (1996) ainda acrescenta que não se pode supor uma mera articulação causal entre a configuração societária dos países centrais e a conformação brasileira, pois as transformações verificadas no país são mediadas pela sua inserção periférica e subalterna aos interesses do capitalismo mundial, bem como pelas peculiaridades de sua configuração econômico-social – como foi brevemente mencionado aqui nos tópicos anteriores. Ao contemplar a conjuntura brasileira dos anos 1990, Netto (1996) realiza uma análise prospectiva dos obstáculos atualmente enfrentados pelo país com os processos de flexibilização ocorridos no neoliberalismo:

> Tudo isto quer dizer que, entre nós, as transformações societárias em curso no capitalismo tardio que se "flexibiliza" vão se processar combinando as suas sequelas específicas com a cronificação daquelas que marcaram a "modernização conservadora" operada pela ditadura do grande capital e não foram senão agravadas subsequentemente. Nessa angulação, para a sociedade brasileira, o ingresso no patamar tardo-burguês significa que a "dívida social" vai combinar-se com as

> implicações altamente negativas que a "flexibilização" capitalista tem acarretado para os mais amplos contingentes populacionais em todos os quadrantes em que se efetiva. Significa, em suma, que enfrentaremos, no curto e médio prazos, um cenário econômico e sociopolítico nada favorável – mas tendencialmente o único que nos reserva a inserção, sob a hegemonia burguesa, no mundo "globalizado" pelo capital (NETTO, 1996, p.105-106).

Considerando a desigualdade social e de distribuição de renda cada vez mais vigorosa e evidenciada no mundo, bem como as crises cíclicas (com o destaque para a crise dos anos setenta) e a hegemonia do capital financeiro, Costa e Simionatto (2014) realizam uma análise frutífera sobre a conjuntura atual da economia brasileira - o que, consequentemente, acabou impactando de forma negativa sobre a esfera social e trouxe prejuízos para os direitos dos trabalhadores:

> Frente à situação de vulnerabilidade externa e dos possíveis impactos da crise mundial, mais uma vez o governo recorreu ao "receituário neoliberal mais duro, evidenciando seu compromisso orgânico com os interesses do grande capital, particularmente do capital financeiro, em detrimento das classes trabalhadoras", pois o corte de despesas tem incidido prioritariamente sobre a área social. Em fevereiro de 2011, com o intuito de proteger a economia da crise mundial, o governo anunciou um corte de 50 bilhões de reais, e outro em 2012, desta vez de 55 bilhões de reais, nos gastos em investimentos e, principalmente, em custeio, que abrange o funcionalismo público, as despesas previdenciárias, o seguro desemprego, o abono salarial, a saúde e a segurança pública, dentre outros (PORTAL BRASIL, 2011, *apud* COSTA e SIMIONATTO, 2014, p.73).

As autoras acrescentam que, juntamente com a expansão da assistência social por meio dos programas compensatórios e focalizados de combate à pobreza extrema, aumentaram também os investimentos em práticas empreendedoras, de responsabilidade e inserção social, de empregabilidade, o que reforça uma ideologia cooperativa, de "colaboração entre classes" – sob o manto de um suposto consenso entre os diversos segmentos.

Matos (2003, *apud* COSTA e SIMIONATTO, 2014) expõe que essas ações fazem parte de inúmeros projetos no âmbito de organizações não governamentais, fundações privadas, grupos capitalistas e entidades empresariais – em parceria com o Estado, cuja relação foi problematizada há linhas atrás. Segundo Neves (2005, *apud* COSTA e SIMIONATTO, 2014), o aumento gradual de organizações sem fins lucrativos e fundações privadas representa a difusão da chamada "nova pedagogia da hegemonia"[47], ideia reproduzida pelos aparelhos privados de poder da burguesia.

---

[47] Fontes (2010), ao refletir sobre a obra de Neves (2005) relativa ao tema, expõe que a "nova pedagogia da hegemonia" consiste em um "processo duplo de esfacelamento das organizações classistas e de sua rápida substituição por aparelhos privados de hegemonia de cunho empresarial". Ademais, Fontes (2010) acrescenta que "o tema central do livro que, sempre seguindo à risca a reflexão gramsciana, identifica consistentemente o papel do Estado nessa nova configuração. Reestruturado segundo o novo padrão produtivo (financeirizado e internacionalizado), o Estado agora promove – com o apoio massivo da mídia, das associações empresariais e do

A ideia de uma colaboração entre classes é analisada por Pinheiro (2003, *apud* COSTA e SIMIONATTO, 2014), quando este identifica o uso dessa estratégia nos governos do Partido dos Trabalhadores/PT. Nesse sentido, o espaço para disputas e mediações entre trabalhadores e empregadores se dá favoravelmente à ordem, e não contra o sistema capitalista – o processo de transformismo sofrido pelo partido desde a sua criação aponta para esta direção. Coggiola (2013, *apud* COSTA e SIMIONATTO, 2014) também reflete sobre tal mecanismo (aparentemente consensual sob todos os aspectos), explicitando que suas intenções visam enfraquecer os trabalhadores mais combativos para cooptá-los estrategicamente.

Dessa forma, "a luta na defesa dos direitos, na garantia de condições de trabalho, melhoria salarial e mobilização democrática na sociedade brasileira" é obstaculizada e controlada por essas ações supostamente colaboradoras entre classes. Dada a fragilidade e enfraquecimento dos movimentos sociais e sindicais, além do favorecimento de uma passividade dos trabalhadores desorganizados diante da crise social e econômica brasileiras – além dos impeditivos às mobilizações populares e democráticas –, instaurou-se uma cultura de esvaziamento político inserida em um ambiente propício para a manipulação e contenção de intentos progressistas por parte das classes subalternas (BARATA, 2011, p.126, *apud* COSTA e SIMIONATTO, 2014).

Para além da reformulação das relações entre empregadores e trabalhadores desde o governo de Lula da Silva até os dias de hoje, Sitcovsky e Tavares (2010) analisam os rebatimentos da reestruturação produtiva no capitalismo contemporâneo do ponto de vista do trabalho – esses impactos podem ser verificados também na realidade brasileira. Eles ressaltam que as formas de exploração trabalhistas foram intensificadas e que um grande contingente de trabalhadores foi expulso do processo produtivo, determinando o agravamento do desemprego estrutural – este não mais circunscrito apenas aos países periféricos, mas propagado por todo o mundo.

Outro impacto apontado pelos autores é concernente ao surgimento de uma nova forma de subsunção do trabalho ao capital, ou seja, uma recente morfologia do mesmo – o chamado *trabalho atípico* (VASAPOLLO, 2005, *apud* SITCOVSKY e TAVARES, 2010). Este último se expressa através de diversas modalidades trabalhistas que se articulam entre si: "a precariedade, que recoloca a informalidade do trabalho mediante diferentes formas de exploração, propiciadas pelos processos de terceirização no âmbito das relações de produção"

próprio processo escolar – uma nova cultura cívica, eliminando ativamente as conquistas universalizantes e produzindo uma "cidadania" fragmentada e impotente" (FONTES, 2010, p.188).

(SITCOVSKY e TAVARES, 2010, p.201). Na mesma obra, também é feita uma reflexão sobre o peso dos programas de transferência de renda para a ampliação das formas de trabalho precárias no Brasil – com a instauração de um novo padrão de proteção social, fruto do neoliberalismo:

> [...] A predominância desse tipo de programa na agenda da seguridade social resulta das transformações operadas pelas reformas neoliberais, com a emergência de um novo padrão de proteção social. Essa modalidade de proteção coincide com a expansão do trabalho precarizado, cujos trabalhadores ficam de fora do sistema previdenciário, dentre outros benefícios também eliminados. Considerando que só o trabalho formal é amparado pela legislação trabalhista, e também o grande volume de trabalhadores que têm ingressado no mercado de trabalho pela via da informalidade, não há dúvida de que uma fatia significativa da força de trabalho está excluída da proteção social. Além dos trabalhadores desprotegidos, a crise capitalista produziu uma expressiva parcela de desempregados; esses dois contingentes, juntos, formam o público atendido pelos programas de transferência de renda, como ilustra o programa brasileiro Bolsa Família (SITCOVSKY e TAVARES, 2010, p.203).

Dado o contexto brasileiro nos campos econômico, social e político em que se encontram os trabalhadores atualmente, panorama este permeado pelas análises sobre a condução das políticas sociais adotadas pelos governos de Lula da Silva e de Dilma Rousseff – e anteriormente pelas reflexões sobre seus antecessores que também desejaram implantar a ideologia neoliberal no país, com o destaque para Fernando Henrique Cardoso que logrou esse feito –, é preciso resgatar um elemento: o debate sobre os distintos modelos políticos que delinearam as políticas sociais (como tentativa de elucidar a temática da condução neoliberal ainda existente no país). Castelo (2014), em entrevista dada a Raichelis (2014), explicita que a modalidade brasileira de intervenção atual sobre as expressões da questão social se pauta pelo social-desenvolvimentismo – corrente hegemônica dentre outras da nova roupagem do desenvolvimentismo – que busca seguir as orientações defendidas pelos grandes organismos internacionais desde os anos noventa, quais sejam: “a cartilha neoliberal da equidade, da igualdade de oportunidades e dos programas de transferência de renda de alívio da pobreza”. O caráter assistencialista das políticas sociais é reforçado em face da omissão da lógica privatizante da saúde, educação superior e previdência – políticas marcadamente repassadas do Estado para o mercado.

Nesse sentido, é preciso indicar um fato expressivo trazido por Castelo (2014, *apud* RAICHELIS, 2014), no que tange às reorganizações das funções entre Estado e mercado para o atendimento das principais mazelas do país: a valorização – pelo neodesenvolvimentismo – do mercado para a melhoria do bem-estar dos trabalhadores, de forma de o Estado atue secundariamente nas expressões mais emergenciais da questão social, na amenização da pobreza extrema:

> O neodesenvolvimentismo vê a redução das desigualdades sociais e o combate ao pauperismo por um viés economicista, de geração de renda nas camadas pobres voltada para a formação de um mercado de massas. O objetivo é gerar uma base econômica de venda interna das mercadorias, portanto, de realização da mais-valia. As principais apostas são no crescimento econômico, na geração de empregos formais, nos aumentos dos salários e do crédito e na alocação de recursos nas políticas de transferência de renda (CASTELO, 2014, *apud* RAICHELIS, 2014, p.590).

Esse viés se fez presente de forma considerável nos mandatos de Lula da Silva, que buscou uma nova modalidade de atuação política sem romper com os ditames das agências multilaterais internacionais, e de forma a manter os ajustes fiscais exigidos pelo capital financeiro. Ainda que afirme os efeitos socialmente positivos dessas medidas, o autor aponta para suas consequências degradantes nos anos subsequentes, o que constitui o cenário atual brasileiro: a efemeridade nas taxas de crescimento dos indicadores sociais e econômicos (que já apresentaram queda, e podem equiparar-se à época de Fernando Henrique); as baixas remunerações, condições precárias e alta rotatividade dos empregos (esta última enquanto a maior taxa do mundo); a dívida dos crediários contraída pelos trabalhadores (o que consome a renda dos mesmos, gerando lucro para os rentistas); a insuficiência das políticas de transferência de renda, na qual a alocação de recursos não atende as demandas humanas de maneira humanista:

> Não devemos naturalizar que benefícios sociais na faixa dos 80, 90, 100 reais per capita irão promover melhorias efetivas na vida de um ser humano. E não estamos falando de um país pobre, sem recursos, pois o Brasil é a sexta maior economia do mundo. No nosso país, não há uma escassez natural, mas sim uma escassez socialmente produzida para mais de uma centena de milhões de brasileiros que não acessam a riqueza nacional, concentrada nas mãos de um punhado de famílias abastadas.
> É preciso lutar arduamente contra as novas formas históricas que a lei geral da acumulação capitalista assume no Brasil dependente do século XXI, e não geri-las por meio de políticas econômicas e sociais implementadas nos últimos 10-20 anos. Nada mais atual do que a luta contra o neoliberalismo, que vive uma crise mundial mas ainda mantém a sua supremacia no Brasil (e tantos outros países!), recorrendo cada vez mais a medidas coercitivas. (CASTELO, 2014, p.591).

Em um país com desigualdades sociais tão evidentes quanto o Brasil, onde a lei geral de acumulação do capital se expressa de forma marcante, aumentando a concentração da riqueza e propriedade de poucos em detrimento de muitos, é necessária a reflexão sobre os rumos do país daqui em diante. Há que se considerar a atual conjuntura de cortes nos direitos sociais, arduamente e formalmente conquistados, a partir da análise crítica dos serviços ofertados via políticas sociais, seja pelo Estado, pelo mercado, ou pelo Terceiro Setor. Aqui objetivou-se demonstrar em que medida os trabalhadores são impactados por esses elementos acima elencados, ou seja, pela mediação das políticas sociais brasileiras – sem perder de vista os fundamentos do capitalismo, a sua crise mundial nos anos setenta, seus modelos

organizacionais da produção, bem como o neoliberalismo e seus impactos para os trabalhadores – mediações outras expressas nos capítulos anteriores.

4 Considerações finais

A presente pesquisa objetivou analisar o delineamento das políticas sociais brasileiras a partir dos impactos do neoliberalismo e da reestruturação produtiva com a crise dos anos setenta. Dessa maneira, foi possível esboçar uma síntese das condições sob as quais os trabalhadores do país se encontram atualmente, sem perder de vista os aspectos mundiais dessas relações – tendo por base, respectivamente, as grandes potências centrais e a América Latina. O caso brasileiro foi investigado a partir do desmonte do Estado e dos direitos sociais conquistados com a Constituição de 1988 – que acabam se restringindo ao âmbito formal.

Inicialmente, o projeto pretendia realizar um panorama mais minucioso das relações de trabalho no Brasil – expondo suas formas de precarização por meio da flexibilização – através do levantamento de indicadores sociais e dados estatísticos adequados para tal, só que as dificuldades se situaram justamente na heterogeneidade dos elementos pertinentes ao trabalho brasileiro na contemporaneidade, bem como nas particularidades que cada região do país preserva ou traz consigo.

A análise feita sobre o estágio imperialista ou monopolista do capitalismo – resultante de um processo de concentração e centralização de capitais cada vez mais ampliado – a partir das apreciações de Lênin (1984) permite compreender de que maneira os países da América Latina se submeteram aos ditames do Consenso de Washington. Com o início de um período marcado pela partilha pelo mundo entre as principais potências internacionais, tal política colonial chega ao seu ápice com a exploração de todos os territórios do globo. Desse modo, há uma nova essência embutida nessa ação, que consiste na transferência de capitais para os países periféricos. O receituário neoliberal, ditado por órgãos como o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial, encontra na América Latina espaço para investimento e lucratividade, buscando auferir ganhos para a oligarquia internacional, com a recuperação das taxas de lucro em queda com a crise mundial.

Com todas as particularidades históricas ainda presentes na sociedade brasileira, tais como os traços de dependência econômica e política aos países de economia central, é possível identificar características do modelo de acumulação flexível na realidade do país através do receituário neoliberal, imposto pelos grandes órgãos internacionais à serviço do capital financeiro. Dois casos (dentre muitos) podem exemplificar esse argumento: a economia de mercado brasileira voltada para os investimentos especulativos estrangeiros; e a desregulamentação das relações trabalhistas, com o estímulo ao trabalho informal e cada vez mais precário (por meio do da ideia microempreendedor individual, por exemplo), dentre

outras modalidades. Nesse sentido, são reforçadas concepções da precarização, do imediato e da volatidade, que passam a se afirmar enquanto valores revestidos de justiça social, cidadania, liberdade, dentre outros.

Pode-se dizer que o rol de tendências sobre a recente configuração do mundo do trabalho – indicada por Antunes (2003) – é observado no Brasil com a mudança na organização da produção – de modo mais amplo, mas é possível refletir sobre a influência exercida pelo colapso da industrialização brasileira e pela reformulação da produção nesse sentido – e através dos ideais de flexibilização contidos nas políticas sociais e na política de assistência especificamente, através dos programas de combate à pobreza. Nesse sentido a concepção de flexibilização se traduz na precarização das relações trabalhistas, visto que os direitos nesse âmbito são reduzidos ou solapados. Ademais, e desregulamentação de leis trabalhistas e o redimensionamento das relações entre trabalhadores e empregadores pela via da cooptação e do suposto consenso impactaram nas garantias de condições estáveis e dignas de trabalho no Brasil.

Ademais, considerando o crescimento do Terceiro Setor nos anos noventa (no governo de Fernando Henrique Cardoso), cabe explicitar a função do mesmo a partir dos mandatos de Lula da Silva, enquanto um dos mecanismos de cooptação e apassivamento dos trabalhadores, como uma forma de neutralizar e desmobilizar suas organizações mais conflituosas com empregadores e grandes instituições a serviço do capital. Aqui, o papel dos grandes meios de comunicação é fundamental para a disseminação de uma pretensa solidariedade entre classes, com o esvaziamento de conteúdos políticos e com o apoio e parcerias empresariais, como salientou Fontes (2010) ao discorrer sobre a análise de Neves (2005) relativa à "nova pedagogia da hegemonia".

Dessa maneira, é necessário pensar no papel atual da mídia no convencimento das massas através da difusão de determinadas ideologias. Netto e Braz (2006), ao analisarem os escritos marxianos, citam o papel fundamental exercido pela superestrutura, na direção de preservar o regime da propriedade privada dos meios de produção, tornando o indivíduo adaptável ao ambiente em que se insere.

Compreende-se, a partir de tais observações, que a formação dessa consciência social em massa muito se aproxima do fenômeno da reificação, no qual a lógica fragmentária e imediata obstaculiza a percepção da totalidade social. O mesmo é expresso atualmente pela mercantilização (não só dos serviços sociais, mas da vida tomada em seu conjunto), na ideia do cidadão-consumidor, nas perceptíveis formas de preconceito e expressões de ódio, guerras, intolerâncias religiosas, dentre outros agravantes que ganham força de tempos em tempos –

apontando para um caminho barbarizante, como fora analisado por Netto (2010). Assim, observa-se que a sociedade brasileira se afasta cada vez mais de uma concepção de consciência coletiva voltada para a emancipação humana e um acesso mais igualitário às possibilidades – construção passível de ocorrer com a superação desse modo de produção.

Outro ponto relevante para a análise da pesquisa é relativo à combinação entre as políticas sociais fragmentadas e pontuais no acesso e atendimento e os ideais imediatistas e focalizados, reforçando uma lógica neoliberal e flexível por meio dos direitos sociais. Aqui não se pretende refutar os tímidos efeitos positivos obtidos com a implementação dos programas de transferência de renda, mas sim problematizar o sentido do acesso às políticas de seguridade social por meio de critérios excludentes e limitantes: aqui faz-se referência majoritária à assistência social, mas é possível refletir também, por exemplo, sobre o campo da previdência social, inserido na lógica do seguro (com o acesso condicionado à contribuição obrigatória). Portanto, cabe analisar que os efeitos das políticas públicas sobre os trabalhadores brasileiros – aqui compreendidos enquanto a classe que não detém os meios de produção fundamentais, de acordo com Antunes (2003) – é pouco expressivo. Isso se exemplifica pelos programas assistenciais – tais como o Programa Bolsa-família –, que não logram intervir sobre a situação estrutural de miséria no país.

Cumpre destacar também as diferentes conjunturas governamentais a partir das quais essas mesmas políticas se delinearam, destacando-se dois momentos primordiais. Em primeiro lugar, os anos finais da década de oitenta no Brasil foram marcados por importantes episódios no campo das conquistas sociais – de um lado –, e no âmbito das primeiras tentativas de se experimentar o neoliberalismo, por outro. Considerando as análises de Piana (2009) e outros autores que não concebem um Estado de Bem-estar social no Brasil, pode-se dizer que as políticas públicas aqui pouco se aproximaram de uma concepção mais universalista, como ocorrera em alguns países da Europa. Por outro lado, é sabido que as mesmas sofreram inflexões que, em um processo histórico permeado por avanços e retrocessos, resultaram em ações focalizadas e compensatórias de combate à pobreza. Convergindo com as análises de Behring e Boschetti, o modelo de proteção social público e universal enfrentou grandes dificuldades para se consolidar no país. E as ações que ocasionariam um acesso mais amplo – como o combate à precarização e a geração de emprego que, por exemplo, aumentariam a contribuição e a receita sobre a seguridade social, de acordo com Behring e Boschetti (2011) – parecem cada vez mais distantes e dissonantes da atual conformação dos direitos sociais no país.

Esses impeditivos podem ser explicados – ao menos em parte – pela reforma gerencial empreendida em meados dos anos noventa, o que acabou por impactar nas relações entre Estado, sociedade e mercado – enfatizando-se a lógica do Terceiro Setor para a oferta de serviços assistenciais pontuais, e a do mercado para a venda de serviços em diversos campos como educação e previdência, por exemplo. Assim, o Estado se adapta melhor às exigências capitalistas, atuando enquanto regulador e assistente emergencial no provimento de bens e serviços (função esta que outrora era assumida diretamente por essa esfera). O recorte brasileiro pode exemplificar a necessidade de reprodução ampliada do capital analisada por Netto e Braz (2006), visto que novas esferas passaram a ser exploradas e mercantilizadas.

Há que se apontar as apreciações sobre uma questão polêmica levantada na introdução da pesquisa: aquela concernente às medidas neoliberais levadas adiante por Lula da Silva e, depois, por Dilma Rousseff. Mesmo que não se pretendesse debater este feito através de acervos teóricos acadêmicos e marxistas (que, por sinal, são vitais para qualquer análise), é possível observar que a atual conjuntura de ajustes ficais pelo governo e de agravamento do desemprego já seriam exemplos passíveis de relação com os preceitos neoliberais. Contemplando o expressivo debate sobre a direção desse projeto no Brasil a partir da era do Partido dos Trabalhadores, as ideias aqui presentes nesse sentido dialogam com as reflexões de Castelo (2012), que sustenta essa continuação pelos governos de Lula e Dilma, mesmo que por mecanismos distintos daqueles empreendidos por Fernando Henrique.

Analisando o presente cenário brasileiro, em um momento desfavorável para as múltiplas demandas dos trabalhadores, com a perda ou negação de direitos sociais fundamentais – através das votações congressistas pela redução da maioridade penal ou das reformas previdenciárias, por exemplo –, o tema levantado pela pesquisa ainda está em curso. Longe de ter um caráter definitivo e unilateral, o projeto logrará êxito se servir de alguma forma para posteriores críticas e análises acadêmicas sobre a temática.

Referências bibliográficas

ALCÂNTARA, Gisele Oliveira e LEITE, Janete Luzia. As expressões da "questão social" na era do capitalismo financeiro. **V Jornada Internacional de Políticas Públicas**. Estado, desenvolvimento e crise do capital. Universidade Federal do Maranhão/UFMA: São Luís/MA, 2011, p.1-10. Disponível em: http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2011/CdVjornada/JORNADA_EIXO_2011/MUNDIALIZACAO_BLOCOS_ECONOMICOS_ESTADO_NACIONAIS_E_POLITICAS_PUBLICAS/AS_EXPRESSOES_DA_QUESTAO_SOCIAL_NA_ERA_DO_CAPITALISMO_FINANCEIRO.pdf Acesso em: 24 de agosto de 2015.

ANDERSON, Perry. Balanço do Neoliberalismo (Cap.I); OLIVEIRA, Francisco. Neoliberalismo à brasileira (Cap.I); NETTO, José Paulo. Repensando o balanço do neoliberalismo (Cap.I). FERNANDES, Luis. Neoliberalismo e reestruturação capitalista (Cap.II). BORÓN, Atílio. A sociedade civil depois do dilúvio neoliberal (Cap.III). GENTILI; FERNANDES; et.al. A trama do neoliberalismo: mercado, crise e exclusão social (Cap.IV). *In*: GENTILI, Pablo (org.). **Pós-neoliberalismo**: as políticas sociais e o Estado democrático. 3ª edição. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 9ª edição. Campinas/SP: UNICAMP, 2002.

_____. O caráter polissêmico e multifacetado do mundo do trabalho. **Trabalho, educação e saúde**. Rio de Janeiro/RJ, volume 1, número 2, p.229-237, 2003. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S198177462003000200004&lang=pt Acesso em: 26 de abril de 2015.

BASTOS, Pedro Paulo Zahluth. Armínio planejou ataques especulativos para Soros. **Economia, Carta Maior**, Campinas/SP: UNICAMP, p.1-3, 2014. Disponível em: http://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Economia/Arminio-planejou-ataques-especulativos-para-Soros/7/32064 Acesso em: 24 de agosto de 2015.

BEHRING, Elaine Rossetti e BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social**: fundamentos e história. 9ª edição. São Paulo: Cortez, 2011.

BRASIL. Ministério da Administração Federal e da Reforma do Estado/MARE. **Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado**. Brasília/DF, 1995, p.1-68. Disponível em: http://www.bresserpereira.org.br/documents/mare/planodiretor/planodiretor.pdf Acesso em: 23 de julho de 2015.

CASTELO, Rodrigo. O novo desenvolvimentismo e a decadência ideológica do pensamento econômico brasileiro. **Serviço Social e Sociedade**. São Paulo/SP, número 112, p.613-636, 2012. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-66282012000400002&lang=pt Acesso em: 27 de agosto de 2015.

COSTA, Carolina Rodrigues e SIMIONATTO, Ivete. Estado e políticas sociais: a hegemonia burguesa e as formas contemporâneas de dominação. **Revista Katálysis**, Florianópolis, volume 17, número 1, p.68-76, 2014. Disponível em: https://periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/article/view/S1414-49802014000100007 Acesso em: 29 de julho de 2015.

DRUCK, Graça e FILGUEIRAS, Luiz. Política social focalizada e ajuste fiscal: as duas faces do governo Lula. **Revista Katálysis**, Florianópolis/SC, volume 10, número 1, p.24-33, 2007. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414-49802007000100004&script=sci_arttext Acesso em: 29 de julho de 2015.

ENGELS, Friedrich. Sobre o papel do trabalho na transformação do macaco em homem. *In*: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Obras escolhidas**. São Paulo: Alfa e Ômega, s/d, p.1-18.

_____. Barbárie e Civilização. *In*: ENGELS, Friedrich. **A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado**. Rio de Janeiro: Editorial Vitória Ltda., 1964, p.1-19.

_____. **Do socialismo utópico ao socialismo científico**. Tradução de Roberto Goldkorn. 4ª edição. São Paulo: Global Editora, 1981.

ESTRELA e VÉRAS *et al*. Reforma ou desmonte? Análise crítica acerca do Plano Diretor da Reforma do Estado. **IV Jornada Internacional de Políticas Públicas**. Neoliberalismo e lutas sociais: perspectivas para as políticas públicas. Universidade Federal do Maranhão/UFMA: São Luís – MA, 2009, p.1-6. Disponível em: http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinppIV/OLD/eixos_OLD/9.%20Estado,%20Lutas%20Sociais%20e%20Politicas%20P%C3%BAblicas/REFORMA%20OU%20DESMONTE%20-%20%20An%C3%A1lise%20Cr%C3%ADtica%20acerca%20do%20Plano%20Diret.pdf Acesso em: 24 de julho de 2015.

FALEIROS, Vicente de Paula. **A política social do estado capitalista**: as funções da previdência e da assistência social. São Paulo: Cortez, 1991.

_____. Natureza e desenvolvimento das políticas sociais no Brasil. *In*: **Programa de Capacitação Continuada para Assistentes Sociais**. Módulo 3, Política Social. Brasília: CFESS – ABEPSS – CEAD/NED – Unb, 2000, p.41-55.

FONTES, Virgínia. Análise da nova pedagogia da hegemonia: estratégias do capital para educar o consenso. **Crítica Marxista**. Rio de Janeiro/RJ, 2010. Disponível em: http://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos_biblioteca/resenha156Resenha4.pdf Acesso em: 27 de agosto de 2015.

FOSTER, John Bellamy. Trabalho e capital monopolista vinte anos depois. **Princípios: revista teórica, política e de informação**. São Paulo/SP, número 43, p.1-76, 1996. Disponível em: http://www.grabois.org.br/admin/arquivos/arquivo_50_144.pdf Acesso em: 24 de agosto de 2015.

GERHARDT, Tatiana Engel e SILVEIRA, Denise Tolfo (orgs.). **Métodos de pesquisa**. 1ª edição, Rio Grande do Sul: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2009, p.1-120. Disponível em: http://www.ufrgs.br/cursopgdr/downloadsSerie/derad005.pdf Acesso em: 12 de janeiro de 2015.
HARVEY, David. **Condição pós-moderna**: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. São Paulo: Edições Loyola, 1989, p.117-134.

HUBERMAN, Leo. **História da riqueza do homem**. 17ª edição. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

LAKATOS, Eva Maria e MARCONI, Marina. **Fundamentos de metodologia científica**. 5ª edição. São Paulo: Atlas S/A, 2003. Disponível em: http://docente.ifrn.edu.br/olivianeta/disciplinas/copy_of_historia-i/historia-ii/china-e-india Acesso em: 12 de janeiro de 2015.

LÊNIN, Vladimir. **O Imperialismo**: fase superior do capitalismo. Lisboa: Editorial Avante, 1984.

LESBAUPIN, Ivo (org.). **O desmonte da nação**: balanço do Governo FHC. 4ª edição. Petrópolis/RJ: Vozes, 1999.

LESSA, Sérgio. **Para compreender a ontologia de Lukács**. 4ª edição. Campinas/SP: Inijuí, 2007.

MANDEL, Ernest. **O capitalismo tardio**. 1ª edição. São Paulo: Enciclopédia Universalis, 1982. Disponível em: https://www.marxists.org/portugues/mandel/1981/mes/capitalismo.htm Acesso em: 22 de janeiro de 2015.

MARX, Karl. Prefácio à Contribuição à Crítica da Economia Política. In: MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. **Obras Escolhidas**. Tradução de José Barata Moura. Rio de Janeiro/RJ: Avante, 2007.

_____. **O Capital**: Crítica da Economia Política. Apresentação de Jacob Gorender. Coordenação e revisão de Paul Singer. Tradução de Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo/SP: Nova Cultural Ltda., 1996.

MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista**. 1ª edição. São Paulo/SP: Expressão Popular, 2008.

MAXIMIANO, Antônio César A. **Introdução à Administração**. 4ª edição. São Paulo/SP: Atlas S.A., 1995.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social**: teoria, método e criatividade. 28ª edição. Rio de Janeiro/RJ: Vozes, 2009.
MINTO, Lalo Watanabe. **Público não-estatal**. Verbete contido no Portal Navegando na História da Educação Brasileira. Campinas/SP: UNICAMP, p.1, 2006. Disponível em: http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/glossario/verb_c_publico_nao-estatal%20.htm Acesso em: 26 de agosto de 2015.

MONTAÑO, Carlos. Das "lógicas do Estado" às "lógicas da sociedade civil": Estado e "terceiro setor" em questão. **Serviço Social e Sociedade**. São Paulo/SP, número 59, p.47-79, 1999.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo monopolista e Serviço Social**. 8ª edição. São Paulo/SP: Editora Cortez, 2011.

_____. Transformações societárias e Serviço Social: notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil. **Serviço Social e Sociedade**, Rio de Janeiro, número 50, p.87-131, 1996.

_____. Uma face contemporânea da barbárie. *In*: **III Encontro Internacional "Civilização e Barbárie"**. Serpa, 2010, p.1-41.

NETTO, José Paulo e BRAZ, Marcelo. **Economia Política**: uma introdução crítica. São Paulo/SP: Cortez, 2006.

NEVES, Paiva. O valor da mercadoria força de trabalho. *In*: **Formação política – marxismo**, Rio de Janeiro, março de 2010. Disponível em: http://pcb.org.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=1522:o-valor-da-mercadoria-forca-de-trabalho&catid=34:marxismo Acesso em: 28 de janeiro de 2015.

PAGNANI, Éolo Marques. **Os produtos, bens e suas relações com a mercadologia**. São Paulo: Unicamp, 1985, p.1-5. Disponível em: http://www3.eco.unicamp.br/neit/images/stories/CTAE_CD2/produtos_bens_relacoes_mercadologia.pdf Acesso em: 29 de janeiro de 2015.

PEREIRA, Potyara Amazoneida P. Proteção social contemporânea: a quem beneficia? **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, número 116, p.636-651, 2013. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/sssoc/n116/04.pdf Acesso em: 26 de agosto de 2015.

PERES, Marcos Augusto de Castro. **Do taylorismo/fordismo à acumulação flexível toyotista**: novos paradigmas e velhos dilemas. São Paulo: Faculdades Unopec, 2004, p.1-11. Disponível em: http://docente.ifrn.edu.br/josesantos/disciplinas-2012.2/fundamentos-sociopoliticos-e-economicos-da-educacao-para-licqui2n/do-fordismo-taylorismo-a-acumulacao-flexivel Acesso em: 30 de janeiro de 2015.

PIANA, Maria Cristina. As políticas sociais no contexto brasileiro: natureza e desenvolvimento. *In*: PIANA, Maria Cristina. **A construção do perfil do assistente social no cenário educacional**. São Paulo/SP: UNESP, 2009, p.20-56. Disponível em: http://books.scielo.org/id/vwc8g/pdf/piana-9788579830389-02.pdf Acesso em: 27 de janeiro de 2015.

PINTO, Geraldo Augusto. Relendo o Americanismo e Fordismo em Gramsci. *In*: **IV Colóquio Marx e Engels**, nas seções de comunicações do Grupo Temático 3 – Economia e sociedade no capitalismo contemporâneo. 2005, São Paulo. Disponível em: http://www.unicamp.br/cemarx/ANAIS%20IV%20COLOQUIO/comunica%E7%F5es/GT1/gt1m4c5.pdf Acesso em: 11 de março de 2015.

RAICHELIS, Raquel. A questão do neodesenvolvimentismo e as políticas públicas: entrevista especial com Rodrigo Castelo. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo/SP, número 119, p.583-591, 2014. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-66282014000300009&lang=pt Acesso em: 28 de agosto de 2015.

_____. Intervenção profissional do assistente social e as condições de trabalho no Suas. Serviço Social e Sociedade, São Paulo/SP, número 104, p.750-772, 2010. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-66282010000400010 Acesso em: 28 de agosto de 2015.

RAMOS, Alexandre Luiz. Acumulação flexível, toyotismo e desregulamentação do direito do trabalho. **Revista de Ciências Humanas**, Florianópolis/SC, volume 15, número 22, p.76-89, 1997. Disponível em: https://periodicos.ufsc.br/index.php/revistacfh/article/viewFile/23488/21152 Acesso em: 30 de janeiro de 2015.

RONIE e DOMINGOS. *et al*. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. **Revista Brasileira de História e Ciências Sociais**, Rio Grande do Sul, número, p.1-15, 2009. Disponível em: http://www.unisc.br/portal/upload/com_arquivo/pesquisa_documental_pistas_teoricas_e_metodologicas.pdf Acesso em: 12 de janeiro de 2015.

SANTOS, Rone Eleandro dos. Notas sobre a importância do trabalho na ontologia de Georg Lukács. **Revista Estudos Filosóficos**, Minas Gerais, número 2, p.86-100, 2009. Disponível em: http://www.ufsj.edu.br/portal2-repositorio/File/revistaestudosfilosoficos/art6-rev2.pdf Acesso em: 19 de janeiro de 2015.

SANTOS, Vinicius Correia. Da era fordista ao desemprego estrutural da força de trabalho: mudanças na organização da produção e do trabalho e seus reflexos. *In*: **VI Colóquio Internacional Marx e Engels**, nas seções de comunicações do Grupo Temático 9 – Trabalho e produção no capitalismo contemporâneo. 2009, Pará. Disponível em: http://www.ifch.unicamp.br/formulario_cemarx/selecao/2009/trabalhos/da-era-fordista-ao-desemprego-estrutural-.pdf Acesso em: 11 de março de 2015.

SIMIONATTO, Ivete. **Crise, reforma do Estado e políticas públicas**. Gramsci e o Brasil. Juiz de Fora/MG, 1999. Disponível em: http://www.acessa.com/gramsci/?page=visualizar&id=106 Acesso em: 23 de julho de 2015.

SITCOVSKY, Marcelo e TAVARES, Maria Augusta. O caráter provisório dos mecanismos de reprodução da força de trabalho. *In*: MOTA, Ana Elizabete (org.). **As ideologias da contrarreforma e o Serviço Social**. Recife/PE: Editora Universitária/UFPE, 2010.

TAVARES, Laura. Os custos sociais do ajuste neoliberal no Brasil. **El ajuste estructural em América Latina**: costos sociales y alternativas. Buenos Aires, 2001, p.170-185. Disponível em: http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/clacso/gt/20101003020857/9cap08.pdf Acesso em: 23 de julho de 2015.

TONET, Ivo. **Expressões socioculturais da crise capitalista na atualidade**. São Paulo, 2004. Disponível em: http://www.ivotonet.xpg.com.br/arquivos/EXPRESSOES_SOCIO-CULTURAIS_DA_CRISE_CAPITALISTA.pdf Acesso em: 03 de fevereiro de 2015.

WELLEN, Henrique e WELLEN, Héricka**. Gestão Organizacional e Escolar**: uma análise crítica. 1ª edição. Curitiba: IBPEX, 2010.

_____. **Para a Crítica da "Economia Solidária"**. 1ª edição. São Paulo: Outras Expressões, 2012.